

cadernos do

terceiro mundo

Mensal • Novembro 1986 • Esc. 125 • Kz 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cz\$ 15,00 • Ano IX • Nº 95

Macau:
a volta à China

ANGOLA OFENSIVA MILITAR E



DIPLOMÁTICA

ENTREVISTA EXCLUSIVA
COM O CORONEL "PEDALÉ"

MOÇAMBIQUE: O LEGADO DE MACHEL



Revestimentos Universais e do Continente, Limitada

R VENDA NOVA 24
TELEX 26495 P

TELEFS 7823531 7824598 7824625
4415 CARVALHOS PORTUGAL

Materials para IMPERMEABILIZAÇÕES

- 801 FELTROS SATURADOS
- 802 FELTROS BETUMINOSOS
- 803 FELTROS BETUMINOSOS MINERALIZADOS
- 804 TELAS DE FIBRA DE POLYESTER
- 805 TELAS DE FIBRA DE VIDRO
- 806 TELAS DE FIBRA DE VIDRO MINERALIZADAS
- 807 LÂMINAS C/ SUPORTE DE FIBRA DE VIDRO
- 808 LÂMINAS C/ SUPORTE DE ALUMÍNIO
- 809 LÂMINAS C/ SUPORTE DUPLO DE FIBRA DE VIDRO E POLYESTER
- 810 LÂMINAS ALUMÍNIO PROTEGIDAS E ACABADAS A ALUMÍNIO GOFRADO



COBERTURA PLANA



TERRAÇO



COBERTURA INCLINADA



COBERTURA CURVA



JARDIM



IMPERMEABILIZAÇÃO E COBERTURAS PRE-FABRICADAS (MULTI-USE)



FUNDIÇÕES E PAREDES



CASAS DE BANHO



JARDIM SUSPENSOS



SIFONAGEM



TERRAÇO E PARAPETTO



BETONAMENTO



GALVÂNIZADO E METAL



PORTES E VÁRZULAS



OBRAS HIDRÁULICAS



IMPERMEABILIZAÇÃO SEM PROTEÇÃO

Aquino, adeus

Para nós, da equipa de "cadernos do terceiro mundo", o desastre que matou o presidente Samora Machel tirou também a vida de um colaborador da revista desde a sua fundação: Aquino de Bragança.

Membro do nosso conselho editorial, Aquino foi um dos primeiros incentivadores desta experiência lançada há mais de dez anos, visando a criação de uma revista do Terceiro Mundo para o Terceiro Mundo.

Tínhamos contado com o seu apoio e estímulo desde os primeiros momentos que surgiu a possibilidade de lançarmos uma edição em língua portuguesa.

Ele era um dos mais criativos intelectuais de Moçambique, a sua pátria adoptiva, já que havia nascido em Goa (Índia) na época em que ainda fazia parte do império colonial português.

Polémico e apaixonado, depois da independência de Moçambique, para a qual muito contribuiu a partir da sua trincheira de intelectual, Aquino de Bragança fundou o Centro de Estudos Africanos, na Universidade de

Maputo, que rapidamente se tornou um dos principais núcleos de investigação sócio-económica sobre o regime do "apartheid" e a África Austral. Possivelmente, os mais importantes estudos já realizados sobre o racismo sul-africano foram coordenados por Aquino, que assim passou a estar na mira dos "boers".

Em 1982, uma carta-armadilhada que lhe ia dirigida, acabou por matar a sua secretária, a jornalista sul-africana anti-racista Ruth First, que estava exilada em Moçambique com o seu marido, o dirigente do ANC Joe Slovo.

Na ocasião, Aquino ficou extremamente abalado pelo facto da sua colaboradora e amiga ter morrido no seu lugar. Finalmente, os racistas parecem ter conseguido o seu objectivo, se – como indicam as evidências que têm vindo a lume e os testemunhos dos sobreviventes – foram eles os responsáveis pela queda do avião que transportava o presidente de Moçambique e a sua comitiva. Mas a luta de Aquino foi fecunda e continuará a ser a nossa.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral: Neiva Moreira
Director Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bisio

Sub-editores: Roberto Remo Bisio, Carlos Castilho
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Juan Somariva, Henry Pease Garcia, Aquino de Bragança, Wilfred Burchett (1911-1983)

Redação Permanente: Artur Poerner, Antonio Aragão, Claudia Neiva, Raul Gonçalves (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REDACÇÃO CENTRAL - Rio de Janeiro

Coordenação de Produção: José Carlos Gondim; Departamento de Arte: Sonia Freitas (editora), Miguel Eite, Yvanda Freitas, Pedro Toste, Reginaido Casas; Centro de Documentação: Helena Falco (directora), Lídia Freitas, Elizabeth Mosquita, Marco Antonio C. dos Santos, Eunice Senna, Leila Maria C. Pinto, Jozira Santos Lima; Composição: Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luiz Correia, Carlos Rogério H. Silva; Revisão: Cláudia Soares, Sandra Castello Branco; Departamento Comercial: Maria Neiva.

*** EDIÇÃO PARA PORTUGAL, ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Director: Artur Baptista
Coordenação de Redacção: Carlos Pinto Santos
Documentação: Cristina Assis; Revisão: Estevam Reis; Serviços Comerciais: Manuella Fernandes; Publicidade: Conceição Alves.

Propriedades: Tricontinental Editora, Lda. Sede da Administração: Calçada do Combro, 10-17, 1200, Lisboa. Tel.: 32 06 50732 07 51; Redacção e Publicidade: Rua das Salpicadeiras, 36-27-E, 1200, Lisboa; Tel.: 36 38 04/37 27 15; Telex: 42720CTM TE P; Imprensa: Gráfica Europam, Lda. 2726 - Mem Martins (CODEX). Tiragem desta edição: 21.000 exemplares; Nº de registo do Serviço de Depósito Legal: 789982.

Distribuição: CDL - Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57 - 1000 Lisboa

EDIÇÃO PARA O BRASIL

Director: Neiva Moreira
Sucursais: Paulo Cannabava Filho - São Paulo; Clóvis Sosa - Brasília. Circulação, Assinaturas e Promoção: Henrique Menezes, Indio dos Santos e Macário Costa.
Editora Terceiro Mundo Lda. Rua da Glória 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro. RJ - Telex: 242-1957 - 222-1370 - Telex: 21-33054CTMB-BR
Fossão e Imprensa: Ebsou Gráfica e Editora Lda. - Rua Gal. Bruce, 799. Tel.: 580-7171.

*** EDIÇÕES EM ESPANHOL**

RIO DA PRATA-CONE SUL

Directores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bisio
Administração: Hugo Cardoso; Assinaturas: Alicia Bidgatzky A.C.U. S/A.; Avda. 18 de Julio 1263, 3er. piso; Tel: 90-87-13-Montevideo, Uruguai. Imprensa: Rosgal S/A, Gra. Urquiza 3090, Montevideo; Distribuição no Uruguai: Berriel y Martínez, Paraná 750 Eac, Ciudadela, Montevideo; Tel.: 90-51-55; Distribuição na Argentina: Kocikou, J. Di Pietro y Cia. Bolívar 529. Tel: 611-2801, Buenos Aires; Livrarias: Hugo Emilio Palacios - Los Patios 2420. Tel: 942-5788 Cod. 1284 - Capital Federal.

MÉXICO, CARAÍBAS E AMÉRICA CENTRAL

Editor: Rubén Aguilar
Assinaturas: Bertha Arraiz; Distribuição: Gustavo Leyva; Correspondência: Apartado Postal 20577, 01000, México, D.F. Imprensa: Litográfica Cultural - Imbeli la Católica, 922 México, D.F.
Editorial Periódicos del Tercer Mundo, California 98A - Colonia Parque San Andrés, Coahuila. Tel.: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

*** EDIÇÃO EM INGLÊS (BIMESTRAL)**

Editor: Carlos Castilho
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 105/106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro, RJ.

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adom/Eduardo Khalil (Equador), Rafael Roncagliolo/Cesar Arias Quinoo (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Angeles Morales (Nicaragua), Enevido Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Marzantoni, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Avelino, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvarez, David Fig. Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias Fernando Molina, Francisca Gargallo, Gregorio Selaer, Grívia Kuscar, Govin Roddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Botzaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Montserrat Filho, Ladislav Dvorak, Luis Matiz, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arrada, Mark Fried, Mario de Santos, Mauricio Ubeli, Moscir Werner de Castro, Mia Costo, Nandier Koshia, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Toste, Otoniel Martínez, Pablo Marfíez, Peter Law, Phil Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Sosa, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jaureher, Roger Rummell, Theotonio dos Santos, Victor Bacchetta.

cuadernos del tercer mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP(Angola), AIMMO(Moçambique), IMA(Iraque), IPS(Intel Press Service), ALASE(México), SALPRESS(EI Salvador), SHIHATA(Tanzânia), WAF(Palastina), e o pool de agências dos países não-afiliados. Manuseio também intercâmbio editorial com as revistas África News(Estados Unidos), Nueva(Equador), Novembro(Angola), Tempo(Moçambique), Altercom (Itel-México-Chile) e Third World Network(Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Circulação em 70 países



Do mesmo pó são feitos os /homens
da mesma cor os sangues /circulam em suas veias
de que matéria se formam os /heróis?

lutas
armas e corações ao alto
o sangue de Mondlane feito /soro

o cora dos deuses tribais
a vida, o caminho escolhido /pela liberdade
a força incutida por todos os /tambores percutados

o amor ao irmão
um homem e sua doutrina: ser /livre

uma terra e sua sina: ser pátria
Samora Machel
herci

depois de filho, irmão, pai de /uma nação

um voo pela união
a negritude contra a opressão
não, não podia ser de outro /modo?

pode a morte abater um /Tupolev
/e espalhar a dor pelo chão?

lágrimas
um poema é apenas uma gota
rio um povo chora ante a /escuridão

luto
que seara irrigará o nosso /pranto?

a que produzirá o nosso pranto?
a que produzirá a libertação?
sim, conhecemos teu exemplo
a luta te fez herói, não ouves os /nossos ais?

mas ficaremos nisso?
não, podes estar certo
enquanto a vitória não for total
não estarás só.

Alvansio Damasceno - Rio
de Janeiro - Brasil.

Intercâmbio



- **César Augusto Monteiro**
R. Magnólia Brasil, 41 ap.
1104-A - Fonseca - Niterói - RJ
- CEP: 24120 - Brasil
- **Emmanuel Mathieu "Manico"**
C.P. 3995 - Luanda - Angola
- **Sebastião V. Cruz**
Rua Formosa, 367 - 25º and. -
1ª JRPS - Centro - São Paulo -
SP - CEP: 01049 - Brasil
- **Waleska Sá Bustamante**
Rua Cariré, 135 ap. 512 - Bloco
5 - Otávio Bonfim - Fortaleza -
CE - CEP: 60010 - Brasil
- **João Batista Gomes da Silva**
Rua Nova Independência, 72 -
Jardim Ana Estela - Carapicuíba
- SP - CEP: 06300 - Brasil
- **Rejane Cristine Rissardi de Jesus**
Av. Dr. José Soares de
Azevedo, nº 439 - Astorga -
Paraná - CEP: 86720 - Brasil
- **José Paulo Barros Lima**
C.P. 1566 E.T.P. - São João -
Benguela - Angola
- **Luwawa-Nzila**
C.P. 3534 - Luanda - Angola
- **Ana Maria Marques**
Cond. Itambé, bl. B-18/apt. 34 -
Trindade - Florianópolis - SC -
CEP: 88.000 - Brasil
- **João Baptista Lima Rodrigues**
C.P. 1306 - Luanda - Angola
- **Elaine Monteiro Maciel**
Av. Central, 977 - Conjunto 5º
das Oliveiras - Bloco D, apt. 201
- Goiânia - Brasil
- **Fernando Magalhães**
C.P. 40017 - Rio de Janeiro - RJ
- CEP: 20272 - Brasil
- **Caroll Colber de Lemos**
Av. Santana 1027 - Agenor de
Campos - Moncágua - SP -
Brasil
- **Enoch Fonseca - Kim**
C.P. 708 - Tupã - SP - CEP:
17600 - Brasil
- **Aderaldo Pereira dos Santos**
Av. Mam de Sá, 208 - Fátima -
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
- **Milker Fernando**
a/c João Antônio Teixeira - 2º
Sector Avião dos C.T.T.A. -
Estação Postal Central - Angola
- **Dimitri Paiva Neves**
Rua do Vale nº 16 - Q-10 Gleba
"A" - Camaçari - BA - CEP:
42.800 - Brasil
- **Sergio Salvador Mejia Ramos**
Calle C.N.C. lote 172 L-C - Col.
Lic. Javier Rojo Gómez - C.P.
42030 - Pachuca - Hidalgo -
Mexico
- **Edgar dos Santos Barros**
Parque Residencial Maria Tereza
455, L. Seca - C. Paulino - Nova
Friburgo - RJ - CEP: 28600 -
Brasil
- **João Antônio Matheus**
a/c dos C.T.T. da Précol -
Luanda - Angola
- **Justino Antônio "Tinho"**
a/c de Zacarias Domingos
Miranda - C.P. 18784 - Luanda
- Angola

cadernos do

**terceiro
mundo**

assinaturas

Portugal

anual (12 números)	1100\$
semestral (6 números)	650\$

Espanha

anual (12 números)	1300\$
--------------------------	--------

Resto do Mundo

anual (12 números) *via aérea*

Europa, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe US\$25

Restantes Países US\$30

RENDER MAIS OFERECER DIFERENÇA...

A rentabilização e a resposta às necessidades dos clientes são os nossos objectivos essenciais.

Para os clientes se aperfeiçoam métodos, se introduzem tecnologias novas, se criam produtos.

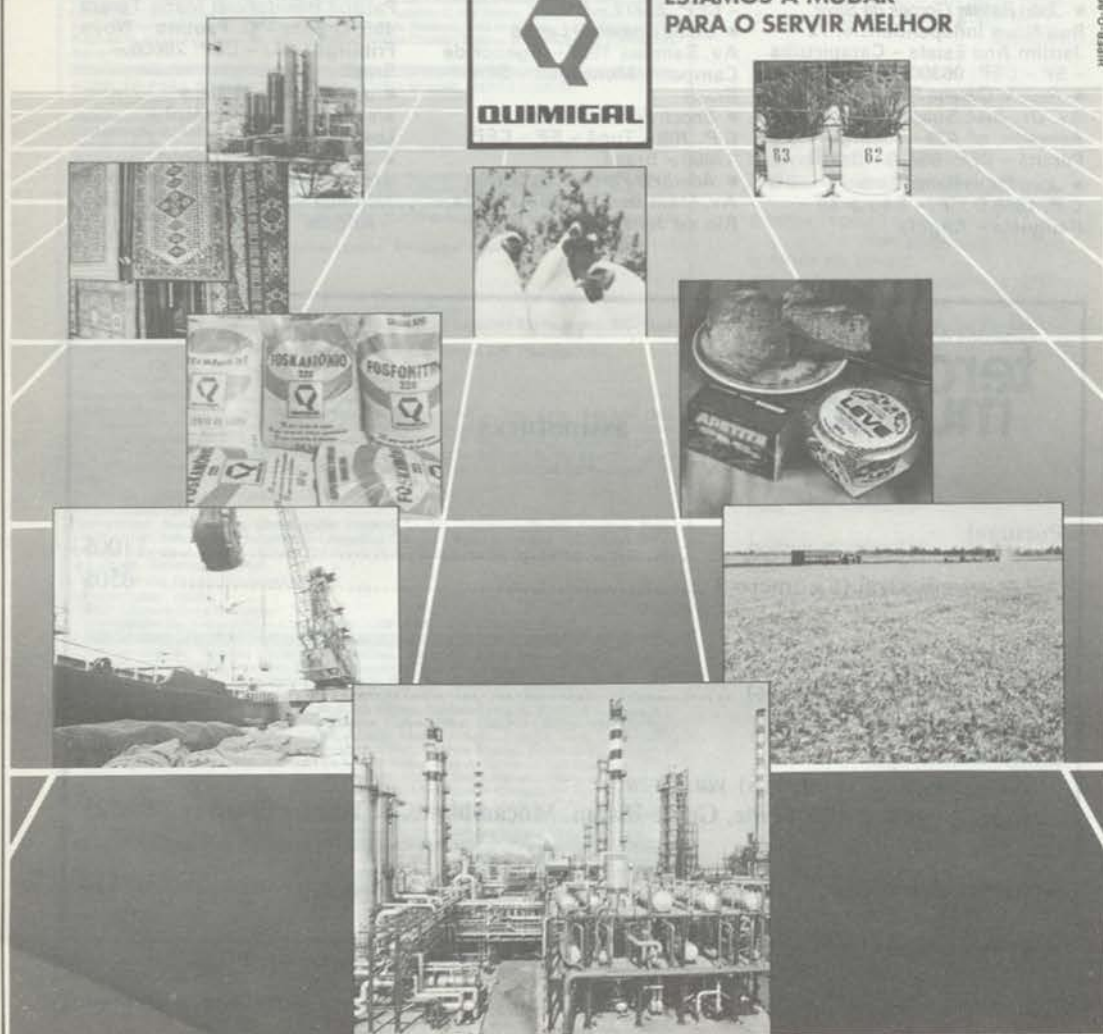
Concorrer com imaginação e criatividade nos mercados nacional e estrangeiro.

Adubos e Sementes Agroquímicos Produtos Químicos, Gases Industriais, Metais Não-Ferrosos e Preciosos, Peletes de Óxido de Ferro Produtos de Química Orgânica Plásticos e Derivados, Fibras e Derivados, Fibra de Vidro e Especialidades Químicas Margarinas, Óleos Comestíveis, Sabões e Glicerinas Produtos para a Pecuária Têxteis para o lar.

Av. Infante Santo, 2 - 1399 LISBOA CODEX



ESTAMOS A MUDAR
PARA O SERVIR MELHOR



HIFER-Q-86



- 7 Panorama Tricontinental
15 Editorial – A morte de Samora Machel
18 Matéria de Capa – Angola: A ofensiva diplomática,
Beatriz Bissio e Carlos Castilho, enviados especiais

- 22 “Há grandes contradições na UNITA”
29 O intercâmbio Sul-Sul é indispensável
34 Um direito conquistado com esforço

África

- 39 Guiné Equatorial: Um país esquecido, *Baptista da Silva*
45 África do Sul: Os bantustões urbanos, a nova tática
do apartheid
49 Filda-86: Uma enorme montra de Angola, *Antônio Freitas*

América Latina

- 52 Brasil: Os interesses em jogo no debate constitucional,
Victor Bacchetta
61 Nicarágua: A revolução dos “cabildos”, *Miriam Goldenberg*
65 “O povo escreveu a Constituição”

Mulher

- 69 O VI Congresso da OPM
77 Notas

Cultura

- 78 O gargalo estreito da distribuição, *Maria Thereza Azevedo*
82 Especial – Macau, Hong-Kong: um “negócio
da China”, *Cecília Jorge e R. Beltrão Coelho*
89 Mais de 400 anos de presença portuguesa
92 Hong-Kong: Questão da nacionalidade é fundamental
94 China: Um país, dois sistemas



Morre Samora Machel



As mulheres africanas condenam o apartheid



Macau-Hong-Kong:
adeus aos europeus



TECNOLOGIA DAS COMUNICAÇÕES

No domínio das comunicações e correios põe à sua disposição os serviços:

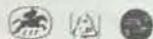
- CONSULTADORIA
- ESTUDOS TÉCNICOS E ECONÓMICOS
- FORMAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO
- GESTÃO DE CONTRATOS
- EXECUÇÃO DE PROJECTOS
- ESTUDO, VENDA E ALUGUER DE EQUIPAMENTO
- TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
- FILATELIA
- SISTEMAS DE SEGURANÇA

Temos a experiência, o conhecimento, o pessoal, a tecnologia. Uma equipa de profissionais, para o desenvolvimento das comunicações.

Consulte-nos

TDC TECNOLOGIA DAS COMUNICAÇÕES, LDA.

TELEX 64313 TDC P LISBOA - PORTUGAL - ☎ 01-37 00 51



Panorama Tricontinental

LINHA DA FRENTE

Fechando o cerco

□ A mini-cimeira realizada na Zâmbia, no dia 19 de Outubro, entre os presidentes de Angola, Moçambique, Zâmbia e Zaire tornou claro que os países-membros da Linha da Frente (da qual não faz parte o Zaire) estão decididos a fechar o cerco político, económico e militar sobre os governos da África Austral que mantenham relações com a África do Sul ou sirvam de base para acções militares organizadas pelo *apartheid* através de entrepostos grupos.

A reunião da Zâmbia aconteceu uma semana depois de um encontro preliminar em Maputo e que teve como principal objectivo analisar o envolvimento do Malawi no apoio aos terroristas da RENAMO. A presença do presidente do Zaire no encontro da Zâmbia indica que foi discutida a questão do uso do território zaireense para o transporte de armas destinadas a grupos armados da UNITA (que como a RENAMO também é apoiada pela África do Sul). A questão do Malawi já havia sido discutida no começo de Setembro entre o falecido presidente Samora Machel e o seu colega Hastings Banda, do Malawi, num encontro no qual participaram

também o primeiro-ministro Robert Mugabe, do Zimbábue, e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, realizado em Maputo, capital moçambicana.

Na ocasião, os três líderes da Linha da Frente reclamaram de Banda a desactivação das bases da RENAMO instaladas no Malawi. O encontro, no entanto, resultou infrutífero, já que o governo da FRELIMO continuou a registar infiltrações em larga escala dos grupos contra-revolucionários, a partir da fronteira malawiana.

Os países da Linha da Frente deram mostras de estar decididos a adoptar

ciarou à imprensa que "sempre tratámos (a questão) com uma linguagem de paz, mas isso não nos conduziu a nada..."

Samora Machel classificou na altura o Malawi de "agente da desestabilização" e informou que o seu governo já havia instalado mísseis junto à fronteira com o seu vizinho, os quais, no entanto, ainda não estavam em posição de ser disparados.

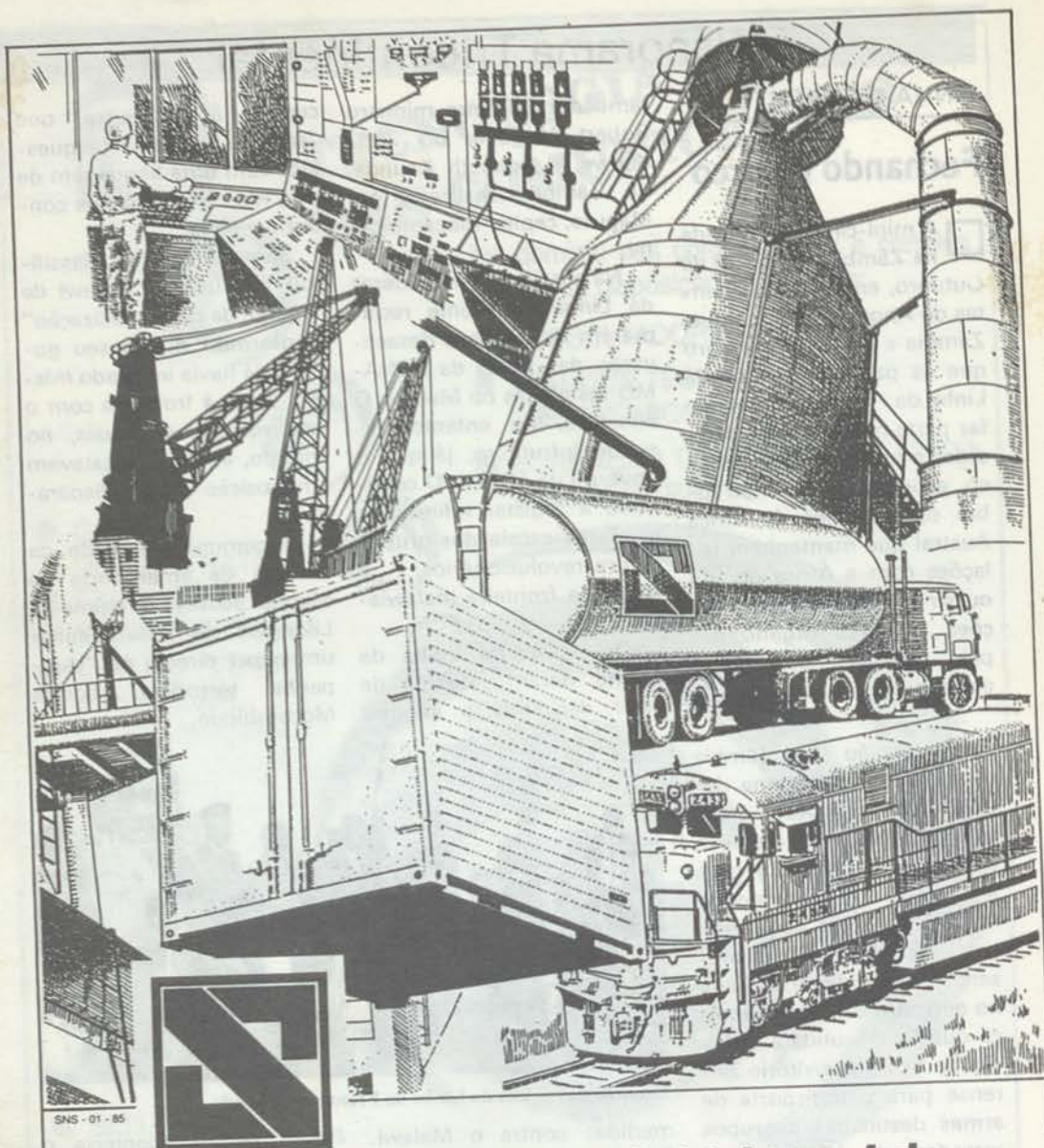
O comunicado saído da reunião de emergência de Maputo acusava o regime de Lilongwe de desempenhar um papel directo na "campanha terrorista" contra Moçambique.



Reunião dos países da Linha da Frente em Luanda

medidas contra o Malawi. Enquanto aumentavam as possibilidades das autoridades de Maputo concretizarem a ameaça feita em Setembro de encerrar a rota que liga o Zimbábue ao Malawi através da província moçambicana de Tete (única saída comercial para este país) Kenneth Kaunda de-

Pouco depois acontecia o "acidente" com o avião presidencial moçambicano que vitimou o presidente Samora Machel e várias figuras de destaque do seu governo. A partir de então o clima na África Austral ficou tenso e nos meios diplomáticos temeu-se uma escalada de consequências imprevisíveis.



SNS - 01 - 85



Sociedade Nacional de Sabões, Lda.

A S.N.S. - Sociedade Nacional de Sabões e as empresas suas associadas contribuem activamente para dinamizar, promover e expandir a economia nacional, nos mercados específicos de sabões, detergentes, óleos e margarinas, rações para animais.

ASSOCIADAS

A.C. LOUREIRO, LDA.
 CIESA-NORMAN, CRAIG & KUMMEL, PUBLICIDADE, LDA.
 DORO-VONDER, Produtos Alimentares, Lda.
 DSM-Resinas de Portugal
 FÁBRICA NACIONAL DE MARGARINA, LDA.
 F.C.B. PUBLICIDADE, LDA.

INDUVE - Indústrias Angolanas de Óleos Vegetais, S.A.R.L.
 MENSOR - Gabinete de Estudos Económicos, Lda.
 PREVINIL - Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S.A.R.L.
 SOJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A.R.L.
 SONADEL - Sociedade Nacional de Detergentes, S.A.R.L.
 SOVENA - Sociedade Vendedora de Glicerina, S.A.R.L.
 VITAMEALO PORTUGUESA - Alimentos Vitaminados para Animais, S.A.R.L.

FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL

Sanções contra o regime do apartheid

□ Com a presença de 154 organizações sindicais representando 296 milhões de trabalhadores de todo o mundo, o XI Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM) reunido, de 16 a 22 de Setembro, em Berlim, capital da RDA, pediu, por unanimidade, a aplicação de sanções dos sindicatos contra o regime racista da África do Sul.

Durante os trabalhos, os sindicalistas recordaram que o mundo gasta mais de um bilião de dólares por ano em armamento, montante que é superior à soma da dívida externa de todos os países do Terceiro Mundo e do seu produto social bruto. O documento principal do encontro, reivindicando uma Nova Ordem Económica Internacional que ponha fim às relações injustas entre Estados ricos e pobres, devedores e credores, faz uma reflexão detalhada sobre a situação dos países do Terceiro Mundo, particularmente atingidos pela crise internacional. Segundo a análise da FSM, a vida dos trabalhadores dessas nações

está marcada, cada vez mais, pelo desemprego e subemprego em massa, inflação galopante, perda considerável do poder de compra, crise de habitação, analfabetismo e fome.

Conforme denuncia o documento do Congresso, as causas da miséria generalizada no Terceiro Mundo "são evidentes": o saque de recursos levado a cabo pelas transnacionais nos países subdesenvolvidos atinge um montante anual calculado em 200 mil milhões de dólares. Os lucros obtidos com

a exploração dessas nações pelas transnacionais norte-americanas nos últimos dez anos atingiram um valor quatro vezes superior aos seus investimentos nessas nações. Na América Latina e Caraíbas, os lucros correspondem a cerca de 800% do capital estrangeiro investido. Finalmente, realça o estudo da FSM, a dívida externa e o serviço da dívida aplicados em taxas de juro extorsivas, têm impedido o saneamento e o progresso económico dos países do Terceiro Mundo.

África: cai a produção agrícola

No ano 2010, os países africanos produzirão menos 30% de alimentos do que em 1985, caso se mantenha a actual tendência na agricultura do continente, alerta um estudo da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) divulgado recentemente em Abidjan, capital da Costa do Marfim.

Este estudo refere que o conjunto dos países africanos terá dentro de 25 anos que importar uma média de 100 milhões de toneladas de cereais por ano para cobrir os défices alimentares. Poucos países terão condições para adquirir os

cereais necessários no mercado internacional o que constitui, desde já, uma ameaça de fome crónica, podendo mesmo colocar em risco a própria sobrevivência de numerosas nações do continente, previne a FAO.

Salientando que a produção agrícola em África desceu 20% desde 1960, o documento citado preconiza um aumento anual de 1% da superfície cultivada ao longo dos próximos 25 anos, como forma de evitar a catástrofe da fome. A área de agricultura pluvial deverá passar de 215 para 265 milhões de hectares e a superfície irrigada de 9,5 para 14,5 milhões de hectares, segundo os cálculos dos peritos da organização das Nações Unidas.

Armas israelitas para Pretória

Israel fornece anualmente à África do Sul diversos tipos de armamento no valor de 200 a 300 milhões de dólares, revelou recentemente a revista britânica *Middle East International*.

Vedetas lança-mísseis *Reshef*, navios de patrulha *Dabur*, mísseis ar-ar, obuses autopropulsionados de 105 milímetros, radares e aviões não-tripulados, são

os produtos do complexo militar-industrial israelita mais utilizados pelas forças armadas sul-africanas.

A *Middle East International* informa também que grandes empresas de armamento de Israel como a *Tadiran* e a *Israel Aircraft Industries* colaboram com a África do Sul no fabrico de equipamentos electrónicos para o exército. Assim, o míssil *Scorpio* sul-africano é cópia fiel do *Gabriel* israelita e o caça *Chita*, entrado recentemente ao serviço da força aérea de Pretória, é uma versão do

aparelho israelita *Kfir*. Por outro lado, a África do Sul produz sob licença israelita, a espingarda automática *Usie* e a carabina *Halil*.

Segundo a revista britânica há factos suficientes para não deixar dúvidas de que os dois países cooperam também no domínio nuclear. "Assinale-se que já em 1979, Israel e a África do Sul fizeram explodir uma bomba nuclear no Atlântico Sul e um ano depois, a RSA, tinha já a sua própria bomba atómica", refere a *Middle East International*.



NOEI CONSULTORES PARA O DESENVOLVIMENTO SARL

Uma empresa de novo tipo
ao encontro da Nova Ordem
Económica Internacional

Sociedade constituída em 1983 com capitais angolanos, caboverdeanos, moçambicanos, portugueses e são-tomenses, tem como objecto promover acções conducentes à cooperação para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento, em especial de ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE e SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, de harmonia com os propósitos de instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional.

SÓCIOS AFRICANOS: SACILDA (Luanda), I.S.P.S. (Praia), SOCIMO (Maputo)
BANCO NACIONAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE
SEDE SOCIAL: Rua da Rosa, 277 - 1.º - 1200 LISBOA - PORTUGAL
Telefones: 36 58 20 e 36 86 15 Telex: 42 545 NOEI P

Panorama Tricontinental

FILIPINAS

Corazón recebe novo projecto constitucional

☐ "A democracia está salva com esta Constituição", afirmou a presidente das Filipinas, Corazón Aquino, perante uma comissão que lhe foi apresentar o projecto final da nova Carta Magna do país. O acto decorreu, no final do mês passado, no Palácio Presidencial em Manila.

O projecto constitucional – que será submetido à aprovação popular em Janeiro – fixa o mandato presidencial em seis anos, sem direito a reeleição, e resgata a figura legislativa do Congresso, formado por duas câmaras, abolido por Ferdinand Marcos quando impôs a lei marcial em 1972. Quanto à presença das bases norte-americanas no país depois de 1991, data em que expira o actual acordo com o governo dos Estados Unidos, o documento autoriza a negociação de um novo contrato com Washington.

O projecto constitucional filipino, elaborado por uma comissão de 47 membros, foi concluído após mais de quatro meses de calorosas discussões, numa altura em que o país vive um clima político bastante conturbado. Para além dos movi-

mentos guerrilheiros, Novo Exército do Povo (NEP), comunista, e Frente Nacional de Libertação Mora (FNLM), muçulmana, o governo Aquino enfrenta um crescente movimento grevista e o desafio imposto

pela reorganização das forças ligadas ao ex-presidente Marcos. Joaquin Bernas, um dos redactores da nova Carta Magna, declarou ao jornal *The Philippine Tribune*: "para todos os efeitos práticos é a Constituição dela (Corazón)... que tanto poderá fortalecer-se como cair junto com a Constituição".

A nova Lei Fundamental filipina, depois de aprovada, irá ocupar um vazio provocado pela queda da Constituição de 1973, abolida por Corazón Aquino assim que foi empossada presidente da República. "Mais do que segurança, a democracia encontra nesta Constituição terreno firme para, degrau a degrau, atingirmos os outros objectivos da nossa nação: o seu progresso material e o bem-estar do nosso povo", disse a presidente das Filipinas.



Presidente Corazón Aquino

Etiópia: criação de novas aldeias

Mais de dois milhões de camponeses de Harerge, a maior região administrativa da Etiópia, mudaram este ano para novas residências em resultado do programa de unificação de pequenas economias isoladas em grandes povoados modernos.

O programa visa acele-

rar a reconstrução sócio-económica das regiões agrárias e melhorar as condições de vida dos camponeses (mais de 90% da população) das províncias devastadas pela seca e pela fome.

A par das novas habitações, nas aldeias estão a ser construídas escolas e clínicas no âmbito de um programa que pretende transferir para estes centros rurais cerca de 30 milhões de pessoas.

LÍBANO

Arafat comenta ataques sionistas

□ Ao comentar as razões que estão por trás dos recentes ataques sionistas contra campos de refugiados palestinos no sul do Líbano, o presidente do Conselho Central da OLP, Yasser Arafat, afirmou ao jornal saudita *Asharq al-Awsat* que essas operações militares fazem parte de um novo plano israelita. Segundo o líder palestino, Israel estaria a concentrar tropas e equipa-

mento bélico ao longo da fronteira que separa os dois países para, mais uma vez, invadir o Líbano.

O ataque de 16 de Outubro contra o campo de refugiados palestinos de Miyeh Miyeh, perto de Sion, foi a décima terceira operação militar de Israel contra o Líbano durante este ano. A agressão foi levada a cabo por oito caças-bombardeiros *Phanton F-4* da força aérea de Israel e causou a morte de quatro civis palestinos e ferimentos em pelo menos outros vinte.

Durante o bombardeamento, um dos aviões invasores foi abatido por mísseis

Sam-7, de fabricação soviética. Os dois pilotos do aparelho saltaram de pára-quedas. Um dos pilotos pode ter sido resgatado durante uma operação de salvamento levada a cabo por forças israelitas, 90 minutos depois da queda do *Phanton F-4*; quanto ao segundo tripulante, teria sido capturado pelos palestinos ou por milicianos xiitas. De acordo com a versão das forças libanesas, um dos pilotos morreu ao saltar de pára-quedas e o outro foi capturado pelos xiitas do movimento AMAL, que pretendia trocá-lo por palestinos e libaneses presos em Israel.

MONTAGEM COMPLETA DE FÁBRICAS PARA CALÇADO



PLANIFICAÇÃO
DE INSTALAÇÕES

FORNECIMENTO
DE MATÉRIAS-PRIMAS
E EQUIPAMENTOS

LANÇAMENTO
DE PRODUÇÃO

TECNOLOGIAS AVANÇADAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PERMANENTE



Comércio Internacional, Lda.

RUA DOS ARNEIROS, 96-1.º DIR. — 1500 LISBOA

Telefone 708139/709220

Telex 42039 ZIMA P

Director Comercial: ANACLETO MARQUES

Produtos - EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS PARA A INDÚSTRIA DE CALÇADO

TIMOR-LESTE

Suharto abocanha monopólio

□ A maior empresa de Timor-Leste, a *P.T. Demok* que domina o monopólio do café, do *cami*(nozes), da copra e da madeira de sândalo é propriedade do presidente da Indonésia, general Suharto, denuncia um comunicado assinado pelo representante da FRETILIN em Darwin, Austrália, Agio Pereira. São ainda património do presidente indonésio, a fábrica de perfume de sândalo em Becora e a companhia de "import-export" *San Taito*.

O comunicado da FRETILIN revela ainda que a maior empresa de construção civil timorense pertence ao general Benny Murdani, chefe do Estado-Maior das forças armadas indonésias e comandante dos contingentes que invadiram a antiga colónia portuguesa, em Dezembro de 1975.

"Todos os cantos da cidade de Díli, até mesmo o mercado municipal, foram objecto da gula indonésia", afirma o representante da organização nacionalista timorense. E acrescenta: "a situação do povo maubere na cidade é sufocante e as suas possibilidades de emprego limitam-se aos *koll* (mão-de-obra barata) que

trabalham no porto de Díli".

O documento adianta que a produção hortícola é praticamente inexistente e qualquer timorense que queira concorrer a um emprego tem de pagar o inevitável *oan roko* (suborno) para o conseguir.

A FRETILIN denuncia igualmente o facto de o actual governador militar de Timor-Leste, coronel Yunus, ter sido o responsável di-



Presidente Suharto

recto pelo assassinio, em Dezembro de 1975, de cinco jornalistas australianos. A revelação do nome do coronel Yunus como principal mandante do massacre dos jornalistas australianos, surge na altura em que o repórter australiano Tony Maniaty apresentou o seu livro "As Crianças Têm de Dançar" onde aquele acontecimento é relatado. Até agora não é conhecida nenhuma reacção de protesto do governo de Camberra pela

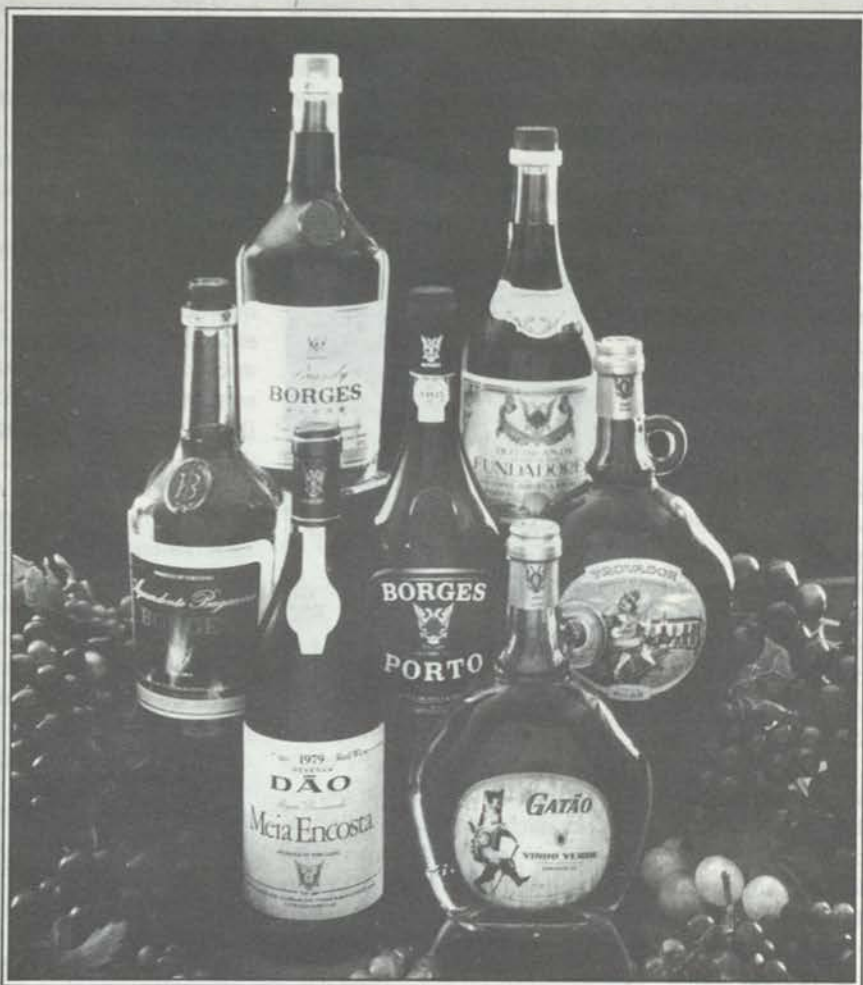
nomeação do coronel Yunus.

No seu extenso comunicado, o representante da FRETILIN refere que esse oficial indonésio comandava em 1975 uma companhia do batalhão 502, na zona fronteira de Batugadé, onde ordenou a captura e posteriormente a execução, em Dezembro de 1975, dos cinco jornalistas australianos. Antes de alcançar a chefia militar do território maubere ocupado, o coronel frequentou uma academia do exército norte-americano após o que foi promovido a comandante das Kopasanda (boinas vermelhas) indonésias.

No seu livro, Tony Maniaty afirma que a morte dos seus cinco compatriotas foi um acto "premeditado para evitar que fosse denunciado o que se passava no território. Eles foram mortos pelas balas do exército regular indonésio durante a invasão", considera Maniaty, que foi enviado da cadeia de televisão australiana ABC a Díli.

Dias depois da divulgação do comunicado da FRETILIN que citámos, Agio Pereira apresentou à imprensa uma lista com a identificação de 42 nacionalistas mauberes detidos na prisão de Plaza Mingu, em Cipinang, onde está situado o quartel-general dos Serviços Secretos da Indonésia (Intel-Bakin).

Em mais de 50 países



EST 1884

SOC. VINHOS BORGES & IRMÃO S.A.R.L.

A morte de Samora Machel

Beatriz Bissio

Existem pessoas que nos impressionam pela sua inteligência; outras pela sua simpatia; outras ainda pela sua sensibilidade humana. Samora Machel reunia todas estas qualidades, que fizeram desse filho de uma família humilde de moçambicanos negros o líder carismático que dirigiu os anos decisivos da guerra de libertação e o primeiro decénio de vida independente, quando os desafios eram talvez maiores ainda do que durante a luta anticolonialista. Não é necessário entrar em grandes discussões sobre o papel do dirigente na História para justificar o poder da sua figura carismática, capaz de galvanizar o povo em favor dos ideais do socialismo no meio de uma realidade dramática de morte e fome, causada pela acção desestabilizadora do regime sul-africano e pelas calamidades naturais que assolaram Moçambique nos últimos anos.

Samora Machel entrará para a História ligado indissolúvelmente à epopeia de libertação do seu povo, assim como Lenine em relação à força desencadeadora e à consolidação da revolução russa, da mesma forma que Ho Chi Minh não seria Ho Chi Minh sem a experiência extraordinária do povo vietnamita no seu confronto desigual com o poderio bélico norte-americano, ou como Fidel Castro ficará ligado para sempre à proeza de ter feito de uma pequena ilha situada nas "barbas" do Tio Sam o primeiro país socialista da martirizada América Latina. Não tinha "tiques" de grande estadista nem era arrogante. Pelo contrário, a primeira

impressão era a sua simplicidade, virtude característica dos mais privilegiados... e o seu grande sentido de humor. Lembro-me que a primeira vez que o entrevistámos, juntamente com Neiva Moreira, em 1975, logo depois da independência, antes de responder às nossas perguntas quis saber as impressões de dois jornalistas latino-americanos diante dos primeiros passos de vida independente do seu país. "Vimos o povo alegre - comentou Neiva - menos uma senhora portuguesa de Nampula (uma cidade do norte do país), que se queixava da proibição por parte da FRELIMO do uso de veículos puxados por gente, os riquexós, a principal atracção da ilha de Moçambique".

"Essa senhora deu-lhe uma informação errada. O que nós proibimos foi que os moçambicanos continuassem a puxar esses carros. Mas se existem portugueses que desejem fazê-lo, os carros estão lá, ninguém os proíbe...", foi a criativa resposta do presidente.

Uma entrevista com Samora Machel era um prazer muito particular. Por um lado, porque ele costumava assumir o papel do jornalista, bombardeando-o de perguntas. Era esse mesmo estilo que o levava a fazer visitas periódicas às diferentes organizações do Estado ou a supervisionar directamente os detalhes de determinados projectos ou orientações. Samora Machel não gostava de formar uma opinião através de terceiros, queria ter a sua, a partir das suas próprias fontes. Assim, nós (não sei se faria a mesma coisa com outros jornalistas, mas

invariavelmente fazia connosco quando o visitávamos) passámos a ser, também, fontes ocasionais da sua informação sobre o andamento do seu país, com a óptica de quem chega de fora. E com a honestidade com que ele sempre exigiu das nossas respostas, ele dava as suas.

Mas, fundamentalmente, uma entrevista com o presidente de Moçambique era sempre uma oportunidade para apreciar a sua agilidade mental, o imprevisível das suas análises, sempre carregadas de uma sabedoria fundada em dois sólidos pilares: a experiência e a intuição. Em termos pessoais, um dos assuntos que conversámos com Samora Machel e que mais me ficou gravado na memória, pela lição que recebi nas suas respostas, foi o problema da prova permanente a que estão submetidos os grandes revolucionários, de não cair na tentação de sentir que a sua missão já está cumprida com o que foi feito no passado, permitindo-se a um relaxamento na severidade que deve nortear a sua conduta. Uma das nossas visitas a Moçambique coincidiu com um episódio traumatizante para os militantes da FRELIMO: a expulsão do partido e a destituição das suas funções de governador da província de Maputo de um herói da luta de libertação, Pedro Juma. Na sua declaração, o partido informava que "a cidade e o conforto" tinham engolido esse e outros grandes militantes do passado, que tinham cedido na sua moral revolucionária. Naturalmente, o assunto aflorou na nossa conversa com Samora Machel.

"Estávamos preparados", disse-nos, sem esconder a sua tristeza pelo afastamento daquele companheiro de luta. "Sabíamos que alguns daqueles que tinham sido grandes

heróis e que não foram atingidos pelas balas do inimigo na selva, caíam com as balas açucaradas da cidade. É um fenómeno da revolução. E precisa de um tratamento correcto".

Que tratamento era esse? Mandar aquele dirigente ou militante de volta às suas origens. Tornar a conviver, em liberdade, com as populações camponesas das províncias do interior, de preferência no norte do país, quer dizer, no próprio cenário da guerra contra o colonialismo português. Para não esquecer que aquele povo martinizado não tinha mudado, significativamente, o seu nível de vida só pelo facto de agora pertencer a um país independente. Ainda havia muito que fazer, antes de se entregar às delícias de uma sociedade de consumo que só estava ao alcance de uma elite privilegiada de Maputo, muito distante dos padrões de vida da grande massa explorada, aquela mesma massa que com o seu esforço e heroísmo anónimo tinha tornado possível, sob a direcção e a vanguarda da FRELIMO, a liberdade do presente.

Não foi esse o único episódio que mostrou a grandeza de Samora. Novos desafios exigiram da FRELIMO e do seu líder a audácia dos primeiros tempos, quando sonhar com Moçambique independente parecia tão temerário quanto querer agarrar a Lua com as mãos.

O colonialismo tinha sido derrotado no campo de batalha, mas a nível ideológico, na estrutura do aparelho de Estado, em algumas camadas da população, os seus estragos ainda estavam presentes. Não se forjam revolucionários da noite para o dia. A FRELIMO declara uma nova guerra contra essa mentalidade moldada durante anos pelo poder colonial: o burocratismo, o

servilismo, o individualismo. "Não queremos resolver os nossos problemas económicos através de *slogans*, através de comícios. Temos que fazer o povo produzir. É essa a forma correcta de solucionarmos os nossos problemas", foi a posição de Samora Machel.

E quando foi atacado por ter permitido que alguns aspectos secundários da economia, como a venda a retalho, ficassem para o sector privado, Samora foi drástico: Moçambique tinha estatizado toda a economia por força das circunstâncias, porque aqueles que tudo tinham, os colonos portugueses, tinham fugido em debandada.

"Dizem que estamos a ser revisionistas? O que estamos a fazer é instigar a luta de classes para liquidar a exploração. O marxismo-leninismo defende na sua essência que cada um receba de acordo com o seu trabalho e a cada um segundo as suas necessidades. O marxismo-leninismo também não promove os preguiçosos, os parasitas. Somos contra o parasitismo. O marxismo-leninismo não se ocupa com a venda de agulhas ou tomates, preocupa-se com a irrigação, com as represas, com a industrialização. Temos que organizar a nossa sociedade de forma a que não haja exploração nem especulação".

O seu passo mais arriscado foi, sem dúvida, o último: aquele que marcou as relações internacionais e a sua posição diante da agressão do regime sul-africano.

Convencido de que a guerra de desgaste que o regime de Pretória promovia contra Moçambique, ao armar e subsidiar o grupo contra-revolucionário RENAMO, e que as próprias agressões directas da África do Sul deviam ser enfrentadas, não apenas no campo de batalha mas também no plano

diplomático, em 1984 Samora Machel viaja para a localidade sul-africana de N'komati, na fronteira com Moçambique, para uma reunião com o presidente Botha, onde foi assinado um acordo de não-agressão.

Mesmo para o seu velho amigo e sólido aliado dos primeiros anos da luta contra os portugueses, o presidente tanzaniano Julius Nyerere, esse passo de Samora Machel foi difícil de aceitar. Samora não teria ido demasiado longe?

São precisamente estas iniciativas que implicam muita confiança na capacidade pessoal de convencer o povo a aceitá-las, embora custe, que põem à prova os grandes líderes. Só eles são capazes de impulsioná-las sem se distanciarem nem perderem o apoio das massas. Samora, com os tratados de N'komati, ganhou tempo, e talvez fosse isso a única coisa que desejava, sem falsas ilusões sobre o que esperar de interlocutores que só jogam com cartas marcadas.

Mas Samora, com certeza, não estava errado. Moçambique mostrou claramente perante o mundo quem são os agressores e assassinos. O avião *Tupolev*, ao cair em território sul-africano e tirar a vida do presidente Samora Machel, dos seus ministros, assessores e acompanhantes, é uma prova que incriminará ainda mais os governantes racistas de Pretória.

A etapa que agora se inicia em Moçambique seria a única em que a figura de Samora não podia faltar. Mas, apesar da sua perspicácia e capacidade intuitiva não existirem mais para clarificar as dúvidas, fica o seu exemplo, que cada dia se tornará mais nítido e será fonte de inspiração para aqueles que agora têm o destino de Moçambique nas mãos.

Matéria de capa



A OFENSIVA DIPLOMÁTICA



Até quando durará a sangria de recursos humanos e materiais imposta pela guerra ao povo angolano? Ninguém sabe, mas o governo de Luanda sentiu que era necessário conta-atacar não apenas a nível militar mas desencadeando também uma ofensiva na retaguarda do inimigo, trabalhando a consciência do povo norte-americano. É este o tema central da análise de Carlos Castilho, que recentemente visitou o teatro de operações no sul de Angola. Completa esta matéria de capa as entrevistas exclusivas realizadas em Luanda por Beatriz Bissio com os ministros da Defesa, coronel "Pedalé" e do Comércio Externo, Ismael Martins, e ainda com a dirigente da OMA, Ruth Neto.

Depois de 11 anos ininterruptos de guerra provocada por constantes agressões directas e indirectas da África do Sul, Angola resolveu abrir uma nova frente. A RPA decidiu atacar também no terreno diplomático; o alvo escolhido foi o apoio político, económico e militar dado pelos Estados Unidos ao *apartheid* e a outros países ou grupos que procuram a desestabilização dos governos nacionalistas da África Austral.

Em Luanda existe a certeza de que enquanto Ronald Reagan for presidente dos Estados Unidos serão mínimas as possibilidades de paz no sul da África, já que a Casa Branca colocou a questão angolana como um dado básico na estratégia de confrontação traçada pelo Departamento de Estado e pelo Pentágono contra a União Soviética. Para Reagan, a África do Sul tem que continuar como um "reduto anticomunista" e, conseqüentemente, deve ser, ainda na óptica de Washington, restabelecida uma zona "protectora" em torno do território sul-africano, semelhante à que existiu na década de 60 quando o colonialismo ainda dominava Angola, Zimbábue e Moçambique. Por ser economicamente o país mais poderoso entre os vizinhos do *apartheid*, Angola é também o alvo principal desta estratégia de procurar o regresso de uma dominação imperial nos países que, após a independência, escaparam da órbita norte-americana.

Mas apesar de Reagan exercer um controlo absoluto sobre o executivo e o complexo industrial militar dos Estados Unidos, a opinião pública norte-americana não tem uma posição unânime no que se refere à política traçada pelo Pentágono, Casa Branca e Departamento de Estado. Também no Congresso não existe unanimidade. Por isso, o governo de Angola resolveu levar os seus pontos de vista até ao centro do debate político nos Estados Unidos.

A convicção de que a guerra deveria ser travada também na frente diplomática e levada até ao coração do *establishment* norte-americano, fez com que o governo angolano intensificasse os contactos com políticos progressistas dos Estados Unidos no sentido de divulgar posições

e propostas feitas há já algum tempo e que, devido ao bloqueio da grande imprensa dos EUA, permaneceram quase ignoradas. Organizações especializadas em *lobby* político no Congresso foram contactadas, assim como foram feitos



O presidente José Eduardo dos Santos está directamente empenhado no esforço de guerra

convites para que políticos como Jesse Jackson, ex-candidato presidencial, e Andrew Young, ex-embaixador na ONU, visitassem Angola para constatar *in loco* a realidade da guerra e o preço do apoio norte-americano ao *apartheid*.

O esforço informativo

Jackson e Young estiveram em Luanda este ano acompanhados por vários jornalistas norte-americanos. Um deles disse em Luanda, depois de entrevistar altos funcionários do governo e diplomatas, que a "opinião pública norte-americana está totalmente desinformada sobre o que se passa em Angola".

O jornalista admitiu que desconhecia a existência de uma carta do presidente angolano José Eduardo dos Santos enviada ao secretário-geral da ONU propondo um acordo de pacificação do sul do país, através da retirada parcial dos soldados cubanos que estão na região em apoio às

terceiro mundo - 19

Matéria de capa

tropas angolanas, enquanto a África do Sul aceleraria a implantação do plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia. A carta nunca foi respondida pela África do Sul, nem foi comentada pela Casa Branca.

A posição angolana expressa no documento entregue ao secretário-geral da ONU, em Novembro de 1984, aborda directamente um dos pontos chave da política do Departamento de Estado que colocou a questão da retirada dos cubanos como uma espécie de tabu. Reagan sempre quis apresentar uma saída das tropas enviadas por Fidel Castro em 1975, a pedido do então presidente Agostinho Neto, como uma "vitória sobre a União Soviética", com o objectivo de explorar o facto junto do eleitorado norte-americano conservador.

No final da década de 70, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger criou a "teoria do *linkage*", na qual a independência da Namíbia dependia da retirada dos cubanos. Mas o *linkage* nunca foi aceite por Angola nem pelos demais países africanos. Essas nações alegam que o pedido de ajuda militar externa foi um acto soberano de Angola, quando, pouco depois da independência, o país estava a ser atacado pelo sul e pelo norte por forças invasoras estrangeiras.

O apoio dos EUA à UNITA

Outro factor que convenceu o governo angolano da necessidade de iniciar uma ofensiva política e de esclarecimento público dentro dos Estados Unidos foi o apoio da administração Reagan ao grupo contra-revolucionário UNITA, liderado por Jonas Savimbi. A UNITA passou a ser "namorada" pela direita ultraconservadora dos Estados Unidos, que convidou Savimbi para visitar Washington e a Casa Branca, onde foi saudado por Reagan como um "combatente da liberdade".

O adjectivo dificilmente poderia ser levado a sério porque existem provas suficientes que demonstram que o dirigente da UNITA ajudou as tropas coloniais portuguesas que lutaram contra os nacionalistas angolanos até à independência. Além disso, Savimbi tem o apoio total do racis-

mo sul-africano que fornece à UNITA armas, munições, instrução militar e suprimentos, além de dar cobertura militar directa sempre que o grupo rebelde corre o risco de ser aniquilado pelo exército angolano.

O lobby ultraconservador de Washington procura pôr em pé de igualdade a UNITA e os contra-revolucionários nicaraguenses, prestando a ambos ajuda financeira directa e apoio militar tanto aberto como secreto. Na questão dos "contras", dada a proximidade geográfica da Nicarágua em relação aos Estados Unidos, foi possível fazer uma ampla campanha de esclarecimento da opinião pública norte-americana organizada por grupos de solidariedade.

Com isso, o Congresso dos EUA viu-se sob forte pressão quando foi votada a ajuda aos saudosistas de Somoza. O facto demonstrou que há uma parte considerável da opinião pública, da imprensa e também dos políticos norte-americanos que sendo bem informada, não é envolvida pela campanha de desinformação movida pela Casa Branca, Pentágono, Departamento de Estado e CIA.

A maior prova disso aconteceu durante as discussões no Congresso sobre as sanções contra o *apartheid* sul-africano. A pressão popular nos EUA foi forte, contaminando tanto a Câmara de Representantes como o Senado, a ponto do presidente Reagan ter ficado isolado politicamente. Esta sucessão de acontecimentos mostrou que a questão angolana se situa no mesmo contexto, o que levou o governo de José Eduardo dos Santos a também dar início a uma ofensiva de esclarecimento junto à opinião pública norte-americana. Na medida em que ela tenha sucesso, o que for conseguido para neutralizar os "contras" ou reforçar as sanções contra a África do Sul, acabará também por ajudar Angola e vice-versa.

Uma consequência inesperada e até certo ponto inédita desta iniciativa angolana, foi a reacção das empresas norte-americanas que exploram petróleo na província de Cabinda (norte de Angola), associadas à empresa estatal SONANGOL. No momento existem 12 companhias estrangeiras operando em Angola, a

maioria delas norte-americanas como a *Chevron* (a maior de todas), *Conoco* e *Texaco*.

Estas empresas passaram a ser alvo de uma violenta campanha por parte dos sectores conservadores de Washington, mas apesar de todas as pressões estão decididas a continuar em Angola. A *Conoco*, por exemplo, começou a operar em Junho deste ano, estando previstos investimentos de até 100 milhões de dólares. A *Cabinda Gulf*, subsidiária da *Chevron*, pediu um financiamento de 180 milhões ao *Eximbank*, que negou o pedido. A empresa voltou-se então para bancos franceses que autorizaram o empréstimo através do qual a *Cabinda Gulf* vai intensificar a exploração petrolífera na plataforma marítima de Numbi, o que levará a um aumento de 20% na produção angolana de petróleo.

Recentemente, o presidente da empresa francesa *Elf-Aquitaine* esteve também em Luanda onde anunciou a sua decisão de ampliar ainda mais a sua actuação no país, apesar das pressões dos grupos anticomunistas nos Estados Unidos e Europa. Quase todas as empresas estrangeiras instaladas em Angola dizem que as relações com o governo do MPLA-PT são excelentes e que o país apresenta potencialidades só comparáveis às da Nigéria.

Mobutu: comportamento sinuoso

A partir de Setembro, as preocupações angolanas passaram a concentrar-se na fronteira com o Zaire, depois da descoberta dos carregamentos clandestinos de armas, munições e suprimentos em veículos procedentes do país vizinho. O carregamento era, segundo fontes diplomáticas, procedente da Arábia Saudita e foi desembarcado em Kinshasa, em meados de Agosto, a bordo de um avião de transporte *Hercules C-130*, sem matrícula.

No começo de Agosto, um avião militar angolano fez uma aterragem de emergência em território zairense devido ao mau tempo. O aparelho foi autorizado a seguir viagem, mas a imprensa de Kinshasa começou a publicar editoriais e comentários acusando Angola de violar a fronteira. Tudo isto fez com que fossem reavi-



Bombardeamento sul-africano no sul de Angola

vadas as desconfianças de vários países da África Austral relativamente ao regime do presidente Mobutu Sese Seko, cujo comportamento em relação a Angola tem sido classificado de sinuoso.

Vários jornais europeus já informaram que conhecidos mercenários circulam impunemente em Kinshasa, onde Mobutu chegou a manter relações estreitas com Armand Agnarelli, um conhecido mercenário francês que lutou na guerra do Biafra, na Nigéria. Agnarelli, por sua vez, sempre manteve bons contactos com os sul-africanos. O ressurgimento da questão zairense pode estar ligado a uma iniciativa norte-americana de reorientar os suprimentos militares à UNITA através de Kinshasa, para evitar os embarços provocados pelo uso do território sul-africano para fornecer armas aos homens de Savimbi.

A ofensiva diplomática e informativa nos Estados Unidos não vai pôr fim à guerra no sul de Angola, mas ela será seguramente um elemento capaz de romper o actual impasse militar, onde o exército angolano mantém a iniciativa dos combates e cerca os principais redutos da UNITA, mas não pode avançar mais porque a aviação e o exército sul-africanos vêm em socorro de Savimbi sempre que ele fica exposto a um ataque frontal.

A mais recente medida da ofensiva diplomática angolana foi o convite feito a Ronald Reagan para que visite a África Austral e constatare pessoalmente os efeitos do apoio norte-americano à política agressiva do *apartheid*. Reagan não respondeu, o que, não chegando a surpreender ninguém, o deixou numa posição difícil, já que os seus adversários políticos em Washington podem agora cobrar dele uma atitude que o presidente norte-americano não quer tomar. ●

Carlos Castilho

“Há grandes contradições na UNITA”

Para o ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha, mais conhecido como “Pedalé”, não haverá paz na África Austral enquanto permanecer o actual regime sul-africano e Reagan continuar a ocupar a Casa Branca

Ser ministro da Defesa de um país em guerra há mais de dez anos, que teve de organizar o seu exército partindo das forças guerrilheiras que combateram o colonialismo e que enfrenta o exército mais poderoso do continente africano – o da África do Sul – não é uma responsabilidade qualquer.

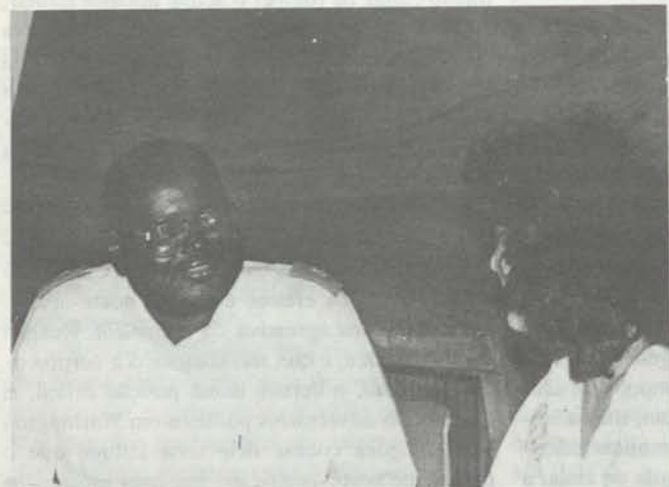
No entanto, o coronel Pedro Maria Tonha, mais conhecido em Angola e no exterior pelo seu nome de guerra, “Pedalé”, já

está “tarimbado” depois de quase trinta anos de luta, apesar dos seus quarenta e cinco anos incompletos.

Quando solicitámos uma entrevista exclusiva para *cadernos do terceiro mundo* a este coronel – um dos maiores ídolos do país e um dos seus dirigentes mais populares, membro da Comissão Política do MPLA e fundador do movimento – parecia pouco provável que conseguíssemos conversar com ele, dada a quantidade de compromissos que sobrecarregavam a sua agenda.

Porém, recebeu-nos no seu gabinete no Ministério da Defesa, instalado numa das antigas mansões coloniais de Luanda, adaptada às necessidades de um ministério de primeiríssima importância. Conversámos durante cinquenta minutos, o que nos permitiu reconhecer, por trás do sóbrio e até humilde dirigente, um homem a quem a guerra não despojou de uma profunda sensibilidade humana.

A entrevista centralizou-se, como não podia deixar de ser, nos aspectos militares da actual situação, mas a conversa derivou também para outros assuntos não menos importantes, que mostram ângulos menos conhecidos da realidade angolana.



O Ministro da Defesa, coronel “Pedalé” e a nossa editora Beatriz Bissio

A UNITA começou a actuar também no norte de Angola. Como é possível explicar esta capacidade operacional, considerando que as suas bases logísticas conhecidas estão no outro extremo do país, no sul, junto à fronteira com a Namíbia, onde contam com o apoio do exército sul-africano?

– A UNITA tem infiltrado pequenos grupos no norte do país. Primeiro deve-se ter em conta que, na região central, os bandos da UNITA são abastecidos por aviões sul-africanos que lançam determinados tipos

de armamento, como explosivos e munições, usando pára-
-quedas. Já capturámos um elevado número de armas, que mostrámos oportunamente aos meios de comunicação, dessas que são enviadas para alimentar os actos de sabotagem. Estas actividades, no entanto, não são muito intensas nem causam alarme.

O inimigo tem feito muita propaganda. Recorde-se que durante a conferência ministerial do Movimento dos Não-Alinhados, realizada no ano passado em Luanda, foi feita uma grande campanha de propaganda para fazer crer que o governo angolano não seria capaz de realizar o evento por causa das acções que eles levariam a cabo contra a capital e noutras regiões do país. Nada disso aconteceu.

Por essa razão podemos afirmar que no norte só operam grupos reduzidos, que atravessam a fronteira principalmente nas regiões mais isoladas. A própria população se ocupa de os combater, embora eles consigam praticar os seus actos de banditismo e cometer muitos assassinatos.

A travessia da fronteira é conhecida pelas autoridades do Zaire?

— Ainda não dispomos de informações claras, mas é possível que a UNITA esteja também utilizando a fronteira norte, isto é o Zaire. Mas nós temos trabalhado no sentido de resolver a questão com os nossos vizinhos. No entanto, se constatarmos este facto, nós mesmos informaremos a opinião pública internacional sobre o que descobirmos e tomaremos as medidas que acharmos convenientes.

Acredita que se poderia repetir o quadro militar de 1975, quando Angola foi invadida, a norte pelo Zaire, e a sul pela África do Sul?

— Não sei se se poderá repetir o que ocorreu



A guerra da UNITA: deterioração da moral dos mercenários

em 1975. Acho que não, estamos muito longe disso. Porém, quando o imperialismo norte-americano toma decisões, tudo pode acontecer.

Contradições na UNITA

Tomámos conhecimento que das declarações dos mercenários capturados se deduz um certo cansaço em relação a esta guerra para a qual eles não vêem saída, contrariamente ao que lhes tinha sido dito quanto a resultados imediatos...

— Pelo tipo de guerra que eles fazem contra nós, é compreensível que não lhes reste outra alternativa senão revoltarem-se contra os seus mandantes, matarem-se entre si ou entregarem-se.

Quando são capturados, eles parecem fisicamente muito enfraquecidos, com uma enorme desnutrição e bastante desmoralizados. No interior da direcção da UNITA existem grandes contradições, o que traz reflexos na situação vivida pelos seus mercenários. Muitos deles acabam por desertar.

A guerra na África Austral pode ter um desenlace militar — o que não é provável — ou diplomático. Esta última via, no entanto, também não parece fácil. Recentemente, o presidente Reagan rejeitou uma proposta dos países da Linha da Frente para iniciar um diálogo. Essa recusa terá consequências no plano militar?

Matéria de capa

— Certamente. Primeiro, porque Reagan e os Estados Unidos nunca reconheceram a soberania do povo angolano, nunca reconheceram Angola como país independente. Segundo, porque Reagan apoia a UNITA directa e abertamente e, em terceiro lugar, porque os norte-americanos apoiam o regime racista da África do Sul.

Neste contexto compreende-se porque é que Reagan não está muito interessado em estabelecer conversações com os países da Linha da Frente. Nós, apesar disso, insistimos na necessidade de um encontro para que o presidente Reagan conheça de perto a realidade dos nossos países.

Deve ficar claro, no entanto, que mesmo no caso do governo norte-americano aceitar o convite, não estamos optimistas. Não confiamos numa mudança de posição porque já está comprovado que, desde que Reagan subiu ao poder, o mundo passou a viver situações muito graves.

Essa é a posição de Reagan, dos seus assessores da Casa Branca e do Pentágono. Mas o senhor não acredita na possibilidade de mobilizar outros sectores da sociedade norte-americana, para alertá-los sobre os perigos de uma guerra generalizada na África Austral? Refiro-me a um trabalho semelhante ao que desempenharam os vietnamitas durante a guerra da Indochina, no esforço de consciencialização do povo norte-americano.

— Ultimamente têm visitado o nosso país algumas importantes personalidades dos Estados Unidos. Esteve aqui, por exemplo, o senhor Jesse Jackson, que visitou não apenas Angola mas também outros países da Linha da Frente. Houve também outras delegações de peso, para além das relações comerciais entre Angola e grandes capitalistas dos Estados Unidos. Existem influentes empresas norte-americanas pre-

sentas no nosso país e achamos que as nossas relações com essas transnacionais têm-se solidificado. Confiamos, enfim, que tudo isto contribuirá para garantir uma melhor relação com os Estados Unidos.

Por outro lado, temos visto que há tentativas por parte de instituições oficiais norte-americanas no sentido de modificar um pouco a sua política externa. Com base nestas constatações, temos feito alguns convites para que muitas personalidades visitem Angola.

O nosso desejo é estabelecer relações diplomáticas entre o povo angolano e o povo norte-americano. Sabemos que a luta praticada contra Angola por parte dos actuais governantes dos EUA não representa a vontade da maioria dos norte-americanos. Por isso mesmo pensamos que no futuro a situação poderá mudar, permitindo que tenhamos boas relações com os Estados Unidos.

As forças armadas e as diversas guerras

Angola está em guerra há mais de dez anos, ou seja, praticamente desde que ficou independente. O exército guerrilheiro do MPLA, que lutou contra o colonialismo português, organizou-se depois como exército regular. No entanto, a guerra de agressão promovida pela África do Sul e principalmente as operações militares da UNITA, obrigaram-no a reformular as suas táticas e a criar corpos de acção rápida anti-insurreccional. Como é a actual organização das FAPLA?

— Como você mesmo disse, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) tiveram origem no exército de guerrilha que combateu durante longos anos o colonialismo português. No limiar da nossa independência fomos invadidos por um exército organizado — o exército sul-africano —, o que nos obrigou a



Sven Simon

Reagan criou graves tensões

Angola



Mario Ruiz - Picture Group

Jesse Jackson: solidário com a Linha da Frente

uma adaptação a um outro tipo de guerra. Não foi fácil, mas conseguimos expulsá-lo do nosso território, libertando cada quilómetro quadrado do país.

Depois veio a agressão mais permanente e a acção dos bandos da UNITA, armados e treinados pelos sul-africanos e pelo próprio imperialismo. Causaram grandes prejuízos, assassinando mulheres, velhos, crianças e destruindo parte da nossa economia.

É uma guerra diferente daquela que travámos contra o colonialismo e também da que praticámos contra os sul-africanos, na primeira invasão. Por isso as nossas forças armadas tiveram que se adaptar ao novo tipo de luta. Podemos afirmar que conseguimos encontrar a fórmula adequada para combater os sul-africanos e os bandos da UNITA. Adquirimos uma imensa experiência. Só isso pode explicar como conseguimos enfrentar os grandes ataques do inimigo interno e externo.

Num país como Angola, a defesa deve ser encarada de um ponto de vista diferente, sendo fundamental a confiança da população nas suas forças armadas. Qual é a relação entre os militares angolanos e o povo?

– Durante a guerra de libertação foi graças à activa participação da população ao seu enquadramento e organização que as forças da guerrilha conseguiram derrubar o colonialismo português.

Nesta segunda guerra, a população também está organizada, não só dentro da estrutura das forças armadas mas principalmente nas organizações de base do partido: nas fábricas, no campo, em toda a parte. A população, devidamente organizada, soube levar avante a luta contra os fantoches da UNITA e contra os sul-africanos.

Foram criadas algumas estruturas especiais?

– Criámos a Defesa Popular, que se organiza quase nos mesmos moldes de um exército, embora sejam forças paramilitares. Elas actuam principalmente na defesa das áreas habitacionais, nas suas aldeias e nos seus *kimbos*. Depois de

todos estes anos decidimos reorganizar a Defesa Popular, que agora é constituída por tropas territoriais. Essas tropas estão a ser organizadas em pelotões, companhias e batalhões, que se ocupam da defesa de determinadas regiões e sectores da economia, ou mesmo da defesa física da população que habita áreas onde as forças armadas não podem estar presentes.

Isto quer dizer que fomos concebendo novas formas de organização da população, para que esta se possa defender. Mesmo assim vivemos situações difíceis. O nosso povo continua a ser vítima de massacres e assassinatos praticados pelos mercenários da UNITA.

A adesão à Defesa Popular é voluntária?

– É claro que sim. Em Angola existe uma lei de serviço militar obrigatório para todos os jovens com mais de 18 anos. A população adulta e os jovens menores de 18 anos aderem de forma voluntária a essas organizações para se poderem defender.

As mulheres também podem participar?

– Em todas as unidades da Defesa Popular há mulheres armadas, que participam da luta em pé de igualdade com os homens.

A mulher teve também uma participação de destaque na luta de libertação e na guerrilha. Ela está agora incorporada às forças armadas

Matéria de capa

regulares? Existem destacamentos femininos?

— As nossas forças armadas contam com mulheres destacadas para missões especiais, onde desempenham certas funções. Não há muita diferença entre as tarefas dos homens e as das mulheres.

Durante a primeira invasão sul-africana, Angola pediu o apoio de forças armadas de países amigos, especialmente de Cuba. Essa presença tem sido, no entanto, um dos argumentos mais utilizados pelos países agressores para justificar a continuidade

“A mudança do quadro militar no sul vai depender em parte do progresso da batalha que travamos no interior de Angola contra os bandos mercenários da UNITA e contra os agressores sul-africanos”



B. Bisio



Prensa Latina

dos actos de sabotagem. Como vê este problema?

— Sempre fomos muito claros a respeito desta questão. Em todas as ocasiões o nosso comandante-em-chefe, que é o presidente do partido e da República, explicou o sentido da presença desses nossos amigos em Angola.

Foi por causa da invasão, no período da independência, que pedimos o apoio do povo cubano para enfrentar as tropas sul-africanas.

26 - terceiro mundo

Existem acordos entre os governos de Cuba e Angola. Os nossos inimigos nunca reconheceram este facto e utilizaram o argumento para continuar com a agressão.

No entanto, está claro que enquanto persistir a agressão sul-africana os nossos amigos continuarão a ajudar-nos a resistir. Ninguém tem o direito de se intrometer nos assuntos internos do

nosso Estado. A retirada das tropas cubanas é uma decisão que cabe aos governos de Havana e de Luanda.

O mesmo argumento foi usado para adiar a independência da Namíbia...

— No caso das discussões sobre a questão da Namíbia, depois de definida a resolução 435 das Nações Unidas, os Estados Unidos usaram o argumento da retirada das tropas cubanas de Angola como única forma de garantir a concretização da independência. Eles, porém, não mencionam o facto de Angola ter parte do seu território ocupada por tropas racistas sul-africanas e de que as agressões contra o nosso país continuam. Também não falam do apoio ininterrupto que oferecem aos bandos da UNITA.

É por isso que os argumentos sobre a necessidade da retirada cubana não têm sentido.

Acaba de dizer que parte do território angolano está ocupado militarmente pela África do Sul. Acredita que esta situação poderá mudar a curto prazo?

— A alteração deste quadro vai depender muito das intenções do inimigo que nos ataca. Nós pensamos que enquanto o regime do *apartheid* se mantiver na África do Sul e enquanto a

Coronel "Pedalé"

B. BISSIO



"Pedalé": a história julgará os nossos passos"

□ "Não me peça que lhe conte a história da minha vida, poderia enganar-me, cometer erros de avaliação, e nós não temos o costume de falar sobre nós próprios". O ministro da Defesa, que se define como "angolano, antes de mais nada, da província de Cabinda", de facto não dá detalhes sobre a sua história pessoal, que em grande parte está ligada à do próprio MPLA. Reconhece, no entanto, que "se na minha idade ocupo as funções que ocupo, isso se deve a uma necessidade histórica. O mesmo acontece com muitos outros jovens deste país".

A maior parte da direcção do MPLA é da mesma geração, "uma geração destinada a levar avante a luta de libertação nacional", na opinião do coronel "Pedalé". "O meu caso não é muito diferente do de tantos outros combatentes, muitos dos

quais são hoje heróis nacionais, uns caíram na luta, outros são verdadeiros heróis vivos. Sempre procurámos colocar todo o nosso saber e o melhor do nosso esforço, enfrentando qualquer sacrifício, ao serviço da pátria. Foi assim que chegámos aonde estamos hoje. A história dirá o que fomos e o que seremos; julgará o comportamento de cada um de nós ao longo desta caminhada".

Namíbia continuar ocupada pelas tropas racistas, as agressões contra o nosso país, contra Moçambique ou contra as demais nações da região dificilmente poderão acabar.

Uma modificação deste panorama dependerá muito das derrotas dos racistas pela luta popular, como têm acontecido no seu próprio país, e do progresso da batalha que travamos no interior de Angola contra os bandos mercenários da UNITA e contra os agressores sul-africanos.

O papel da força aérea

Levando-se em consideração o tamanho do território angolano e a sua baixa densidade populacional no sul, parece certo pensar que a defesa exige o apoio de uma força aérea. Angola avançou na organização da sua aviação?

As nossas forças armadas regulares têm várias ramificações: o exército, a marinha e a força aérea. Em todas as guerras a força aérea é

necessária para apoiar as forças terrestres. Nós desenvolvemos um trabalho contínuo de organização da força aérea, de formação de pilotos e demais técnicos, porque este é um dos sectores mais complexos, que exige uma tecnologia muito adiantada.

A formação de um piloto ou um engenheiro leva tempo. No curto período em que existimos como país soberano, podemos dizer que formámos o embrião da nossa força aérea. Esta ainda não teve muita influência nas acções de combate, mas ajudou, nesta primeira etapa, no abastecimento das unidades militares e no transporte de tropas e de equipamentos.

No futuro, a nossa força aérea será poderosa. Estamos a ser agredidos e isso obriga-nos a fortalecer-nos. Cabe recordar aqui uma frase do nosso inesquecível presidente Neto: "Angola será um dos países mais fortes do continente africano".

Matéria de capa

Quando menciona a formação de quadros, refere-se ao exterior?

– Formamos quadros da força aérea em países amigos e também em escolas no país.

O Brasil é um dos principais produtores de armas do Terceiro Mundo e regista-se actualmente um aumento significativo nas relações comerciais entre ele e Angola. Existem planos ou alguma iniciativa concreta no sentido de adquirir armamento brasileiro para Angola?

– Mantemos relações comerciais com o Brasil há muitos anos. É um dos países do Terceiro Mundo que apresenta maior desenvolvimento, inclusive no campo da defesa. Apesar disso, não existe qualquer iniciativa para comprar armamento do Brasil. É uma questão que talvez possa ser analisada num futuro próximo, uma vez que as nossas relações têm vindo a se consolidar e Angola já tem o antecedente de comprar meios de defesa em países capitalistas. Tudo depende da evolução das nossas relações e das nossas possibilidades financeiras.

Os jovens e a guerra

Os jovens de vinte anos integram actualmente as forças armadas regulares de Angola, da



Fábrica de armamento em São José dos Campos, São Paulo

28 – terceiro mundo



“A luta é diferente, mas a mística é a mesma”

mesma forma como, há trinta anos, jovens dessa idade fundaram o MPLA e começaram a luta armada contra o colonialismo. O senhor, que participou daquela etapa e hoje continua a conviver com os soldados, vê neles o mesmo idealismo da sua geração?

O nosso partido envidou grandes esforços no sentido de integrar os jovens. Uma grande parte do nosso exército é composto por eles. O que se pode ver é que o entusiasmo dos que iniciaram a luta em nada difere do que demonstram os jovens de hoje.

Muitos dos que estão actualmente nas forças armadas pediram voluntariamente o seu alistamento. Isto mostra que, apesar da difícil situação que vivemos, o entusiasmo existe e o trabalho de consciencialização do partido tem sido eficaz.

De qualquer maneira, devemos indicar que a participação dos jovens de hoje é diferente da de antigamente. Agora temos um país independente, estamos organizados, temos um exército e somos nós quem dirige o país. Naquele tempo tudo era mais difícil: vivíamos no exílio ou nas zonas libertadas e quase não tínhamos apoio.

A luta hoje é diferente, mas a mística é a mesma. Os jovens são o viveiro e o futuro da nossa revolução. Eles estão dispostos a dar continuidade à luta na qual outros jovens caíram e onde se forjaram os nossos heróis.

Beatriz Bissio

O intercâmbio Sul-Sul é indispensável

O "barter", a complementaridade económica entre os países do Terceiro Mundo, o uso do petróleo como alavanca para a industrialização, são analisados pelo ministro do Comércio Externo, Ismael Martins

O ministro do Comércio Externo, Ismael Martins, formado nos Estados Unidos e com um perfeito domínio dos segredos do intercâmbio internacional, ocupa uma das pastas-chave de Angola, país que herdou da época colonial uma economia baseada no petróleo e na exploração exaustiva dos minérios, particularmente dos dia-



Martins: empenhado na exportação de produtos manufacturados

1986 - Novembro - nº 95

mantas. Angola sofre hoje as consequências de um comércio internacional que tem nos Estados Unidos - país que ainda não reconheceu o governo do MPLA nem estabeleceu relações diplomáticas com o Estado africano - o seu principal parceiro comercial.

Nesta entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, Ismael Martins fala das preocupações do governo de Luanda com a baixa dos preços do petróleo, comenta a experiência do tipo de relacionamento estabelecido entre Angola e o Brasil e afirma que o futuro do Terceiro Mundo estará em função da capacidade dos países do sul de complementarem as suas economias.

Angola é um país que exporta basicamente matérias-primas, principalmente petróleo e diamantes. Há planos para modificar esta situação?

- É verdade que por agora Angola exporta produtos brutos - além dos já mencionados, também produtos agrícolas - pois foi essa a realidade que herdámos do colonialismo e uma estrutura não se muda de um dia para o outro. Esta situação ainda se manterá durante alguns anos. Mas, pouco a pouco, irão aparecer nas nossas exportações produtos manufacturados.

B. Bissau

Que produtos seriam esses?

- Produtos da indústria ligeira, como confecção têxtil, calçado e plásticos. Pretendemos dinamizar a nossa petroquímica e colocar em andamento a indústria de adubos químicos. Em breve estará em funcionamento a nossa produção de amoníaco e com os fosfatos pretendemos produzir adubos, primeiro para o nosso consumo interno e, se possível, também para exportação.

Qual é o peso do petróleo nas exportações angolanas?

- O petróleo representa
terceiro mundo - 29

Matéria de capa

actualmente 80% das nossas receitas. O café e os diamantes, os outros dois produtos principais de exportação, estão também em baixa no mercado internacional.

É curioso que sendo Angola vítima de uma agressão sul-africana que conta com o apoio de Washington tenha como seu principal parceiro comercial os Estados Unidos. Que consequências tem esta situação?

— É uma parte da herança colonial. Trata-se de um facto que só o tempo permitirá alterar. A nossa política aspira ao estabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo, independentemente da sua orientação política e ideológica. Pretendemos ter um comércio o mais equilibrado possível e é nesse sentido que estamos a trabalhar, na diversificação dos nossos parceiros comerciais, seja em relação aos nossos clientes, seja em relação aos nossos fornecedores.

Os Estados Unidos são o principal parceiro apenas em termos de compra ou também na venda de produtos industrializados?

— Os Estados Unidos são o principal comprador de petróleo angolano. Cerca de 60% do nosso petróleo vai para os EUA. Isso porque a principal empresa produtora de petróleo é norte-americana, a Gulf, hoje comprada pela Chevron.



"As companhias norte-americanas que exploram o petróleo angolano respeitam as orientações do nosso governo"

30 - terceiro mundo

Há medidas para diversificar a produção com outros parceiros?

— Estamos a começar a desenvolver outros campos petrolíferos, com novos parceiros: empresas italianas, francesas, brasileiras, processo que vai continuar e que provocará também uma diversificação dos compradores do crude angolano.

"Relações de respeito mútuo"

Como são as relações com a empresa norte-americana que explora a maior parte do petróleo angolano?

— As relações comerciais devem basear-se no respeito mútuo e, naturalmente, nas vantagens mútuas. No caso concreto da Gulf, essa empresa tem respeitado as orientações do nosso governo e, obviamente, tem achado vantajosa a situação comercial existente. As nossas relações comerciais são boas, inclusive com perspectivas de futuro. Contrariando a orientação do governo norte-americano, essas empresas apontam para um reforço das suas relações económicas com Angola. Mas, independentemente da política da administração Reagan em relação ao nosso governo, há novas empresas norte-americanas que pretendem estabelecer relações económicas com Angola.

No campo do petróleo?

— Nessa e noutras áreas. Isto acontece porque Angola é um parceiro idóneo, que procura cumprir com as suas obrigações e que no seu relacionamento tem orientações claras. Por isso é um parceiro comercial muito procurado.

América Latina ganha peso

Em relação às importações, qual é actualmente o parceiro mais importante de Angola?

— Neste momento é a Comunidade Económica Europeia, no seu conjunto, incluindo

do Portugal e Espanha. A França e a Alemanha Federal são dois dos nossos principais parceiros relativamente ao fornecimento de produtos químicos. Quanto aos produtos alimentares temos vindo a diversificar as nossas compras. O Brasil tem ganho um peso crescente nesta área, onde também a Argentina e o Uruguai são nossos fornecedores. No caso argentino importamos principalmente carne e soja.

Isto significa que com o crescimento do volume de compras feitas ao Brasil e a abertura dos mercados do Uruguai e da Argentina, a América Latina tem vindo a afirmar-se como um importante parceiro comercial do governo angolano.

A África e o Extremo Oriente (particularmente a Índia e a China) também passaram a ser parceiros comerciais de peso, sendo nossa intenção estreitar ainda mais as relações com essas regiões.

Quais são as principais compras de Angola à Índia e à China?

— Sobretudo alimentos, produtos para o campo e medicamentos. Estão também previstos alguns programas de recuperação do nosso parque industrial com técnicos indianos e chineses.

A integração da África Austral

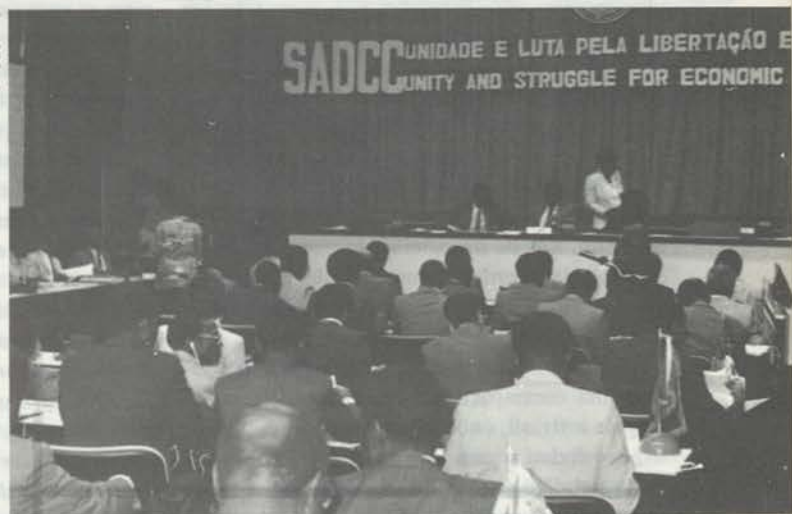
Os países da África Austral têm tentado diminuir a sua dependência económica em relação à África do Sul através da integração económica regional. A expressão máxima desse esforço é a SADCC (ver "cadernos do terceiro mundo" Nº 93, Setembro 1986). Qual é o papel de Angola nesse sentido?

— Acabámos de criar, a nível da SADCC, uma nova unidade técnica — a Unidade Técnica de Indústria e Comércio — que tem como objec-

tivo procurar a complementaridade das nossas economias, reorientando os programas industriais para a produção de mercadorias que sirvam ao intercâmbio entre as nações da região, no seio da SADCC.

Este intercâmbio é ainda muito reduzido. Mas é interessante o que tem sido feito nesse sentido. Angola, por exemplo, tem algumas relações comerciais com o Zimbábue, ao qual compramos carne. É o nosso principal parceiro comercial africano, fornecendo-nos também produtos de apoio e instrumentos para a agricultura, além de algumas sementes, ainda que

C. Castilho



Na SADCC foi criada uma unidade técnica de indústria e comércio

em quantidade muito reduzida. Com a Tanzania as nossas relações económicas são limitadas, trocamos apenas alguns poucos produtos, o mesmo se passando em relação a Moçambique, Zaire, Congo, São Tomé e Cabo Verde (venda de cimento, um produto que vai assumir uma certa importância no comércio externo inter-africano).

Mas se somarmos tudo isto, o intercâmbio comercial de Angola com os países da região representa apenas 4% das trocas comerciais angolanas.

Por causa das difíceis comunicações?

Matéria de capa

— Principalmente por isso. Esse é um dos aspectos chave a nível da SADCC, as comunicações e os transportes. Temos que criar canais para que o comércio regional seja viável.

Neste momento um dos projectos a que a região dá mais importância é a recuperação do caminho de ferro de Benguela, como forma de diminuir a dependência em relação à África do Sul¹.

Voltar ao sistema de troca

Os países do Terceiro Mundo têm procurado, ultimamente, não depender nas suas relações comerciais das moedas fortes, particularmente do dólar. Entre as alternativas foi posto em prática o sistema de troca ("barter"), que tem sido usado entre o Brasil e Angola. Como tem sido essa experiência? Poder-se-á tomar o "barter" como um modelo para o futuro relacionamento comercial Sul-Sul?

— Sim. Somos da opinião de que o estabelecimento de acordos comerciais do tipo *barter* e *draw back* são um passo em frente, um modelo que deve ser levado em conta no futuro.

O importante é que haja, de um lado e doutro, uma contrapartida. Isso existe no caso de Angola e Brasil, onde o sistema é viável porque temos produtos para usar na troca. Angola exporta petróleo para o Brasil — que é um grande consumidor mundial — e o Brasil tem condições de oferecer a Angola produtos da sua agricultura e pecuária, altamente desenvolvidas, como é o caso da soja e da carne. Mas nós somos da opinião de que o mais importante que o Brasil tem para oferecer a Angola é a sua tecnologia. No futuro, esse será o aspecto dominante das nossas relações comerciais. Nós pretendemos receber tecnologia do Brasil como uma contribuição para a diversificação das nossas exportações. Passaríamos, assim, a exportar para o próprio Brasil produtos resultantes de uma certa transformação, como por exemplo, a petroquímica.

Um exemplo dessa transferência de tecnologia

poderia ser a construção da barragem de Capanda com apoio brasileiro?

— Aí o processo é um pouco mais complicado, pois são três os parceiros. Capanda é um exemplo concreto de transferência de tecnologia. Angola vai construir uma grande barragem que terá uma enorme importância. Primeiro, porque vai aumentar a nossa disponibilidade energética para a grande industrialização do país. No sector mineiro, por exemplo, não se pode fazer nada sem energia. As nossas reservas de ferro, magnésio e até de urânio, das regiões de Cuanza Norte e Malange, vão ser exploradas com a energia que vamos obter de Capanda. Outro aspecto importante é que houve de facto uma transferência de tecnologia. O nosso sector industrial vai consumir cada vez mais energia. Entre outros projectos, já temos o da expansão da nossa indústria siderúrgica, projecto que será viável com a energia de Capanda. A ampliação do caminho de ferro será também possível com a expansão da electrificação das nossas linhas.

Tudo indica que o sistema de troca tem futuro. No entanto há um detalhe: Angola exporta petróleo, um produto que tem sofrido uma queda vertiginosa dos seus preços, que além do mais são oscilantes. Como é estabelecido o valor do montante a ser pago pelo Brasil por esse petróleo? Trata-se de um preço fixo?

— Por agora o preço não é fixo. Aplicamos o preço de mercado. É claro que isso tem as suas desvantagens. Primeiro, cria instabilidade nas relações comerciais, instabilidade essa que se reflecte numa certa retracção de fornecer um produto cujo preço está em baixa.

Isto significa que o mecanismo terá que ser mais afinado através de acordos que permitam fixar preços com uma certa estabilidade durante um determinado período de tempo. A aplicação de fórmulas adequadas está em estudo entre nós e o Brasil, assim como entre Angola e os demais parceiros comerciais.

Como esses mecanismos ainda não estão definidos, Angola tem perdido ao ter que vender a preços de mercado. Isto significa que hoje te-

mos que exportar praticamente o dobro do petróleo para obter a mesma quantidade de outros produtos.

Este é mais um argumento para utilizarmos o petróleo como alavanca do desenvolvimento dos demais sectores da nossa economia – particularmente dos sectores mineiro e agrícola – e não queimá-lo como matéria-prima.

Os reflexos da baixa do petróleo

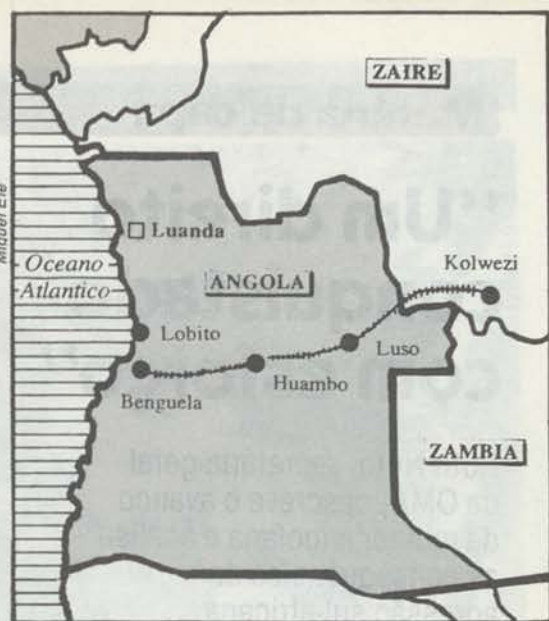
A queda dos preços do petróleo tem custado a Angola, segundo dados divulgados recentemente, uma redução de 50% nas suas receitas. Que projectos de desenvolvimento têm sido levados a cabo?

– Já tivemos que adiar vários projectos. No entanto, há alguns que, naturalmente, não podem ser adiados, como é o caso da barragem de Capanda. Os que de momento tiveram que ser deixados de lado só serão levados a cabo se a sua rentabilidade for devidamente comprovada. O nosso processo de recuperação económica será levado avante mas os resultados que esperávamos alcançar já no primeiro ou no segundo ano só serão obtidos mais tarde.

Temos estado a falar concretamente do intercâmbio Sul-Sul, isto é, entre países subdesenvolvidos, ou do Terceiro Mundo, na forma de "barter". Que espera Angola do comércio Sul-Sul?

O intercâmbio Sul-Sul não é apenas uma necessidade, ele transformou-se num instrumento absolutamente indispensável para que possamos sair do subdesenvolvimento. No Sul temos economias com diferentes graus de desenvolvimento relativo – umas mais desenvolvidas do que outras –, mas que se complementam entre si.

Ao fortalecermos o intercâmbio entre nós poderemos dar mais força às nossas reivindicações em relação ao Norte. Um dos temas principais das discussões com os países do norte refere-se à inclusão dos serviços no GATT. Ora quem oferece serviços é o Norte, o Sul compra-



Para diminuir a dependência em relação à África do Sul os países da SADCC necessitam de recuperar a linha férrea de Benguela, que com início no território do Zaire, atravessa Angola escoando a produção regional.

–os. Por isso foi tão importante a posição defendida por Brasil e Índia na recente reunião do GATT.

Melhorando a situação das nossas economias através da integração Sul-Sul, poderemos negociar com o Norte numa posição mais forte, para viabilizar o nosso arranque económico, negociar em melhores condições o serviço da dívida, para tudo que esteja relacionado com despesas ligadas a *royalties* e patentes.

Há que usar a complementaridade que de facto existe entre nós. Há países cujas tecnologias são perfeitamente adaptáveis às condições existentes na maioria dos países do sul. É o caso, uma vez mais, da Índia e do Brasil.

Por isso o diálogo Sul-Sul não só é possível como é indispensável. (B.B.) ●

¹ O caminho de ferro de Benguela, que atravessa o território angolano estendendo-se até ao Zaire, poderá servir o comércio regional transportando, não só a produção angolana, mas ainda a da Zâmbia e a do Zaire. Esta via férrea tem sido um dos principais alvos dos ataques da UNITA.

“Um direito conquistado com esforço”

Ruth Neto, secretária-geral da OMA, descreve o avanço da mulher angolana e analisa as consequências da agressão sul-africana no dia-a-dia da população

Quando, no Congresso do MPLA de Dezembro passado, sete mulheres foram eleitas para integrar o Comité Central (e uma delas, Maria Mambo Café, foi também escolhida como membro suplente do Bureau Político), consolidava-se a partir de uma votação no seio da instância de poder mais importante de Angola – o Partido – um facto que se constata na vida quotidiana: o avanço da mulher.

Uma dessas sete dirigentes, todas elas com uma longa história, primeiro na luta de libertação nacional e, depois, na batalha pela reconstrução do país, é Ruth Neto, irmã do falecido presidente Agostinho Neto. Secretária-geral da Organização da Mulher Angolana (OMA), Ruth Neto desempenhou um papel fundamental liderando os esforços para mobilizar, através dessa organização de massas, a mulher do campo e da cidade no sentido do seu desenvolvimento como ser humano (na alfabetização, por exemplo), da sua integração na vida política e, por força das circunstâncias, na resistência activa contra a agressão militar sul-africana.

Nessa trincheira, tal como já tinha acontecido na luta armada contra o colonialismo português, Ruth Neto demonstrou a sua sensibilidade, um dos aspectos mais reconhecidos da sua personalidade. Assim, a tarefa de integração e

promoção da mulher nunca foi feita na OMA, forçando a superação acelerada das tradições culturais do país através da adaptação às novas circunstâncias históricas. É o que acontece, por exemplo, relativamente à poligamia, que embora seja entendida como uma herança do passado que gradualmente deve ser superada, não é combatida de forma radical pela OMA para não afastar as mulheres, particularmente as das zonas rurais, que ainda a vêem como uma forma natural de relacionamento entre o homem e a mulher.

Sobre este e outros aspectos do trabalho da OMA, *cadernos do terceiro mundo* conversou com Ruth Neto.

O papel da OMA

“O papel da nossa organização é mobilizar as mulheres para que estejam conscientes do seu papel, para que se sintam parte integrante da nossa sociedade, com igualdade de direitos e participem na reconstrução do nosso país.

“Trabalhamos com mulheres de todas as camadas sociais. Nas 18 províncias de Angola existem estruturas da OMA, inclusive a nível dos bairros. Mas como a maioria da população



Ruth Neto: “informar sobre as causas da guerra”



“Temos muitas limitações para ajudar os atingidos pela guerra”

vive em áreas rurais, dedicamos especial atenção a essas mulheres, porque, além disso, elas trabalham arduamente e as suas condições de vida ainda não são as que desejamos para o nosso povo.

“Já realizámos no interior campanhas de alfabetização, vacinação e higiene, além de trabalharmos também com as crianças”.

A mulher e a guerra

“A primeira coisa que a OMA deve fazer é informar as mulheres e a população em geral sobre as causas da guerra. O nosso povo deve saber o porquê de uma guerra depois que alcançámos a independência. Hoje a situação está tão clara que se pode dizer que todo o nosso povo sabe que a guerra tem por trás dela interesses estrangeiros, os interesses do imperialismo, que tenta destruir o nosso país, a nossa economia e, fundamentalmente, o modelo político e económico que escolhemos.

“A nossa população sabe que se tivéssemos escolhido outro caminho, que atendesse aos in-
1986 - Novembro - nº 95

teresses dos que hoje são nossos agressores, não estaríamos a viver esta situação. Pode-se falar com qualquer pessoa e confirmar o que digo: hoje existe uma consciência clara sobre este aspecto.

“O nosso trabalho, logicamente, não se limita a informar. Trabalhamos directamente com as mulheres vítimas da guerra, das agressões sul-africanas, dos ataques da UNITA, dentro das possibilidades de uma organização de massas como a nossa. Arrecadamos e distribuímos víveres, roupas e medicamentos. Temos muitas limitações materiais para ajudar os atingidos pela guerra, mas o nosso apoio é importante no plano moral e espiritual”.

Os órfãos de guerra

“A guerra deixou-nos um grande número de crianças órfãs, que precisam do carinho de uma família, de uma companhia. Nós fomentamos o processo de adopção e incentivamos também as instituições do Estado dedicadas ao cuidado dessas crianças, para que elas sejam tratadas da melhor maneira possível.

Matéria de capa

"Contudo, enfrentamos ainda muitos problemas por causa da guerra: não contamos com o número necessário de instituições que possam receber os órfãos, nem é fácil o processo de adopção porque, em geral, as famílias ainda não têm condições de arcar com mais essa responsabilidade. É muito grande o número de mulheres trabalhadoras que nem sequer para os seus próprios filhos conseguem solucionar os problemas básicos. As creches são poucas e insuficientes".

Planeamento familiar e mães adolescentes

"Em Angola protege-se a mãe solteira, dá-se-lhe todo o apoio, porque perante a lei não há filhos legítimos e ilegítimos, todos são iguais. "Relativamente ao planeamento familiar, não o fazemos com a filosofia com que ele é encarado na Europa, por exemplo, onde alguns casais



Maurício Mendonça

As crianças são submetidas a um controlo médico periódico

só querem ter um filho e usam pílulas durante longo tempo para evitar a concepção.

"Discutimos muito este problema no primeiro Congresso da OMA, em 1983. O nosso ponto de vista é que não se deve fazer em Angola um planeamento familiar para limitar o número de filhos mas para que eles nasçam em condições adequadas, para que tenhamos crianças sãs: planificar para ter mais filhos e melhores.

"É uma questão que exige tempo e muito esclarecimento, uma verdadeira campanha. Em Luanda, por exemplo, temos uma maternidade onde se pode ir buscar a pílula, que ainda não está completamente generalizada. Mas só a entregamos mediante a realização de um exame médico completo. Há conferências, palestras, filmes e pessoas especializadas que explicam às mulheres o que se pretende com o planeamento familiar".

Partos nas maternidades

"Preferimos que os partos sejam feitos nas maternidades, sob controlo médico. Mas no nosso caso isso ainda é difícil, porque os hospitais não são suficientes. Por essa razão recorremos às parteiras tradicionais, através de cursos (de higiene, noções básicas de anatomia, etc.)

para adaptar os seus conhecimentos práticos à teoria e formação técnicas.

"Muitas parteiras tradicionais já frequentaram os cursos e são elas agora quem prestam assistência aos partos nas zonas longínquas onde a mãe não tem condições de ser transferida para um hospital ou nos bairros onde não há maternidades. Nesses casos, a orientação é que a criança deve, posteriormente, ser submetida a um controlo médico periódico.

"Temos um convénio com o Ministério da Saúde e em todos estes campos trabalhamos em conjunto: a Organização da Mulher Angolana e as estruturas estatais do campo da saúde".

A mulher e o trabalho

"Com a organização incentivamos a mulher a trabalhar fora de casa para que se sinta útil, para que possa dar a sua contribuição à reconstrução

A convivência com Agostinho Neto

Ruth Neto é a penúltima filha de uma família de muitos irmãos, como é comum no interior de Angola. Uma família que deu ao país o líder máximo, o pai da pátria: Agostinho Neto. Quando lhe perguntámos como foi a sua convivência com ele, Ruth assinala que os 14 anos de dife-

rença de idade que os separavam impediram um contacto mais estreito.

“Quando ele começou a estudar e a se afirmar como líder, eu era ainda pequena”, lembra. “Partiu e nos anos em que esteve longe não pudemos compartilhar nada. Quando voltou, já convivi com ele como líder, como dirigente. A lembrança mais antiga que tenho do presidente é a sua imagem de adolescente, carregando os seus livros. Às vezes tinha algum tempo livre para brincar comigo”.

do país e para que não seja economicamente dependente do homem”.

A poligamia

“E um problema que tem sido discutido, mas que não está resolvido. Trata-se de uma questão estrutural, que faz parte das nossas tradições. Os jovens já vêem o problema de outra forma, têm outro nível de educação e podem analisar a questão de um ponto de vista diferente dos velhos ou das populações das áreas rurais, que vêem na poligamia um ritual que deve ser cumprido.

“Nós, mulheres das cidades, pensamos que a poligamia não deve existir. Mas nas áreas rurais a poligamia tem raízes económicas. Agora já não tanto, mas antes o poder de um homem media-se pelo número de mulheres que tinha. Eram elas que cultivavam a terra e desenvolviam a economia agrária.

“Acreditamos que se trata de uma questão que irá sendo superada aos poucos, de acordo com a evolução da consciência da mulher. E ela que deve compreender qual é o seu papel e recusar a possibilidade de ficar ligada a um homem que já tem outras esposas. E a mulher que deve decidir o rumo que quer dar à sua vida. Na nossa Constituição nada consta sobre este tema”.

Christine Pinheiro



A mulher é incentivada a trabalhar fora de casa para contribuir para a reconstrução do país

A presença no Comité Central do MPLA

“O aumento da presença da mulher nas instâncias máximas do MPLA-Partido do Trabalho significa que há uma valorização crescente do trabalho da mulher, da sua contribuição para a revolução. As mulheres têm participado intensamente, tanto na etapa da luta de libertação nacional como agora, na fase da reconstrução do nosso país.

“Não é, pois, por acaso, que se deu este aumento de representação feminina no Comité Central, assim como noutras instâncias do partido e do governo. E um dever da mulher, mas também um direito, que conquistámos com o nosso esforço”. (B.B.) ●

STAR

Agente transitário a tempo inteiro, de qualquer destino

- Temos a melhor cobertura nacional. Estamos presentes nos principais portos, aeroportos e zonas comerciais e industriais do país.
- Somos agente membro da APAT, IATA e FIATA. Temos uma sólida experiência internacional em transporte aéreo, marítimo e terrestre.
- Conhecemos os melhores meios e vias, bem como o melhor acondicionamento e, sempre, a embalagem mais adequada.



- Oferecemos tráfego de grupagem, com taxas incomparavelmente mais baixas, sem prejuízo de prazos ou acordos de transporte.
- Asseguramos o armazenamento, carga e descarga das suas mercadorias nas melhores condições.

- Dispomos de um serviço porta a porta, com todas as vantagens que este sistema proporciona.
- Promovemos seguros e formalidades aduaneiras, com extraordinária economia de esforços e tempo.
- Acompanhamos a evolução dos mercados, beneficiando de constantes



- informações que possibilitam decisões imediatas.
- Somos técnicos de "project forwarding" com todas as responsabilidades de coordenação geral até à concretização dos empreendimentos.



TRANSITÁRIOS

África/Guiné-Equatorial

Um país esquecido

Passados sete anos do “golpe de la libertad” que derrubou o ditador Macias Nguema, o quotidiano na antiga colónia espanhola da África Central continua a ser marcado pela repressão, corrupção e nepotismo

Só fugazmente a realidade da Guiné-Equatorial é objecto de qualquer menção na imprensa internacional, mesmo nos órgãos de informação especializados na temática africana. O quadro sócio-económico e político que condiciona a vida dos habitantes da Guiné-Equatorial surge sintetizado, apenas, em escassos parágrafos, sempre que ocorre uma nova tentativa frustrada de golpe de Estado. Não fossem essas tentativas se repetirem com tanta regularidade e quase não se ouvia falar desse pequeno país, continental e insular, incrustado na costa ocidental da África Central¹.

O silenciamento era, de resto, a prática corrente seguida pelo velho ditador Macias Nguema para impor a sua vontade. Após a independência, em 12 de Outubro de 1968, se dá, também, o afastamento político da Espanha — antiga metrópole colonial — na sequência da perseguição aos grandes fazendeiros do cacau, entre os quais o principal era o próprio almirante Carrero Blanco, figura preponderante do regime franquista².

O país passa a viver sob o estado do silêncio e do terror. Macias, que se auto-intitulava

“grande líder do povo, pai de todas as crianças guineenses, milagre único e insubstituível da Guiné”, proclama-se presidente vitalício e afirma que o país é alvo de uma “conspiração permanente”. Cada guineense passa a ser encarado como um conspirador potencial, mesmo os mais chegados colaboradores de Macias. Quando o ditador é finalmente derrubado, a 3 de Agosto de 1979, num golpe de Estado encabeçado pelo seu sobrinho Teodoro Obiang Nguema, na altura ministro da Defesa e vice-

chefe de Estado-Maior das forças armadas, a situação do país é de calamidade. Os dez anos de ditadura deixam atrás de si um verdadeiro banho de sangue.

De 1969 a 1979, segundo dados recolhidos pela Amnistia Internacional, foram mais de 10 mil os presos políticos e inúmeros os desaparecidos. Dois terços dos 60 deputados com assento na Assembleia Nacional haviam desaparecido; e em cada 500 habitantes tinha sido executado (entre estes figuravam 10 antigos ministros).



Palácio Presidencial de Malabo: sempre ocupado por ditadores

Para fugirem ao terror e ao regime de trabalho "obrigatório"³ nas fazendas de cacau da ilha de Bioko, onde se situa a capital Malabo, cerca de 140 mil dos 400 mil habitantes da Guiné-Equatorial haviam fugido para o estrangeiro, em particular para os países vizinhos⁴. A pesca artesanal, outrora próspera, havia pura e simplesmente desaparecido



O primeiro governo independente da Guiné-Equatorial (1968)

para evitar que os pescadores se servissem dos barcos para abandonar o país. A rádio nacional há muitos anos que se deixara de ouvir por falta de peças sobresselentes; jornais não existiam e a capital, bem como o resto do país, vivia na escuridão por falta de energia.

Sucessão em família...

O actual homem forte da Guiné-Equatorial, coronel Teodoro Obiang, traçava, pouco tempo passado sobre a tomada do poder ao seu tio Macias, um quadro patético mas realista do país: "não havia administração. Nenhuma repartição, nenhum Ministério funcionava. E sem administração nenhum país pode avançar.

(...) Os hospitais estavam abandonados, as epidemias não eram tratadas e a mortalidade infantil atingia *records* (...) nenhuma escola ou colégio funcionava (...) as prisões transbordavam de detidos não-sujeitos a julgamento. Prisões onde muitos guineenses entravam para não mais sair..."

O presidente Obiang falava de uma situação que conhecia

bem já que participava do círculo reduzido de colaboradores de Macias⁵.

Na ocasião, o coronel fazia questão de salientar os motivos que o tinham levado a derrubar Macias: "não procurávamos o poder. Queríamos assumir a governação do Estado para salvar o nosso povo e devolver-lhe as liberdades democráticas. Tínhamos de tomar essa iniciativa, pois a missão de umas forças armadas é de defender esse direito legítimo..."

Uma frase, constantemente repetida, tornava-se a legenda de Obiang, do Conselho Militar Supremo a que presidia e do novo regime que então se instalava na Guiné-Equatorial: "destruir é fácil, reconstruir é difícil..."

Passados sete anos sobre o derrube de Macias Nguema e da instauração do novo regime, a vida na Guiné-Equatorial continua a ser marcada pela prepotência, a corrupção, o compadrio entre membros do grupo étnico que domina o poder.

Os partidos políticos continuam proibidos. Poucos foram os dirigentes da oposição que regressaram e os que o fizeram foram, na maioria, alvo de vexames. A censura não abrandou, o serviço postal continua sob a alçada do ministro do Interior, e a antiga "tropa de choque" do ditador - "a Juventude em Marcha com Macias" - foi reintegrada por inteiro nas forças armadas do país. Guiné-Equatorial continua a ser objecto de análise e discussão no seio da Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas.

Por outro lado, o regime não deu provas de confiança política nem criou condições de desenvolvimento que motivassem os 35% da população que se auto-exilou por motivos económicos. Poucos regressaram.

Cacau: plantações envelhecidas

As promessas são ainda o "prato-forte" do discurso oficial. O cacau, principal produto de exportação (90%), explorado quase que exclusivamente na ilha de Bioko (antiga Fernando Pó), tem atingido produções modestas, sobretudo se comparadas com as registadas antes de 1968. Ac-

tualmente a produção oscila pelas oito mil toneladas, enquanto antes da independência ela ultrapassava as 40 mil toneladas. Com o café o mesmo se passa: produções actuais entre 400 e 1.000 toneladas, contra 6.000 antes de 1968.

Uma grande parte dos pés de cacauzeiros não foram substituídos, dando hoje sinais de irreversível envelhecimento.



Macias julgado e condenado à morte em 1979

A maior parte das plantações têm mais de 30 anos, e actualmente dos cerca de 50 mil hectares de cacau existentes no país só 20 mil estão a produzir. No campo da pesca, o panorama não é melhor. O novo regime apressou-se a denunciar unilateralmente o acordo de exclusividade que Macias havia firmado com a URSS, mas não tratou de apoiar a pesca artesanal extinta durante a ditadura. Hoje o país, que conta com um potencial de captura de pescado enorme, encontra-se a importar peixe.

A elevada dívida externa

A vida quotidiana para o cidadão comum não é fácil. Os preços são exorbitantes, o mercado negro florescente. Em 1985, o salário mínimo nacional permitia comprar 3 kg de carne. Os circuitos comerciais são na sua maioria inexistentes ou incapazes, enquanto boa parte da produção nacional de alimentos era, até há pouco tempo, contrabandeadada nos países vizinhos.

Calcula-se que a ajuda externa entre 1982 e 1986 tenha sido de 30 milhões de dólares, mas as organizações internacionais doadoras têm consciência que uma boa parte dessa ajuda não chegou a quem se destinava, desviada para os bolsos de alguns dos dignitários do regime de Obiang.

A elevada dívida externa do país - 150 milhões de dólares, o equivalente ao valor do Produto Nacional Bruto (PNB) ou a 5 anos de exportações, levou o país a ter que renegociar o

reescalonamento de 28 milhões de dólares de atrasados com o Clube de Paris e a concessão de um crédito *stand-by* com o FMI no valor de 9,2 milhões de dólares.

Através do acordo firmado com o FMI, em finais de 1985, o regime obrigou-se a pôr em execução um duro programa de estabilização económica e "de ajustamento estrutural". Os funcionários públicos, tal como sucede habitualmente em acordos desta natureza, são os primeiros a sentir os seus efeitos. Tudo leva a crer que entre as cláusulas acordadas figura o despedimento de metade dos 4.000 funcionários públicos.

A alteração de alianças

No comércio com o exterior, Macias Nguema - não obstante o seu regime ditatorial e elitista - logo que rompeu com Madrid privilegiou os países socialistas, nomeadamente a URSS, Cuba e China.



O melhor cacau do mundo... antes de Macias

Com a chegada ao poder do coronel Teodoro Obiang as coisas mudaram. Pela sua formação profissional, Obiang encontrava-se muito ligado à Espanha, onde se graduara na Academia Militar de Saragoça. Isso o levou a estreitar novamente as relações com a ex-metrópole.

As plantações de cacau foram devolvidas aos antigos proprietários espanhóis que surgiram a reclamar a sua exploração. A Espanha tornou-se no principal fornecedor do país (80% do total das importações).

Na altura da visita dos reis de Espanha à Guiné-Equatorial (Dezembro de 1979), chega a pedir à antiga metrópole colonial que "tome a seu cargo o país durante 5 anos..."

Porém, as relações com Madrid depressa entraram em fase de "arrefecimento". Fundamentalmente por duas razões: a frustração gerada pelo retorno à Espanha dos antigos fazendeiros que tinham regressado à Guiné-Equatorial após o golpe. Pela não-rendibilidade da exploração eles não se mostraram dispostos a arriscar em novos investimentos. Por outro lado, houve pouco empenhamento político das autoridades espanholas e foram escassos os recursos financeiros postos à disposição da Guiné-Equatorial.

Entra em cena a França

A França, em pouco tempo, substitui-se à Espanha como principal interlocutor do regime de Malabo. Em Dezembro

de 1983, a Guiné-Equatorial passa a integrar a União Aduaneira e Económica da África Central (UEAC), juntando-se aos Camarões, Congo, Gabão e República Centro-Africana. Em Janeiro de 1985, o país adere ao Banco de Estados da África Central (BEAC) e passa a integrar a zona franco. A Guiné-Equatorial torna-se no primeiro Estado não-francófono a integrar o grupo de 14 países da zona franco⁷.

O *ekwele*, a até então moe-



Coronel Teodoro Obiang

da nacional, sem qualquer aceitação no comércio internacional ou regional é cotada, na altura, 400% acima do valor de câmbio do mercado negro. Ela é abandonada em favor do franco *cfa*.

A entrada da Guiné-Equatorial para a zona de influência política e económica da França em África teve alguns custos. Há fortes indícios de que a França terá mesmo pago integralmente os 33 milhões de francos franceses (mais de 5 milhões de dólares) correspondentes à subscrição de capital

obrigatório que antecedeu a entrada da Guiné-Equatorial no Banco dos Estados da África Central (BEAC). A notícia nunca foi desmentida e é tida como segura.

O regime de Teodoro Obiang favoreceu também um outro país africano: Marrocos. Logo na manhã do dia do golpe que depôs Macias (3 de Agosto de 1979) mais de 300 efectivos das Forças Armadas Reais (FAR) marroquinas chegaram ao país em apoio dos insurgentes. Daí que a anulação do reconhecimento da República Árabe Sarauí Democrática divulgada pouco depois pelo novo regime tivesse sido encarada sem surpresa.

As relações entre Malabo e Rabat têm-se estreitado e ainda hoje cerca de 300 soldados e oficiais marroquinos integram a guarda presidencial do presidente Obiang.

A importância do petróleo

A Guiné-Equatorial poderá vir a tornar-se a breve prazo em mais um produtor de petróleo da África Central, como o são já os seus países vizinhos: Gabão e Camarões. A existência de petróleo é dada como certa. As prospecções prosseguem e a companhia francesa Elf-Aquitaine, bem recentemente, obteve uma concessão de exploração *off-shore* sobre 2.200km².

É provável que importantes companhias francesas se mostrem interessadas, para além do petróleo, nos 1,7 milhões hectares de riqueza florestal, 800 mil dos quais ainda total-

mente inexplorados na zona continental do país (Rio Muni) assim como na exploração das fazendas agrícolas e do urânio existente no subsolo. Hoje os franceses assessoriam a máquina administrativa do país, substituindo-se aos espanhóis.

O presidente Obiang, que decretou o francês como língua de ensino obrigatório nas escolas, defendeu a entrada do país na zona franco como forma de "a economia da Guiné-Equatorial se vir a expandir inteiramente". Na sua opinião, tal decisão tornou o país um concorrente comercial, com uma moeda convertível, ao mesmo tempo que permitiu um melhor combate ao tráfico de produtos agrícolas para os países vizinhos.

Em Julho passado, por ocasião da festa nacional da França, o presidente Teodoro Obiang — um dos raros chefes de Estado africanos presentes



Manifestação de apoio à visita dos reis de Espanha (1979). Aos poucos, o regime de Malabo foi-se aproximando da França

em Paris para as festividades — afirmava solenemente: "vim para encorajar o sector privado francês a investir na Guiné-Equatorial". Dando mostras de um grande pragmatismo, Obiang parece definitivamente

ter escolhido os seus interlocutores privilegiados e para os "negócios estrangeiros" franceses os tempos futuros parecem ser prósperos nesta região da África.

Baptista da Silva

¹ Três tentativas de golpe foram noticiadas desde que Macias foi deposto, o último das quais teve lugar entre 19 e 20 de Julho último. O vice-ministro Fructuoso Mba Onana Nchama, tenente-coronel e apontado como o nº 2 do regime, foi detido juntamente com inúmeros civis e militares. As outras tiveram lugar em Abril de 1981 e Maio de 1983.

² O almirante Carrero Blanco (morto, em 1973, pelo movimento separatista basco ETA-militar), na sequência da tentativa de golpe de Estado contra Macias Nguema, em 5 de Março de 1970, chegou a ordenar o envio de uma força de fuzileiros com ordens para ocupar o território. Os fuzileiros não chegariam a intervir por "interferência" da diplomacia.

³ Regime decretado em 1973, segundo o qual cerca de 60 mil habitantes eram arrastados para

trabalhar nas plantações de cacau. O "trabalho obrigatório" foi utilizado, sobretudo, após 1975, quando 45 mil trabalhadores nigerianos abandonaram as plantações e regressaram ao seu país.

⁴ A maior colónia está no Gabão (60 mil), mas existem outras nos Camarões (40 mil), Nigéria (15 mil) e Espanha (10 mil). O número de guineenses-equatoriais é ainda relativamente importante na República Centro Africana e na Costa do Marfim.

⁵ A maioria dos ministros, chefes militares e embaixadores pertencem ao clã de Mongomo, a aldeia natal de Macias Nguema, situada no extremo este da parte continental do país — Rio Muni —, junto à fronteira com o Gabão. Mongomo fica no chão dos *esangui*, um pequeno grupo da etnia maioritária dos *Fang* (de origem banto, que constituem 90% da

população). Os *esangui* não representam, porém, mais de 1,5% da população total.

Os *bubi*, etnia preponderante na ilha de Bioko, onde se situa a capital, tradicionalmente sempre tiveram escassa representação no poder.

⁶ O Clube de Paris reúne os principais países desenvolvidos do Ocidente credores do Terceiro Mundo.

⁷ Segundo círculos ocidentais, a integração da Guiné-Equatorial na zona franco teria sido uma das exigências postas pelo presidente Bongo, do Gabão, para o apoio ao golpe de Teodoro Obiang. Outra das exigências, seria a passagem das ilhas Cocoteros e Mbañe para a soberania gabonesa. As ilhas são, desde há muito, reivindicadas por Libreville e presume-se que a região em que se situam seja rica em petróleo.

FIDEL e a religião

conversas com Frei Betto



NOSSO
MUNDO
CAMINHO

A longa entrevista que Fidel Castro concedeu a Frei Betto teve uma enorme repercussão em todo o mundo. Foi já publicada em vinte países. A edição cubana teve uma tiragem de um milhão de exemplares. No Brasil suscitou uma violenta campanha de toda a imprensa de direita, assustada sobretudo pelas sucessivas edições do livro e a sua enorme procura. Ora o livro merece tudo isto. Porque Frei Betto não deixa no esquecimento nenhuma das questões, grandes ou pequenas, verdadeiras ou falsas, das relações entre católicos e comunistas. E porque Fidel Castro não elude nenhuma resposta, não tergiversa, não receia, aborda frontalmente mesmo as questões mais delicadas. Tudo isto numa linguagem coloquial, despreziosa, amena, que se lê com prazer.

A Venda
2ª edição

Os bantustões urbanos, a nova táctica do *apartheid*

Depois do fracasso da política de bantustões negros e do recuo forçado da lei do passe, o governo racista lança agora a proposta das cidades-Estado, uma nova versão da segregação racial

Quando, em meados de Agosto, a Assembleia Legislativa do bantustão KwaNdalebe rejeitou os planos do governo de Pretória para dar, em Dezembro próximo, a "independência" formal ao território, ficou claro que o velho projecto de criar pseudo-países negros dentro da África do Sul havia chegado à sua agonia final. Até agora apenas quatro bantustões (Transkei, Ciskei, Venda e Bophutatswana) foram "declarados independentes" por Pretória, sem no entanto terem sido reconhecidos por qualquer país. KwaNdalebe seria o próximo de uma lista de mais cinco.

A rejeição da farsa da independência de KwaNdalebe, situado, ao norte de Pretória, numa região de agricultura pobre, resultou de uma inédita aliança de vários grupos negros e até de fazendeiros brancos, que não concordaram com a transferência das suas terras para uma administração negra,

mesmo que ela não passasse de um mero instrumento do regime sul-africano. Após a "independência", o bantustão continuaria dependente em matéria de defesa, relações externas e finanças. Até a família real de KwaNdalebe, que sempre funcionou como aliada do governo de Pretória, acabou por se dividir, tendo-se omitido na votação da Assem-

bleia Legislativa.

A derrota imposta ao projecto do presidente P.W. Botha tornou-se ainda mais importante depois que o governo sul-africano foi forçado a abolir a lei do passe que proibia o deslocamento de negros para fora das áreas determinadas pelos brancos. A lei, na prática, impedia que trabalhadores negros viessem do campo para a cidade em busca de emprego.

A abolição do passe, um dos mais odiados instrumentos de segregação racial no país, foi apresentada por P.W. Botha como uma concessão, mas na verdade não passou de um reconhecimento tácito de que o governo já não conseguia conter o fluxo constante de africanos empobrecidos dos bantustões para as cidades. Nenhum dos quatro bantustões independentes conseguiu nos últimos dez anos oferecer a mínima condição de sustento



A política de bantustões chegou irremediavelmente ao fim

das respectivas populações, como pretendiam originalmente os defensores do *apartheid*.

O surgimento das "townships"

Nascida na década de 60, a teoria dos bantustões foi concebida como um recurso para forçar os negros a viverem em territórios de terras pobres, incapazes de sustentar a população local, como forma de manter uma permanente oferta de mão-de-obra barata para as cidades. O negro com emprego urbano seria considerado estrangeiro no seu local de trabalho e portanto proibido de fixar residência e trazer a família. Só que o sistema não funcionou.

A superpopulação dos bantustões tornou a migração para as cidades um acto de sobrevivência. O governo também não conseguiu impedir o surgimento de gigantescos bairros-de-lata negros na periferia das grandes cidades, onde se aglomeraram os milhares de trabalhadores e emigrantes clandestinos. Os casos mais claros são o de Soweto, perto de Joanesburgo, e Crossroads, na Cidade do Cabo. A repressão contra o fluxo de trabalhadores foi impotente para conter o cerco negro das cidades brancas e funcionou como um elemento chave no surgimento de um verdadeiro estado de guerra interno, a partir de Agosto de 1984.

Em 1980, segundo cálculos do Conselho Presidencial (órgão subordinado a P.W. Bo-

tha), cerca de um terço dos 24 milhões de negros já viviam na periferia das grandes cidades. Projeções actualizadas do mesmo Conselho afirmam que actualmente esta percentagem já chega perto dos 40% e que até ao ano 2000 metade da população de origem africana viverá nos grandes conglomerados urbanos do país. Instituições académicas fazem no entanto previsões ainda mais avançadas. Para elas entre 60% a 75% dos negros africanos concentrar-se-ão em cidades nos próximos 14 anos.

Foi a partir desta perspectiva que o governo Botha começou a estudar a adaptação da teoria dos bantustões rurais para as cidades, surgindo a proposta das chamadas "cidades-Estado". Esta ideia, mencionada pela primeira vez com carácter oficial durante um congresso do Partido Nacional (no poder desde 1948) em Durban, prevê a concessão de autonomia parcial a bairros pobres como Soweto e Crossroads, bem como de outros que surgiram em consequência do aumento da migração negra dos campos para as cidades.

O jornal *Weekly Mail* afirma que o governo pretende institucionalizar mais três bairros-de-lata gigantes, tipo Soweto, nas proximidades de Joanesburgo, reunindo uma população que pode chegar facilmente aos cinco milhões de pessoas. O mesmo jornal diz que até ao ano 2000 deverão surgir outros três bairros, formando um total de oito ou dez, e que segundo os planos do *apartheid*, seriam transforma-

dos em cidades-Estado. Cada uma destas cidades teria a sua própria administração e indicaria representantes para um Conselho de Estado, no qual os delegados negros se sentariam ao lado dos delegados brancos, das regiões urbanas já habitadas por descendentes de europeus, para tomar "decisões de interesse comum, na base do consenso", conforme declarou Botha no congresso de Durban.

O "apartheid" maquiado

Embora a nova versão da teoria dos bantustões ainda esteja em discussão na cúpula do Partido Nacional, o governo anunciou planos para criar um novo bairro-de-lata gigante ao norte de Joanesburgo, reunindo cerca de 250 mil pessoas. A nova cidade já foi baptizada de Norweto (North-West Township) cuja população deve pular rapidamente para um milhão e meio de habitantes devido à enorme pressão demográfica negra na área. Especialistas do governo acreditam que Norweto não será suficiente e já levantam a hipótese de que um terceiro bairro-de-lata gigante deve ser erguido nas proximidades.

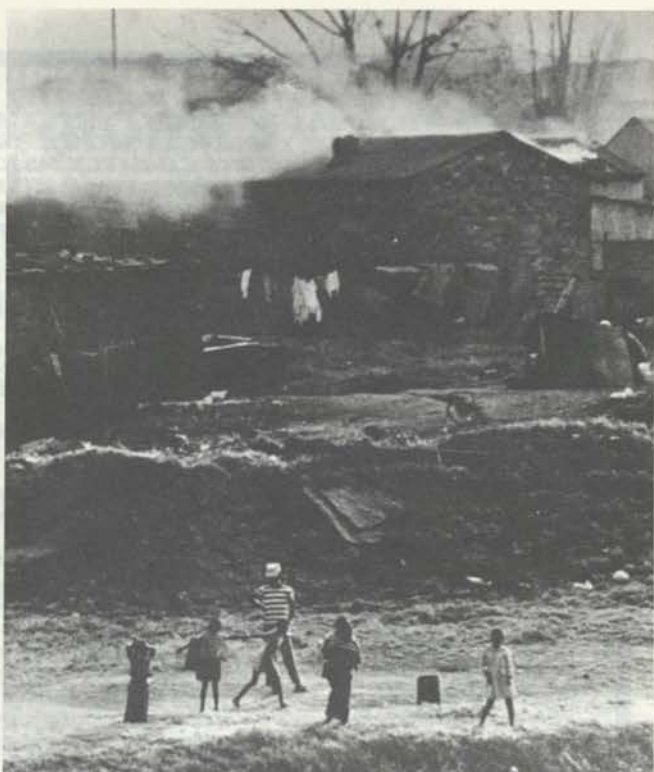
A ideia das "cidades-Estado" tenta na verdade "maquiular" a fracassada teoria dos bantustões, já que não altera o princípio da tutela dos brancos sobre os negros, que está na base do *apartheid*. Embora pouco se saiba das futuras administrações "independentes", o presidente Botha já deixou claro que elas não serão hege-

mónicas no Conselho de Estado, nem terão poder de veto sobre decisões governamentais. O jornal *Weekly Mail* qualifica a nova tática do *apartheid* como "uma acomodação às exigências demográficas irreversíveis". Outros dirigentes anti-racistas preferem considerar as "cidades-Estado" como uma nova versão do "desenvolvimento em separado", antes aplicado nos bantustões rurais. As comunidades urbanas negras teriam uma autonomia local, mas seriam dependentes a nível nacional da tutela branca.

Da mesma forma que nos bantustões a autonomia foi impossível, já que nunca conseguiram gerar uma arrecadação de impostos suficiente para se auto-sustentarem, também as "cidades-Estado" teriam como principal problema o baixo rendimento da sua população. Na prática, o que deve acontecer é apenas um estreitamento da distância entre os núcleos habitacionais brancos, prósperos e industrializados, das reservas negras.

Do ponto de vista político, se os bantustões chegaram na década de 60 a despertar algumas expectativas, a nova teoria das "cidades-Estado" surge dentro de um pessimismo generalizado em relação ao seu desenvolvimento. O boicote dos moradores dos bairros pobres aos conselhos administrativos designados pelo governo é generalizado.

Soweto é praticamente ingovernável, o mesmo acontecendo com dezenas de outras *townships* negras da África do



"Cidades-Estado": uma ideia que já nasceu morta

Sul. Os conselheiros negros têm vindo a renunciar em massa devido à oposição unânime da população. A polícia branca já não consegue penetrar nesses bairros. Os 300 mil moradores de aproximadamente 50 bairros negros espalhados pelo país deixaram de pagar rendas de casa e o governo não consegue expulsá-los.

Por outro lado, os brancos têm revelado uma oposição radical ao aparecimento de novos bairros-de-lata legais, como é o caso de Norweto. Na região, líderes racistas dizem que a proximidade ao aeroporto de Joanesburgo permitirá com que franco-atiradores possam derrubar facilmente aviões

comerciais durante a descolagem ou a aterragem, disparando de dentro do bairro.

Apesar da resistência dos próprios líderes racistas, Botha está disposto a levar o seu plano adiante, tentando vendê-lo à opinião pública estrangeira como uma concessão importante aos negros. Mas o jornal *Sowetan* afirma que a ideia das "cidades-Estado" já nasceu morta: "se o governo branco não consegue sequer fazer com que os seus actuais administradores nos bairros permaneçam nos seus postos, não terá a menor possibilidade de sucesso com futuras mudanças fictícias", afirma. ●

Carlos Castilho

- Consultoria em Gestão
- Estudos de Viabilidade
- Projectos de Engenharia
- Gestão de Projectos
- Organização e Métodos
- Informática
- Organização da Manutenção
- Serviços de Inspeção
- Avaliação de Recursos Naturais
- Formação



PARTEX

Companhia Portuguesa de Serviços, S.A.B.L.

Avenida 5 de Outubro, 160-162, 1000 Lisboa - Portugal

Telex 14708 PARSEX P

Tel. 745011

Delegação na República Popular de Angola

Rua Dr. Alfredo Trancó, Edifício BPA, 1.ª andar

Caixa Postal 1140 - Luanda - Angola

Telex 4009 PARTEX AN

Tel. 8 19 89

Filda-86

A enorme montra de Angola

A 3.^a edição de Filda — Feira Internacional de Luanda —, constitui uma oportunidade para Angola apresentar uma amostra das suas potencialidades económicas e de os seus mais importantes parceiros comerciais tomarem contacto com a realidade sócio-económica do país.

Entre 10 e 19 de Novembro, decorre, na capital angolana, a terceira edição da Feira Internacional de Luanda, «Filda-86», certame que de ano para ano vem ganhando projecção entre os eventos do género, quer a nível continental como mesmo internacional.

Organizada pela Empresa Estatal de Comércio Externo «Feira Industrial e Comercial de Luanda» (Ficom), a «Filda» tem constituído uma oportunidade para a República Po-

pular de Angola, por um lado, apresentar uma amostra das suas potencialidades económicas, e também, por outro, para que os diferentes parceiros comerciais tomem contacto com a realidade sócio-económica do país.

Fabricantes, vendedores e compradores dos mais distantes pontos do mundo encontram na «Filda» a oportunidade de estabelecerem contacto entre si e vários têm sido os acordos comerciais rubricados

durante o certame.

Este ano, a «Filda» apresentará mostras de 16 países estrangeiros. De África, virão o Congo, Moçambique, Senegal e Zimbabwe, enquanto que da América Latina estarão presentes Cuba e, pela primeira vez, o Brasil.

A Índia, que no ano transacto participou a nível de empresas, estará na «Filda 86» com um pavilhão oficial. Nove países europeus — Portugal, Espanha, República Democrá-



tica Alemã, Bulgária, União Soviética, Checoslováquia, França, Jugoslávia e Suécia — estarão igualmente presentes.

As empresas estrangeiras, agrupadas nos seus respectivos países, ocuparão uma área total de 8946 metros quadrados. Angola, país anfitrião, estará representada por cerca de cem empresas. Amostras dos mais variados ramos da economia nacional estarão patentes ao público e aos homens de negócios que visitarão a «Filda-86».

A representação nacional de Angola apresentará uma gama de produtos, entre os quais bens alimentares, têxteis, minerais, derivados do petróleo, pedras preciosas, madeira e café. Uma amostragem do potencial de exportação do país e dos artigos produzidos para o consumo interno, estará no centro da participação angolana.

Atravessando presentemente dificuldades económicas resultantes de factores ligados às oscilações do mercado mundial, como a queda dos preços das matérias-primas, entre as quais o petróleo — base da economia angolana e, ainda, do crescente proteccionismo comercial por parte do Ocidente, o reforço das exportações angolanas constituem um meio eficaz para a melhoria dos saldos das balanças comerciais (diferença entre aquilo que o país importa e as mercadorias vendidas ao exterior) e de pagamentos.

Por outro lado, a economia angolana sofre os efeitos de onze anos de constantes agressões militares por parte das forças repressivas de Pretória e seus bandos fantoches, que escolhem como alvos preferenciais cidadãos inocentes e objectivos económicos e sociais.

A melhoria da situação económica, preocupação constan-

te das autoridades angolanas, passa necessariamente pelo aumento dos níveis de produção e sua qualidade, pelo que a «Filda-86» constituirá uma ótima oportunidade para as empresas nacionais apresentarem uma amostra real das suas potencialidades.

A participação estrangeira

Embora o número de países presentes este ano tenha diminuído em relação à edição passada, regista-se um aumento do número de empresas e da área de exposição.

Com efeito, enquanto que em 1985 estiveram presentes cerca de 130 empresas angolanas e 22 países estrangeiras, que ocuparam uma área de 15 948 metros quadrados, em cinco pavilhões, este ano o certame contará, no total, com sete pavilhões.

A representação nacional angolana ocupará 18 239 metros quadrados, enquanto que os expositores estrangeiros ocuparão 8946 metros quadrados.

Tal como aconteceu na edição anterior, a URSS apresentará a maior representação estrangeira: uma área de 1726 metros quadrados, mil dos quais cobertos, exporão amostras de perto de uma vintena de empresas soviéticas de comércio externo. Bens alimentares, equipamentos para indústria, maquinaria agrícola, viaturas, electrodomésticos, vestuários, entre outros, estarão em exposição no pavilhão soviético.

O segundo maior expositor será a Espanha, com uma área de 1332 metros quadrados, enquanto que Portugal vem a seguir com 1167 metros quadrados.

Ao contrário do que aconteceu em 1985, na «Filda-86» a participação portuguesa será a título oficial. No ano transac-

to, recorde-se Portugal, esteve presente com uma amostra de empresas organizadas pela «Vesper», uma sociedade de capitais mistos angolano-portugueses. Este ano, cerca de 80 empresas portuguesas far-se-ão representar no certame, numa amostra organizada pelo Instituto de Comércio Externo Português (ICEP). Calçado, vinhos, vestuário, equipamento, indústrias de construção e de prestação de serviços e bens alimentares serão alguns dos sectores exportadores presentes no stand de Portugal.

Grande destaque têm as representações dos países socialistas, tradicionais parceiros económicos da República Popular de Angola. Como vem acontecendo desde a primeira edição, RDA, Jugoslávia, Cuba, Bulgária e Checoslováquia — para além da URSS — apresentarão uma gama de produtos da sua agricultura, indústria e do sector da prestação de serviços.

No que respeita à participação dos países do Terceiro Mundo, a mesma visa, na maior parte dos casos, a promoção dos seus produtos e o reforço do comércio Sul/Sul, que actualmente representa ainda uma parcela reduzida no comércio mundial. Refira-se, entre estes, a presença de Moçambique e Zimbabwe, dois parceiros de Angola a nível da SADCC, o que deixa antever a vontade firme de prosseguir — apesar de todas as dificuldades, contrariedades e agressões por parte da África do Sul — no reforço da cooperação e relacionamento económico entre os nove países da África Austral que integram esta organização.

O Brasil, um grande parceiro comercial da República Popular de Angola, estará presente pela primeira vez com um pavilhão de 446 metros

quadrados cobertos e 216 metros quadrados ao ar livre.

Entre os produtos brasileiros que serão expostos destacam-se roupas, calçados, material hidráulico, automóveis, aeronaves, bens alimentares e electrodomésticos.

Na área brasileira, existem grandes espaços reservados para as grandes empresas do país como a «Petrobras», «Nelson

Trading» e «Engesa Mercador Comercio», entre outras.

Com esta primeira participação brasileira na Feira Internacional de Luanda, espera-se que o intercâmbio comercial entre os dois países registre um aumento considerável.

Em 1985, o comércio angolano-brasileiro cifrou-se em 92,9 milhões de dólares, com um «superavit» de 15,8 mi-

lhões para a República Popular de Angola. Nos primeiros cinco meses do corrente ano, o Brasil exportou para Angola produtos avaliados em 42,7 milhões de dólares e importou mercadorias estimadas em 60,4 milhões.

Antônio Freitas

(Serviço ANGOP especial para «cadernos do terceiro mundo»)

Angola: grande potencial económico

Angola, potencialmente um dos mais prósperos países de África — grandes reservas de petróleo, recursos hidroeléctricos, minerais valiosos (diamantes, jazidas de ferro, etc.) e um potencial agrícola imenso atendendo até à pouca população que possui — enfrenta actualmente grandes dificuldades.

Para se compreender essas dificuldades há que ter presente, em primeiro lugar, as agressões de que Angola tem sido alvo desde a sua independência. Objectivo principal dessas agressões que se prolongam há já 11 anos consecutivos: destruição de infraestruturas (de comunicação e transporte), de culturas (de exportação e subsistência) e o aterrorizar das populações rurais impedindo assim a sua fixação.

Dada esta situação de guerra, muitos dos recursos humanos e materiais de que Angola dispõe são, naturalmente, orientados prioritariamente para a defesa em detrimento do investimento produtivo na agricultura e indústria.

A queda dos preços internacionais das ramas veio atingir severamente a economia angolana, diminuído os rendimentos provenientes do exterior. Mesmo considerando um preço médio de 15 dólares por barril de petróleo, estima-se para 1986 uma quebra de 19% nas receitas de petróleo. Se se tiver em conta que o petróleo representa mais de 90% do total das exportações angolanas, fácil será entender das repercussões negativas na balança de pagamentos com o exterior, le-

vando as autoridades a decretar sérias restrições às importações e à saída de divisas.

Para contrabalançar esta tendência, foi lançado um programa prioritário de diversificação de exportações, que assenta fundamentalmente no café e diamantes, numa primeira fase.

Café

A queda na produção de café tem sido dramática, pelas repercussões na exportação. Angola chegou a ser o 4.º maior produtor mundial de café, fornecendo em 1974 cerca de 19% da importação mundial de robusta.

Actualmente estão plantados cerca de 235.000 hectares de café, mas apenas 62 000 hectares estarão a ser realmente cultivados. Como muitas plantas estão velhas, torna-se necessário um grande trabalho de replantação para que Angola atinja lugar destacado entre o grupo dos países produtores.

Diamantes

Até 1976, Angola foi o 4.º produtor mundial de diamantes. A produção diminuiu muito passando de 2 milhões e 400 mil quilates em 1974, para 920 mil em 1984.

O sector está em integral reestruturação, em que se insere a recente extinção da empresa Diamang e a anunciada criação de uma outra empresa em sua substituição para breve.

Os interesses em jogo no debate constitucional

Depois de duas décadas de regime militar, coloca-se a necessidade de redefinir a questão institucional, mas não se abre espaço para a participação popular

Para obter um panorama analítico do actual processo de definição constitucional brasileiro, **cadernos do terceiro mundo** conversou longamente com dois especialistas: o jurista Raimundo Faoro e o sociólogo Herbert de Souza, estudiosos e protagonistas activos nesse processo.

O advogado Raimundo Faoro é professor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre 1977 e 1979, e publicou vários livros sobre temas jurídicos e políticos, particularmente sobre direito constitucional.

De longa militância política e social, exilado depois do golpe militar de 1964, com vários trabalhos publicados sobre ciências sociais, Herbert de Souza é fundador e director do Instituto Brasileiro de Análises Socio-Económicas (IBASE), que realiza trabalhos de pesquisa e desenvolvimento social dirigidos para o movimento popular.

O significado da Constituinte no actual momento histórico do Brasil, o debate sobre a sua legitimidade, os in-

teresses das classes dominantes, as limitações do processo e a participação dos sectores populares são os principais temas em discussão e caracterizam, provavelmente, o perfil ideológico da futura Constituição brasileira. Foram estes os pontos abordados na conversa

com Faoro e Souza, de cujas opiniões oferecemos uma síntese nas páginas seguintes.

O momento histórico

Raimundo Faoro - O Brasil, desde 1964, com o Acto Institucional nº 1, deixou de ter

Mónica Leme



As manifestações populares desembocaram na Constituinte



O golpe de 1964 arrasou com a Constituição e deu poderes absolutos aos chefes militares

uma Constituição. Houve uma tentativa de Constituição ditada pelas forças militares, a chamada Constituição de 1967, que não tinha legitimidade jurídica ou social, já que fracassou e não perdurou. Dois anos depois houve a Emenda Constitucional nº 1, que na prática substituiu integralmente a Constituição de 1967, já atingida pelo chamado Acto Institucional nº 5, que deu poderes absolutos aos chefes militares que governavam o país. Na verdade, este país não tem Constituição. O que tem é um estatuto das forças que desde 1964 estão no poder, incluindo-se dentro dessas forças o actual governo da República.

O governo em exercício não constituiu uma nova fase nesse processo. Pode ser que represente uma fase terminal, mas não é uma nova fase. A nova etapa será inaugurada,

realmente, com uma definição popular capaz de estabelecer as regras do jogo para as forças emergentes que hoje são toleradas – algumas delas são actuautes – mas que ainda carecem dos instrumentos adequados para constituir uma efectiva alternativa de poder.

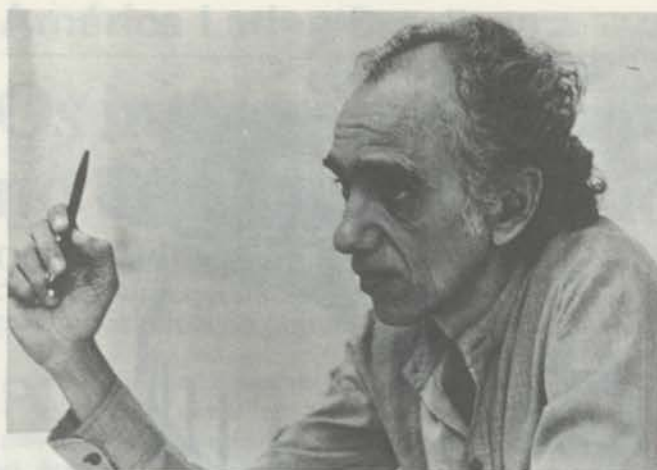
Por outro lado, ainda que de forma não ostensiva, como era antes, ainda temos um regime de uniforme. Não podemos concluir, por termos actualmente um presidente da República civil, que o regime é civil. É ainda um regime fardado. Isto não significa que existam expectativas de golpe militar. O que ocorre é que a situação estruturada pelos militares ainda não foi desmontada. Não houve transição de um regime autoritário para um regime democrático. Não houve sequer a transição de um regime militar para um regime li-

beral, o que significaria um passo em direcção a um regime democrático.

Herbert de Souza – Com o fim do governo Figueiredo criou-se uma expectativa de eliminar toda uma legislação arbitrária e autoritária, herdada dos 20 anos de ditadura. Esse projecto materializou-se na Constituinte. Era como se houvesse um roteiro pré-determinado: termina a ditadura, elege-se um presidente que será o último escolhido pela via indirecta, adiam-se as eleições presidenciais para 1988 ou 1989 e define-se um processo de transição. A Nova República seria essa transição.

Gerou-se nacionalmente toda uma expectativa sobre a safda de cena das velhas figuras dos anteriores governos, que seriam parcialmente substituídas por novos protagonistas, ou por protagonistas com

terceiro mundo – 53



Mônica Leme

Herbert de Souza: "não houve qualquer transformação"

uma nova capa, como foi o caso do próprio Sarney. Tudo isto seria coroado pela Constituinte.

Apesar de tudo, o anúncio da Constituinte desempenhou um papel político fundamental no despertar das esperanças para uma transição liberal. Nesse sentido, ela formulou algumas premissas quando vários sectores da sociedade e mesmo os partidos políticos pediam o fim do "entulho autoritário" antes de reunir a Constituinte.

Não houve, no entanto, qualquer transformação. Não se eliminou o "entulho autoritário" e o processo transformou-se num círculo vicioso.

A Constituinte realizar-se-á com todas as limitações impostas pela ordem constituída. Quando esse processo começou, dizia-se que as leis seriam mudadas, que a institucionalidade seria alterada e que, através dessas mudanças, ocorreria uma liberalização do país. Hoje diz-se que a democracia se garante através da aplicação da

lei e a lei é a que está vigente. Não se faz um juízo de valor, pelo contrário, afirma-se a legitimidade da lei e a necessidade de a cumprir, defendendo-se esse princípio como um princípio democrático.

A convocatória

Herbert de Souza – Duas teses disputaram a convocatória. Uma delas dizia que era necessário criar uma Assembleia Constituinte soberana, através de uma eleição específica de legisladores constituintes, cuja única missão seria o debate e a aprovação da Constituição. A outra tese dizia que a Constituinte seria o próprio Congresso, com os seus deputados e senadores. Este Congresso agiria em duas etapas: na primeira desempenharia funções constituintes e na segunda continuaria com as suas atribuições ordinárias.

Poder-se-á alegar que este debate expressa questões políticas de menor importância, mas ele encerra, na verdade,

uma questão fundamental: o limite político do processo de transição. Existem depoimentos que comprovam a intervenção dos militares neste campo, para os quais uma Assembleia Nacional Constituinte única e exclusiva seria perigosa. Ela estaria tão dedicada a elaborar uma nova estrutura social e voltar-se-ia de tal forma para essa tarefa que poderia ser mais sensível às aspirações da sociedade, além de ter também muito mais confiança na sua autonomia. Desta forma, ela estaria mais próxima da noção de soberania reivindicada pela OAB. A OAB pergunta como pode ser que o que já está constituído constitua a Constituinte, que é por definição um poder que constrói uma nova ordem.

Além disso, é evidente que a eleição de uma Assembleia Constituinte enfrentou também uma outra limitação, fora desta discussão mais abstrata: ao fazer coincidir a Constituinte com a eleição dos governadores de estado e não do presidente da República, acabou por se diminuir o sentido maior que teria um debate sobre a Constituinte. Limitou-se, assim, extraordinariamente, as possibilidades do processo de selecção dos candidatos e da discussão.

Raimundo Faoro – O que a pressão popular pedia era outra coisa. Era uma Constituição autêntica, ou seja, uma Constituinte desligada do modelo instalado no Congresso Nacional. O que houve foi uma negociação para que a Constituinte não fosse a Assembleia

Constituinte, como constava da Emenda Constitucional, mas um Congresso Constituinte.

Este processo é de tal maneira deformador que, graças à mecânica consolidada durante o regime militar, teremos uma falsa representação de legisladores encarregados de redigir a nossa Constituição. Estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e parte do Paraná, onde se concentra a classe trabalhadora e a riqueza nacional, onde se encontram os elementos mais dinâmicos da economia, estão sub-representados no Congresso. No Rio de Janeiro, por exemplo, para eleger um deputado são necessários mais de cem mil votos, enquanto a Rondônia elege um deputado com apenas dez mil. O mesmo acontece com os territórios (Fernando de Noronha, Amapá e Roraima), aos quais correspondem quatro representantes, que serão eleitos com um número mínimo de votos.

Isto significa que o Congresso Nacional tem no seu interior cerca de 20% de deputados não-eleitos, se por eleição considerarmos o critério próprio de um país desenvolvido, de um país não controlado pela União, ou seja, o de um homem, um voto. No Brasil a União elege deputados em troca de apoio aos estados dependentes do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Elege deputados nos territórios. Essa minoria significativa foi a mesma que permitiu aprovar todas as medidas do período ditatorial. Esses 20% de legis-

ladores têm sido o fiel da balança desde 1964 até agora, para consolidar a política anti-popular estabelecida.

Por outro lado, a unificação da Câmara de Deputados e do Senado para integrar a Assembleia Constituinte provoca outra distorção. Para dar um exemplo, o estado de Sergipe, que tem oito deputados, au-

seu nome nem sequer foi mencionado no Colégio Eleitoral. Era de se esperar, então, que se fizesse uma eleição para uma Constituinte imediata, independente do Congresso Nacional.

Não foi assim. Pelo contrário, criou-se logo uma Comissão de Estudos Constitucionais e adiou-se o processo consti-



Raimundo Faoro: "a pressão popular pedia outra coisa"

menta a sua representação em três senadores, ou seja, em quase metade do seu potencial representativo. São Paulo, que tem 60 deputados, acrescenta também três senadores, ou seja, apenas 5%. Assim, a sub-representação que já era estrutural transforma-se numa sub-representação específica para a Constituinte.

A atitude do governo

Raimundo Faoro - O actual presidente da República nem sequer foi votado como vice-presidente. Votado foi o presidente Tancredo Neves. Sarney sucedeu ao presidente depois de uma votação na qual o

terceiro mundo - 55

tuinte em cerca de um ano, para ganhar tempo. Essa comissão foi nomeada exclusivamente pelo governo, sem indicação dos partidos e sem a participação, a qualquer nível, da opinião pública.

Na minha opinião, essa comissão tinha dois objectivos. O primeiro era sustentar um governo fraco e, o segundo, garantir o mandato do presidente, que na actual Constituição é de seis anos mas que Tancredo Neves, durante a sua campanha eleitoral, tinha-se comprometido a reduzir para quatro.

Acho que o tempo se encarregou de demonstrar que este mandato será de seis anos.

Em 1987, quando se reunir a Constituinte, já estarão decorridos dois anos. A elaboração da Constituição exigirá mais ou menos um ano. Chegaríamos assim ao terceiro ano de mandato, e não há previsão de eleição presidencial imediata.

Desta forma, acabar-se-á por garantir ao presidente os seis anos de mandato, cujo término coincidirá com o fim dos mandatos dos congressistas agora eleitos, que se renovam a cada quatro anos. Isto significa que o governo conseguiu o que queria ao nomear a comissão constitucional, já que isso lhe permitiu prolongar a duração do mandato presidencial no actual período.

Por outro lado, como o governo era fraco, a comissão apresentou um projecto de

Constituição onde se divide a administração pública entre um chefe de Estado e um chefe de governo, sendo o primeiro um chefe de Estado atípico, fora dos moldes do parlamentarismo clássico. Haveria uma espécie de divisão de áreas, com muito poder para o Congresso e para o presidente.

Durante este período, o presidente ganhou prestígio – real ou fictício – graças ao Plano Cruzado. O trabalho da Comissão cumpriu os seus objectivos e o governo não precisa mais dela, antes pelo contrário, já se ocupou de ridicularizar o seu papel através dos meios de comunicação social. A comissão apresentou um projecto com 500 artigos e quase dois terços de disposições não-obrigatórias, mas programáti-

cas, que equivalem a promessas. Ela prevê, por exemplo, que todo o homem tem direito à habitação, como se fosse possível estabelecer esse direito dentro do regime capitalista, como faz esta Constituição. Tenho a impressão, portanto, de que o governo não precisa mais da Comissão nem dos seus estudos. Pode atirar as suas conclusões no lixo, pois o tempo que queria ganhar já ganhou: foram dois anos de crucial importância.

A participação popular

Herbert de Souza – Se analisarmos a história das constituintes brasileiras – excepto a de 1946, quando tivemos uma Constituinte com um pouco mais de participação, da qual



Nós sabemos que peso tem o Terceiro Mundo

FABRICAMOS BÂSCULAS E BALANÇAS PARA TODOS OS FINS HÁ MAIS DE 50 ANOS

A QUALIDADE DOS NOSSOS PRODUTOS É RECONHECIDA E PREMIADA INTERNACIONALMENTE

SOMOS OS MAIORES FABRICANTES E EXPORTADORES PORTUGUESES DE BÂSCULAS E BALANÇAS

o peso é a nossa profissão!

INTERNATIONAL AFRICA AWARD 1984

International trophy for quality
1979, 1980, 1981, 1982

CACHAPUZ

International award
to export 1982, 1983

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA. – APARTADO 12 – TELEX 32125
TEL.: PPCA 73604/73606/73624 – 4700 BRAGA – PORTUGAL

resultou inclusive uma Constituição mais liberal – todas elas foram escritas por poucas pessoas, por iniciativa do Estado, da classe dominante, praticamente sem qualquer participação da sociedade. Esta Constituinte está a despertar um interesse maior.

Hoje nota-se que as associações comunitárias, os sindicatos, as igrejas, alguns sectores partidários, os movimentos feministas, de negros, o próprio movimento indígena, os sectores como o dos deficientes físicos e parte de todas as camadas sociais, estão preocupados com os seus direitos. De alguma maneira querem saber o que se passa, procuram informações e, nalguns casos, apresentam propostas. Eu diria que existe um movimento da sociedade civil que é inédito na história brasileira: a discussão da Constituição. Já participei de seminários e debates sobre este tema.

Em muitos desses debates, grande parte das discussões consistem em informações sobre o que é a Constituição, o que é a Constituinte, quais os temas que ela contém, etc. Numa palestra, consomem-se 70% das energias em informações, por causa do atraso histórico, já que no Brasil nunca se deu importância a este assunto.

Quando chega o momento de definir conteúdos e propostas, a participação fica um pouco mais reduzida. Tenho a impressão de que até ao fim do ano aparecerão iniciativas, como a do movimento indígena, das mulheres, dos negros,

1986 – Novembro – nº 95

Walter Santos



Discussão da Constituição; um movimento inédito no Brasil

etc. que vão elaborar os seus pontos de vista.

Acho que a grande aventura constituinte seria abrir espaço para a sociedade civil, que derrotou a ditadura militar e que pretende redefinir a ordem jurídica, económica, social e política deste país.

Esta foi a utopia, a esperança de poder definir uma nova sociedade. A classe dominante, porém, capturou esse impulso, domesticou-o e castrou-o, como no caso da Constituinte, transformando a Assembleia em Congresso. E continua a castrar o debate através da lei eleitoral, que limita ao máximo a propaganda. Isto sem mencionar a limitação imposta no momento em que se determinou a simultaneidade da eleição de constituintes e de governadores estaduais. A sucessão de governadores em cada estado vai além do poder desse estado. Os resultados vão pesar na eleição presiden-

cial. Como é muito o que está em jogo, a disputa pelas sucessões tem esvaziado a discussão do projecto constitucional, o qual está a ser "pasteurizado" pela intervenção da classe dominante através do Estado, com a participação activa dos partidos majoritários, totalmente embarcados nessa posição.

Os interesses em jogo

Herbert de Souza – Os grandes proprietários da terra, liderados pela União Democrática Ruralista (UDR), opõem-se à reforma agrária mas não elaboraram uma proposta própria. Só sabem que estão contra e, para isso, se comprometeram activamente na campanha de representantes constituintes que defendam os seus interesses. Pretendem consagrar o carácter intocável da propriedade privada. Se por acaso esta for tocada, que se garanta a

terceiro mundo – 57

expropriação pelo valor de mercado. Com estas conquistas eles ficariam tranquilos. Se dependesse da comissão constitucional nomeada pelo governo, isso seria garantido. A UDR é o chamado *lobby* explícito.

Pode-se identificar também um *lobby* da mineração, que agiu durante todo este tempo. Neste caso, a questão constitucional básica é definir o que são empresas de capital estrangeiro. A comissão do governo definiu que a empresa de mineração deve ser constituída no Brasil e ter maioria de acionistas brasileiros.

Outro *lobby* importante é o das empresas de comunicação social de massas, monopolizadas por muito poucas mãos.

Quanto a este ponto, as modificações propostas pela comissão do governo podem ser inquietantes. Não é sem motivo que as grandes editoras, a grande imprensa e outras organizações não se afastam dessa comissão.

É por isso que falamos nos sectores de poder. Estão em jogo também os interesses populares.

No campo, o Movimento dos Sem-Terra, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), a própria igreja católica, vão dar especial importância aos temas reforma agrária, justiça agrária e política agrária. Quanto ao proletariado urbano, temo que ele, devido às suas contradições, se limite a reivindicar o direito à greve. Na questão da organização sindical, o movimento

operário está dividido entre os que defendem o pluralismo sindical e os que se lhe opõem.

Os temas mais importantes

Raimundo Faoro — Começamos pela questão institucional. Primeiro, pelo papel dos militares. Não se trata de usar a Constituição para um simples ajuste de contas. Trata-se de redefinir a soberania nacional.

Seria um avanço decisivo se na próxima Constituição constasse que a instância máxima do poder é a soberania popular e não os militares. Ou seja, que em caso de crise haja uma eleição e não um golpe militar. Este é um aspecto polémico, mas decisivo. É necessário estabelecer um sistema onde os impasses, as contradições e os choques se resolvam eleitoralmente e não pela intervenção dos quartéis.

No campo social seria necessário definir a questão sindical. A palavra, nesse terreno, deve pertencer aos operários. Eles devem decidir se querem um sindicato único ou preferem o pluralismo sindical. É evidente que os operários, actualmente, já não aceitam a tutela do Estado ou do Ministério do Trabalho.

Outro aspecto decisivo será a definição sobre a propriedade da terra. No Brasil existe um regime de propriedade que dura há mais de um século: é o das sesmarias, que são imensas extensões nas quais a propriedade da terra foi desligada de qualquer compromisso produtivo ou social.

A partir de agora a terra

terá que representar um compromisso produtivo. Se isso não for estabelecido por lei, teremos uma profunda agitação nas áreas rurais, que pode, eventualmente, ser esmagada pelas baionetas.

Diante desta possibilidade, volta a colocar-se a necessidade de uma definição constitucional para os problemas agrários. Da forma como as coisas estão actualmente não se pode descartar a possibilidade de que aquelas forças sejam esmagadas.

É necessária, também, uma ampla redefinição da empresa brasileira, para que seja uma empresa que conviva com o operário sindicalizado e com uma classe empresarial emancipada do Estado. Não é isto o que ocorre actualmente. O capitalismo mama nas tetas do Estado, vive de subsídios e de favores, dentro de um regime ainda mercantilista.

Este salto capitalista deve ser dado — e provavelmente o será — ao mesmo tempo em que se forma uma empresa capaz de suportar os conflitos operários e de se organizar prevendo esses conflitos. Actualmente a empresa brasileira não sabe conviver com eles, a única coisa que sabe é chamar a polícia quando há uma ameaça de greve. Ainda não entendeu que a greve é um instrumento de reivindicação, que pode ser discutida através dos sindicatos ou das comissões de fábrica.

Finalmente, acho que será tentado, pela primeira vez no Brasil, um projecto participativo em termos das comunidades

existentes nas cidades, grandes ou pequenas, assim como no campo. Divisa-se a possibilidade de uma democracia participativa, facto que inova o modelo liberal e o transforma num modelo que é o grande sonho das elites brasileiras: o modelo social-democrata.

Herbert de Souza – Outros temas presentes nas discussões populares são o problema da dívida externa, do capital estrangeiro e do subsolo. Creio que há também temas ausentes, que quando alguém os menciona são imediatamente reconhecidos como importantes, como a questão da informação, dos meios de comunicação social, os quais seriam decisivos. Às vezes eles não aparecem espontaneamente nos debates, mas uma vez levantados são imediatamente absorvidos, devido à sua importância evidente.

Outro problema é o do grande capital, das empresas transnacionais. Acho que existe uma grande sensibilidade quanto à questão da soberania, das novas condições de soberania num mundo transnacionalizado. Na minha opinião falta discutir a forma política do Estado. A questão do parlamentarismo ou presidencialismo foi levantada pela comissão do governo, mas este debate não passou pelo movimento popular. Apesar disso, quando se toca no problema da actual centralização do poder, percebe-se o interesse. A descentralização do poder do Estado é uma tese quase que unanimemente aceite dentro

dos movimentos populares. Se fossem submetidas a plebiscito, teses como esta teriam 80 a 90% de aceitação. Ao longo do período ditatorial, a sociedade foi percebendo algumas questões que antes não eram tão visíveis para a consciência política da população.

Correlação de forças

Raimundo Faoro – Creio que tudo está armado e organizado

venha a ocorrer.

Herbert de Souza – Sendo muito optimista, se as minhas previsões estiverem correctas, vamos ter uma Constituição de discurso liberal e estrutura conservadora. Os pontos básicos de tipo conservador serão garantidos, juntamente com uma aura liberal que projecta um discurso para o futuro. “de acordo com o previsto na lei”. Esta previsão, parece-me,



Um tema decisivo: os meios de comunicação social

para que a correlação de forças na Assembleia Constituinte não mude substancialmente, mas que permaneça a possibilidade, através de concessões e conciliações características na política brasileira, de estabelecer um sistema um pouco mais liberal e com certos aspectos democráticos.

As forças discordantes do regime poderiam constituir uma bancada numericamente importante, capaz de obter concessões realmente substanciais para que esta situação não

é coerente com a avaliação que faço sobre a actual correlação de forças. Não é definitiva, porque pode mudar e a história do Brasil tem exemplos de muitas modificações, de muitas surpresas. Já vivemos algumas delas. Alguns governadores foram eleitos e houve momentos em que o Congresso e o executivo, pressionados, adoptaram certos discursos. Mas acredito que a minha hipótese se justifica no actual contexto da Nova República. ●

Víctor Bacchetta

terceiro mundo – 59



LABESFAL

Medicamentos Genéricos
Soluções Parenterais Volumosas
Material de Penso
Especialidades Farmacêuticas
Medicamentos para uso Veterinário

Apartado 7 - Telefones (032) 85228-85249 - Telex 53552 LABFALP - Telegramas LABESFAL - 3465 CAMPO DE BESTEIROIS - PORTUGAL

A revolução dos "cabildos"

Uma velha prática política dos tempos coloniais adquire uma nova perspectiva nos tempos revolucionários e gera uma participação popular surpreendente num debate constitucional

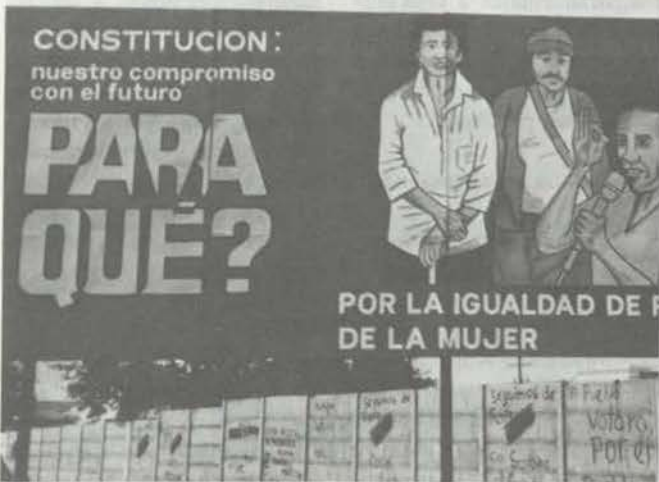
Os "cabildos abiertos" surgiram pela primeira vez na história da Nicarágua quando o país ainda era uma colónia espanhola. Na época eles deixaram uma marca profunda na vida política do país, porque introduziram um rudimento de participação popular, tendo alguns chegado a ser classificados como primitivas Repúblicas democráticas. Os "cabildos" coloniais eram convocados por líderes locais, na sua maioria pessoas ricas, para discutir problemas regionais. Com o passar do tempo o germe da democracia e da participação acabou por contaminar os súbditos da coroa espanhola e os "cabildos" acabaram por dar origem aos primeiros núcleos da luta pela independência.

Mais de trezentos anos depois, a mesma forma de organização política adquiriu um novo papel na luta dos nicaraguenses para manter uma experiência revolucionária inédita na América Latina e tentar a difícil meta de elaborar uma Constituição com a máxima participação popular, ao mes-

mo tempo em que o país está em guerra contra grupos contra-revolucionários armados e orientados pelos Estados Unidos. Cem mil dos três milhões de nicaraguenses participaram directamente nas discussões levadas a cabo em 73 "cabildos", organizados por sectores profissionais (operários urbanos, camponeses, funcionários públicos) ou por sectores sociais como mulheres, religiões, grupos étnicos e militares. A

participação nos "cabildos" foi aberta a todos.

As reuniões prolongaram-se por todo o país durante quatro meses, inclusive nas zonas de guerra. Mais de 2.500 pessoas fizeram intervenções orais e apresentaram 1.800 sugestões por escrito (algumas simples bilhetes, outras verdadeiros tratados) que foram encaminhadas à Comissão Constitucional, órgão encarregado de preparar a nova Constituição nicaraguense, prevista para entrar em vigor no começo de 1987. O presidente da Assembleia Nacional e da Comissão Especial Constitucional, comandante Carlos Núñez, admitiu em Setembro passado que a experiência dos "cabildos abiertos" constituiu-se "numa das mais ricas e originais realizações da revolução sandinista desde o derrube da ditadura de Somoza".



Já Natán Sevilla, representante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (partido maioritário) na Assembleia Nacional, qualificou as assembleias populares como "uma alfabetização política, através da qual tanto o povo como os legisladores actuaram como sujeitos da democracia participativa". Sevilla acrescentou que "o povo apresentou alternativas que jamais ocorreram aos deputados da Assembleia Nacional, obrigando a maioria

mente, para presidente da República e vice, por um período de seis anos. Na mesma ocasião, os 1.170.142 eleitores nicaraguenses (75% dos inscritos com mais de 16 anos) elegeram uma nova Assembleia Nacional, onde a FSLN conquistou 61 das 96 vagas disponíveis.

O segundo partido mais votado foi o Conservador Democrata com 14 deputados, vindo em terceiro o Liberal Independente com 9. O Partido Comunista teve apenas dois

sub-comissão especial organizou delegações que se deslocaram até à União Soviética, França, Jugoslávia, Grã-Bretanha, Bulgária, Suécia, Hungria, Alemanha Federal, Alemanha Democrática, Espanha, Polónia, Argentina, Cuba, Peru, Venezuela, Colômbia, Panamá e Costa Rica em busca de "achegas" constitucionais.

Durante as discussões iniciais, o Partido Liberal Independente retirou-se da Comissão Especial sob a alegação de que o estado de emergência decretado em 1982 impediria o livre debate político.

Seis partidos permaneceram (FSLN, Conservador Democrata, Social Cristão - com 6 deputados na Assembleia Nacional -, Comunista, Socialista e o Movimento de Acção Popular Marxista-Leninista, todos com dois deputados cada). Depois de dois meses de trabalho elaboraram o primeiro anteprojecto no qual, além dos 165 artigos aprovados por unanimidade, constavam também os 56 artigos rejeitados.

O texto foi então submetido aos "cabildos abiertos" pela Sub-Comissão de Consulta Nacional. O facto das propostas rejeitadas terem sido publicadas juntamente com o documento aprovado visava permitir que as questões não aceites pelos membros da Comissão pudessem ser retomadas a nível popular.

Mais de 150 mil cópias do anteprojecto foram impressas e distribuídas à população, ao mesmo tempo os que todos os veículos de comunicação social foram mobilizados na campanha



Primeira reunião da Comissão Constitucional

dos parlamentares a uma mudança de perspectiva política, a uma nova aprendizagem sobre como legislar de acordo com os interesses populares".

A maratona constitucional

"A revolução dentro da revolução" como muitos sandinistas passaram a chamar o debate constitucional, começou na verdade em Novembro de 1984, logo após a eleição que indicou o comandante Daniel Ortega Saavedra e o escritor Sergio Ramírez, respectiva-

candidatos eleitos.

Uma das primeiras tarefas da nova Assembleia Nacional foi a de, no prazo de dois anos, elaborar e aprovar a primeira Constituição Revolucionária da Nicarágua.

A partir de Maio de 1985, a Comissão Especial Constitucional, composta por membros da Assembleia Nacional, começou as consultas para elaborar o primeiro anteprojecto. Todos os partidos políticos foram ouvidos e puderam apresentar as suas sugestões, ao mesmo tempo os que uma

Alcaráguu II

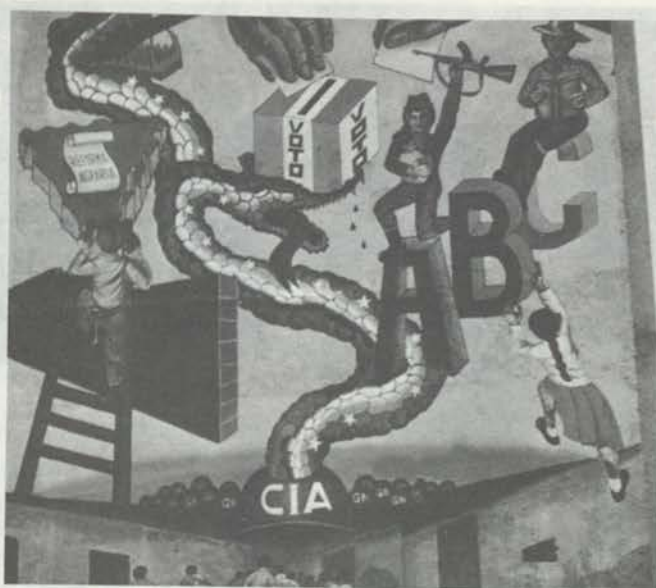
nya de esclarecimento popular. O governo contou com a ajuda material de organizações estrangeiras como a Fundação Ebert (da Alemanha Federal), Acção Ecuménica "Solidariedade con América" (da Holanda), FINNIDA (da Finlândia) e de governos como os da Hungria, Noruega, Polónia, Suécia, Bulgária, Jugoslávia e Alemanha Democrática.

O projecto final

O primeiro anteprojecto tinha 10 títulos, 28 capítulos e 5 secções especiais que ficaram bastante alterados depois da discussão nos "cabildos". Todas as sugestões recebidas da população foram encaminhadas a uma Comissão Nacional, integrada pelos mesmos membros da Comissão Especial Constitucional, menos os delegados do Partido Liberal Independente e do Conservador Democrata. Este último retirou-se também da Comissão durante o debate nos "cabildos" por considerar que a discussão popular era desnecessária, uma vez que, segundo os líderes do partido, o povo já estava representado na Assembleia Nacional.

O segundo anteprojecto acabou por ser bastante modificado em relação ao primeiro, ficando organizado da seguinte maneira: um preâmbulo, 11 títulos, 25 capítulos e 198 artigos. O novo texto foi então submetido formalmente à Assembleia Nacional que começou a votá-lo em meados de Setembro passado.

Nos primeiros vinte dias de

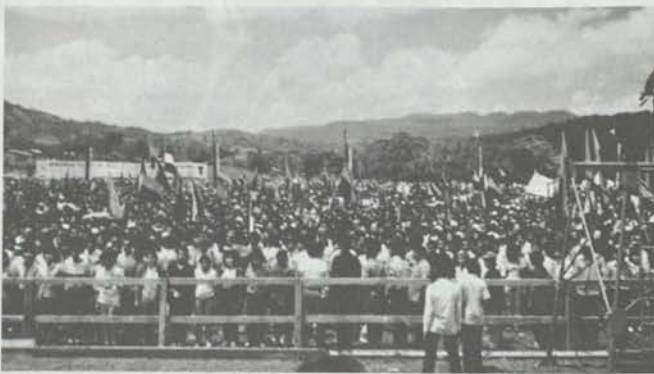


discussão, foram aprovados 30 artigos, sem que se tivessem registado alterações fundamentais em relação ao texto organizado pela Comissão Nacional. Todos os sete partidos representados na Assembleia Nacional (incluindo os Liberais Independentes e os Conservadores Democratas) participaram dos debates, tendo podido rerepresentar objecções ou propostas já derrotadas em votações anteriores, assim como novas iniciativas. Paralela-

mente aos debates na Assembleia Nacional, a Frente Sandinista deu início a um diálogo político com todos os partidos em torno de questões como defesa nacional, meios de comunicação social e liberdade de expressão.

A votação na Assembleia Nacional deve terminar em Dezembro, e em Janeiro a Nicarágua terá em vigor a sua primeira Constituição revolucionária. ●

Miriam Goldenberg/C.C.



O povo participou activamente na elaboração da nova Carta

LONGA TRADIÇÃO DE QUALIDADE



beam

02 - 0000000000

02 71 - 00000000 - 0000

Nicarágua II

Sergio Ramírez

“O povo escreveu a Constituição”

O vice-presidente Sergio Ramírez foi um dos mais frequentes participantes da grande maioria dos “cabildos abiertos”. Ramírez tem uma larga experiência em debates populares, já que há anos participa, juntamente com o presidente Daniel Ortega, nos programas de rádio e televisão “De Cara al Pueblo” transmitidos em directo a partir de vários pontos do país. O vice-presidente afirma que o debate popular e a participação eleitoral em plena guerra contra ataques externos “são a prova definitiva da consolidação política da revolução sandinista”. Seguem-se algumas passagens da entrevista que ele concedeu a Miriam Goldenberg.

O actual anteprojecto de Constituição atende as principais reivindicações da Frente Sandinista?

— Esse projecto, quando for aprovado, vai favorecer, por um lado, as conquistas da revolução, estabelecidas de maneira institucional (os bancos nacionalizados, o comércio externo garantido, os recursos naturais como património nacional, a reforma agrária). É a

transformação da propriedade da terra e o uso dos seus recursos naturais como um direito permanente do povo.

Por outro lado, estabelece-se claramente que este é um país independente, não está submetido a qualquer tipo de forças externas. E a partir daí chega-se aos mecanismos do



Ministros nicaraguenses durante o programa “Cara al Pueblo”

poder revolucionário. Dentro do nosso esquema pluralista, o povo tem o direito, através de eleições, de dizer à revolução que não quer mais revolução, que quer outro tipo de governo. Esse direito tem que ficar claramente garantido.

Alguns pontos do anteprojecto não existem noutras Constituições. Trata-se de definições como o latino-americanismo, o não-intervencionismo e outros. Porquê incluir esse tipo de definições na Constituição?

— Porque isso resulta de uma necessidade de nos afirmarmos perante o mundo como país independente que nunca fomos. Nós estamos a nascer aqui para a verdadeira independência, portanto a Constituição tem que estabelecer que este é um país não-alinhado, que é um país comprometido com os interesses latino-

-americanos. Nós temos uma concepção de América Latina que também tem a ver com a independência do continente perante qualquer força externa e nessa contradição tão importante diante dos EUA. Nós identificamo-nos como latino-

americanos, e esses pontos proclamam a nossa independência, soberania, autodeterminação, eixos essenciais da concepção do país e do Estado.

Qual é a sua opinião em relação às contribuições populares sobre questões como cultura e educação, surgidas durante a discussão do anteprojecto constitucional?

Creio que sobre os problemas da juventude, da mulher, da cultura e da educação surgiram questões muito importantes. Por exemplo, para citar um caso, na assembleia dos escritores, dos artistas, quando se discutiu o capítulo da cultura foi afirmado que a Constituição tinha que dizer que a forma de expressão cultural na Nicarágua é completamente livre. É muito importante que na Constituição da Nicarágua isso seja dito. E deve haver, penso eu, um artigo da Constituição que estabeleça que na Nicarágua a criação cultural, artística e literária é absolutamente livre, para que não haja dúvidas, porque, como estamos a viver uma situação revolucionária, pode haver diferentes opiniões, alguém pode pensar que é necessário estabelecer uma espécie de "realismo sandinista" na cultura. Isso está muito longe da nossa concepção sobre liberdade de expressão artística.

66 - terceiro mundo



Daniel Ortega e Sergio Ramírez

o direito à existência dos colégios privados.

É lícito afirmar que aqui na Nicarágua o povo, no seu conjunto, está a escrever a sua própria Constituição? Ou há um sector mais politizado, mais militante, talvez mais "sandinista", que está comprometido com esse processo e há um outro que não compreende a importância da Constituição?

- Se se perguntar a uma pessoa da rua sobre a Constituição,

E ela tem que ficar expressa na Constituição.

Porque é que deve constar na nossa Constituição e não na da Argentina, do Chile ou da Bolívia? Porque esta é a Constituição da Nicarágua. O que aqui dissermos sobre a cultura e a educação vai ter consequências para o futuro. A educação tem que estar estabelecida na Constituição como um direito popular, como uma expressão democrática, todas as formas de educação. De acordo com o esquema pluralista temos aqui colégios católicos, religiosos, privados, e a Constituição tem que garantir a existência desses colégios. Deve haver Constituições que não se preocuparam com este detalhe, mas a da Nicarágua preocupa-se, porque aqui, embora a educação tenha um sentido popular, democrático, aberto, também será garantido

ela não vai responder da mesma forma que um especialista em direito constitucional. Talvez nem sequer saiba explicar que a Constituição está dividida em capítulos, que começa com um preâmbulo, que primeiro se estabelece a organização, os atributos do Estado, as garantias individuais, sociais, colectivas e depois as formas de organização desse mesmo Estado.

Mas se se perguntar a alguém se na Constituição deve ser estabelecida a reforma agrária, o direito à habitação, à saúde, à educação, eu creio que a resposta será clara. Não existem dúvidas sobre estes conceitos políticos fundamentais, que são do domínio popular. Ninguém aqui, por mais pobre que seja, por mais marginalizado que tenha sido no passado, deixa de ter um grau de conhecimento e participa-

ção nestas ideias fundamentais.

Em relação ao exército, porque é que a expressão "sandinista" aparece na Constituição?

— Bem, porque isso é parte da tradição histórica deste país. Seria estranho o exército chamar-se sandinista no Uruguai ou no Peru, mas na Nicarágua isso faz parte da nossa herança histórica. Sandino é o grande chefe militar e político deste processo de mudança, não porque tenha escrito um texto teórico que tenha definido, há 50 anos atrás, este processo de mudança, mas porque demonstrou através da luta contra uma potência estrangeira, os EUA, que a independência do país era possível.

Hoje a Nicarágua tem um

exército popular. Portanto, esse exército que defende a soberania do país é sandinista. Ninguém estranha que Washington seja a capital dos Estados Unidos. É como se Manágua se chamasse Sandino, é a mesma coisa. O herói da independência dos EUA é George Washington, como Sandino é o da Nicarágua. A Bolívia chama-se Bolívia em homenagem a Simón Bolívar.

Vai haver alguma tentativa para que essas questões sejam aprovadas por consenso?

— Depende, creio eu, da forma como a Constituição vai apresentar este assunto. Se a Constituição disser que o Exército Popular Sandinista se constitui como uma força militar de vanguarda, da Frente

Sandinista de Libertação Nacional, penso que isso não será aprovado por consenso. Mas se a Constituição disser, por exemplo, que o exército nacional da Nicarágua irá se chamar "Exército Sandinista", não creio que isso constitua um problema.

É mais importante a concepção de um exército do que o seu nome. Não podemos ver nesta discussão o temor da direita ou de alguns sectores políticos do país de que a FSLN se aproprie institucionalmente do exército como uma força defensora da Frente Sandinista, porque isso é um absurdo. O Exército Sandinista é uma instituição do Estado e está destinada a defender a soberania e a integridade territorial da Nicarágua. ●

JOÃO DE DEUS

RADIADORES

FABRICANTE DE RADIADORES E NINHOS PARA TODOS OS VEICULOS



EXPORTADOR PARA:

Angola

Cabo Verde

S. Tomé e Príncipe

e Europa

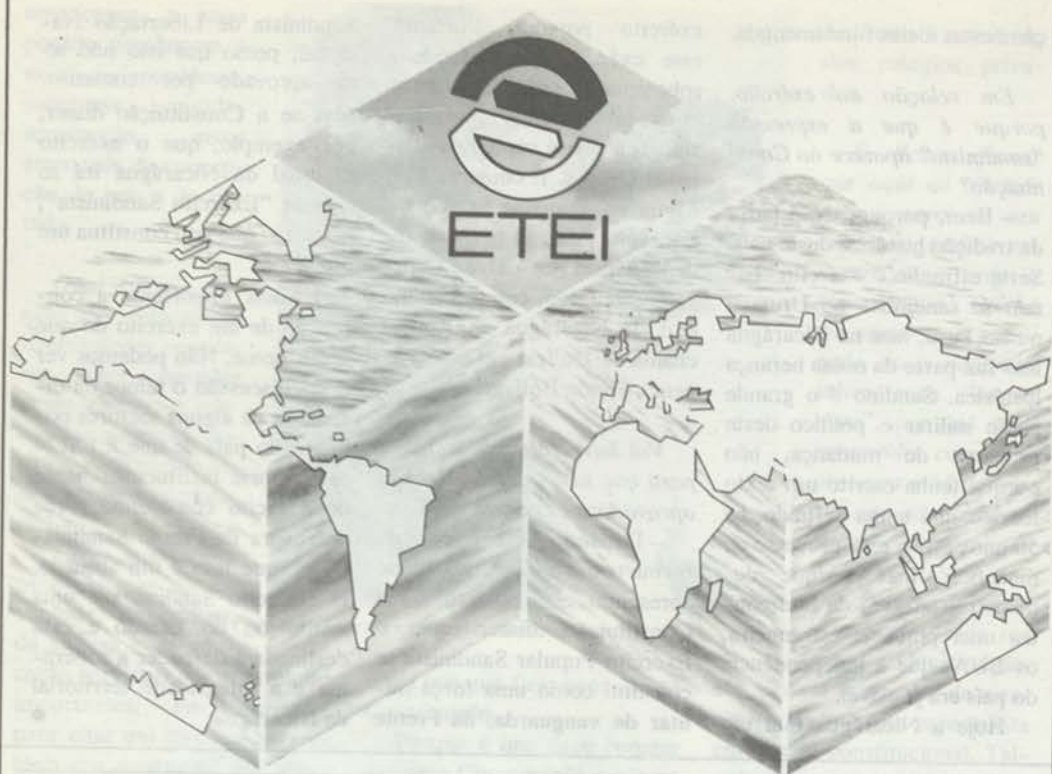
GAMA COMPLETA PARA TODOS OS MODELOS EUROPEUS E JAPONESES

JOÃO DE DEUS E FILHOS L^{da}

Estrada Nacional nº10 - Km. 140.260

2685 SACAEM - PORTUGAL

TLF. 255 33 89 - TLX. 16051 J. DEUS P.



**O CONTACTO DIRECTO COM O MERCADO
O SERVIÇO COMERCIAL DE QUALIDADE
O RIGOR TÉCNICO
E UMA SÓLIDA EXPERIÊNCIA,**

SÃO A BASE DO NOSSO TRABALHO



ETEI COMÉRCIO INTERNACIONAL, SARL

Av. Miguel Bombarda, 133 5.º E 1000 LISBOA

Tel. 548095 - 570574 - 540433 Telex 15594 ETEI - P

MOÇAMBIQUE

Av. Samora Machel, 11-4.º (Prédio Fonte Azul)
CP 2906 MAPUTO R. P. MOÇAMBIQUE
Telex 6133 SISMT MO

ANGOLA

R. Amílcar Cabral, 110-1.º Salas 118/119
CP 3253 LUANDA Tel. 36735 R. P. Angola
Telex 4177 ETEI AN

O VI Congresso da Organização das Mulheres de África

Com 24 anos de existência, a OPM constitui um instrumento de luta contra o *apartheid* e a política belicista do regime sul-africano

Durante a década que a ONU dedicou à promoção da mulher (1975-1985) registaram-se em todo o mundo, avanços em relação à população feminina, mas foi no continente africano que os progressos constituíram uma característica marcante.

Para isso contribuiu o facto de que nessa década a África ter avançado irreversivelmente

no caminho da sua completa independência política, tendo sido proclamado o fim do colonialismo em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Também nessa década ocorreram em África mudanças em vários regimes políticos, como a que libertou a Etiópia da longa ditadura dinástica de Haillé Selassié, a que pôs fim aos sonhos

imperiais de Bokassa na actual República Centro-Africana, a que no Uganda expulsou do poder o exuberante e despótico Idi Amin Dada, a que, no Alto Volta levou o povo a mudar o nome do seu país para Burkina Faso e deu origem a um processo dinâmico de transformações sociais, além de outros exemplos como o de Madagáscar e Seychelles.

Com a independência ou a redemocratização, deu-se início a um trabalho de promoção da mulher. Nessa caminhada teve um importante papel a Organização Pan-Africana de Mulheres (OPM), fundada em Julho de 1962, precisamente no calor das lutas de libertação nacional que abalavam o continente africano na década de 60. Mais de 20 anos depois da sua fundação, a

DIP/MPLA



Fundada em 1962, a OPM teve desde então, um papel importante na promoção da mulher africana

OPM realizou em Setembro passado, em Luanda, o seu VI Congresso, reunindo delegações de 34 países, um acontecimento onde a tónica foi a discussão da angustiante situação das mulheres vítimas do *apartheid*.

Mas esse não foi o único tema abordado neste foro, que permitiu a confrontação de diferentes pontos de vista de mulheres de todos os quadrantes do continente africano. Não ficaram de fora discussões sobre temas específicos da problemática feminina, como a necessidade de promover a formação da mulher e o seu acesso à informação, valorizar a medicina tradicional como uma forma de ajudar a mulher do meio rural, incentivar a familiarização da mulher com a utilização das novas tecnologias, valorizar a sua contribuição para as tarefas agrícolas reconhecendo que ela é um "instrumento vital para a redução da crise alimentar" e ajudá-la a entrar no mercado de trabalho sem descuidar dos seus deveres familiares.

O tom das discussões do VI Congresso da OPM foi dado desde o primeiro dia pela intervenção da secretária-geral da organização, a argelina Fethia Bettahar, que agora abandona o cargo: "se a independência política dos nossos povos foi um objectivo prioritário da acção da OPM é porque constitui um imperativo prévio para qualquer forma de progresso. Mas não constitui a nossa única preocupação. O incentivo à participação política não possui conteúdo real

sem o exercício efectivo por parte da mulher dos seus direitos económicos e sociais", afirmou a dirigente da OPM.

O significado da realização de um evento com estas características num país como Angola, que pertence à Linha da Frente e sofre há mais de uma década as agressões do regime sul-africano, também ficou claro desde o início, através das intervenções de várias delegadas e, em particular, na mensagem que o primeiro-ministro do Zimbabwe,

Congresso apoiou e preconizou a imposição de sanções económicas inadiáveis, incondicionais e obrigatórias contra o regime do *apartheid*".

Os temas do encontro

Com o lema "Desenvolvimento, Unidade e Paz", o VI Congresso da Organização Pan-Africana de Mulheres deu particular importância ao empenho da mulher africana em fortalecer a unidade do continente, "pedra fundamental da



As delegadas analisaram a opressão criada pelo "apartheid"

Robert Mugabe, enviou, na condição de actual presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados. A mensagem de Mugabe diz o seguinte: "Consideramos a escolha de Luanda para a realização do Congresso como uma expressão da solidariedade para com os povos da África Austral e, em particular, os povos oprimidos da África do Sul e da Namíbia. Creio que a consciência das mulheres progressistas de África fará com que o

luta pela libertação total". Analisou, também, a situação em que vivem a maioria das mulheres. "Num momento em que as calamidades como a seca, a fome e as doenças, somam-se à difícil situação sócio-económica em que se encontra a maioria dos nossos países".

Chegou-se à conclusão de que essa realidade era a que mais justificava a dinamização das actividades da Organização Pan-Africana de Mulheres,

Angola fica com a Secretária Geral da OPM

□ A República Popular de Angola foi eleita Secretária Geral da Organização Pan-Africana das Mulheres (OPM) por um período de quatro anos.

Angola, que foi escolhida no final dos trabalhos do VI Congresso da OPM realizado em Luanda, sucede assim à Argélia que assumiu o Secretariado Geral durante 18 anos.

Foram ainda eleitas para secretária das Relações Exteriores o Senegal, para a Educação e Cultura a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), enquanto

que o Congo, Madagáscar e Sudão ocupam as pastas da Administração e Finanças, Assuntos Sociais e Assuntos Jurídicos, respectivamente.

Para os cinco secretariados regionais, o VI Congresso da OPM elegeu nomeadamente a Libia para a zona Norte, os Camarões, para o Centro e o Burkina Fasso para o Oeste. O Zimbabwe assume o secretariado regional para a África Austral e a Tanzânia o Leste.

O Mali pelo norte de África, Guiné-Bissau pelo oeste, Moçambique pela região austral e o Zaire e a Etiópia, respectivamente, pelo centro e oeste, compõem o Comité de Controlo e Finanças.

para "torná-la mais activa, dinâmica e estruturada, de forma a poder contribuir mais adequadamente para a solução dos enormes problemas que enfrentam os nossos povos", palavras da secretária-geral da Organização da Mulher Angolana, Ruth Neto (*ver nesta edição, na Matéria de Capa dedicada a Angola, uma entrevista com esta dirigente*), que foi eleita secretária-geral da OPM, em substituição de Fethia Bettahar.

O Congresso aprovou um Plano de Acção político, económico, sócio-cultural, de informação e de relações internacionais. A filosofia desta proposta está identificada com os objectivos do Plano de Acção de Lagos, definido na XXI Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), realizada na capital da Nigéria, que traça uma estratégia de desenvolvimento económico para o continente africano. Nesse sentido, um dos aspectos mais ambiciosos do



Secretária Geral (cessante)
Fethia Bettahar

Plano de Acção das mulheres africanas é a promoção da solidariedade internacional e das organizações da OPM em apoio aos movimentos de libertação, especificamente ao ANC e ao PAC da África do Sul, à SWAPO, da Namíbia, e à Frente Polisario, do Sara Ocidental, parcialmente ocupado pelo regime de Marrocos.

"O principal obstáculo à promoção da mulher africana foi e continua a ser o ambiente hostil e explosivo criado pela obstinada persistência do colo-

nialismo, do racismo, do *apartheid* e da perigosa corrida armamentista", declarou Fethia Bettahar.

Os antecedentes

A 31 de Julho de 1962, quando foi fundada a organização, apenas participavam nela 21 países e sete movimentos de libertação. Inicialmente chamou-se Conferência das Mulheres Africanas (CMA). Essa data é comemorada actualmente como o "Dia da Mulher Africana" e marca o início do trabalho em prol do respeito e do reconhecimento dos direitos da mulher em África.

Depois desse primeiro congresso, realizado em 1962 na capital da Tanzânia (Dar es Salam) a Conferência reuniu-se de novo em Monróvia, capital da Libéria, em 1964, contando com quatro novas adesões. O III Congresso teve lugar em Argel, em 1968, pouco depois da entrada da Con-

ferência das Mulheres Africanas na Organização de Unidades Africanas (OUA), com o estatuto de observadora. Nessa oportunidade foi decidida a transferência da sede permanente do organismo continental de mulheres, de Bamako (Mali) para Argel (Argélia), tendo sido dada prioridade à ajuda e à solidariedade aos movimentos de libertação.

Foi em 1974, durante a realização do IV Congresso, em Dakar (Senegal), que foi aprovada a mudança do nome da instituição que passou a chamar-se Organização Pan-Africana de Mulheres, nome que mantém até hoje. O V Congresso, que não teve maior repercussão porque os seus trabalhos não chegaram a ser concluídos devido à falta de

quorum para o seu funcionamento, foi realizado na capital líbia, Trípoli, em 1980.

Nessa oportunidade, Angola já tinha sido escolhida como sede do congresso seguinte. Na altura, a OPM contava com 46 membros, dos quais três eram movimentos de libertação, o ANC e o PAC da África do Sul e a SWAPO da Namíbia.

Apesar da falta de quorum, foram adoptadas em Trípoli algumas medidas que asseguraram a continuidade dos trabalhos e dinamizaram o movimento. Uma delas foi a criação de um Centro de Informação da OPM. Em Luanda, o qual foi instalado em Agosto desse mesmo ano.

O 20º aniversário da Organização Pan-Africana de Mu-

lheres foi celebrado na cidade de Bujumbura, Burundi, tendo sido aprovada uma moção de apoio e solidariedade às mulheres dos países da Linha da Frente. Dando continuidade a esse trabalho, Harare, capital do Zimbawe, outro país da África Austral, foi escolhido para a realização da reunião do secretariado regional preparatório do VI Congresso, em Março deste ano. Houve também em Argel, sede permanente da OPM até ao Congresso de Luanda, uma reunião do secretariado geral para definir os últimos detalhes do evento.

O peso da África Austral

Durante os trabalhos do VI Congresso, ficou claro que a



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

As resoluções

□ No VI Congresso da Organização Pan-Africana de Mulheres foram aprovadas, juntamente com a declaração final, seis resoluções sobre: África Austral, RASD, desenvolvimento económico do continente, situação política africana, finanças e programa de acção e lei orgânica da organização.

No referente à África Austral, as delegadas "solidarizaram-se com as mulheres dos países da Linha da Frente na sua luta pela paz" e exigem "a aplicação de sanções globais e obrigatórias contra o anacrónico regime de *apartheid*, assim como a aplicação da resolução 435/78 da ONU como única forma de alcançar a independência da Namíbia".

Em relação ao Sara, as delegadas "reiteram a sua solidariedade militante para com a luta do povo sarauí, pelo seu direito à autodeterminação e independência nacional, sob a égide da Frente Polisário" e afirmam que a solução da questão "reside na aplicação das resoluções pertinentes da ONU e dos países Não-Alinhados".

Ao analisar a situação do continente "condenam a agressão imperialista norte-



A Organização da Mulher Angolana (OMA) trabalhou intensamente para dar apoio e assegurar o funcionamento do VI Congresso

-americana perpetrada contra o povo da Jamahiriya Árabe de Líbia", e "apelam às principais partes beligerantes no Chade para que o problema seja resolvido de forma pacífica". As considerações políticas referiram-se também aos conflitos extra-continentais manifestando "o seu apoio à luta do povo de Timor-Leste pela sua autodeterminação e independência, assim como ao plano de paz da FRETILIN", pronunciando-se a favor da realização de uma conferência de paz para o Médio Oriente com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP, e de apoio aos esforços do Grupo de Contadora em relação à Nicarágua, "um importante passo para o estabelecimento da paz e da tranquilidade na zona".



Pendukene Kaulinge, dirigente da SWAPO



Zara Ramdán, representante da Frente Polisario



O VI Congresso também homenageou a cultura do continente africano

mulher africana reconhece o regime sul-africano como o principal adversário ao seu desenvolvimento e avanço como ser humano. Foi notório o peso político das delegações representantes da região da África Austral, particularmente dos movimentos de libertação.

A delegação da SWAPO foi encabeçada por Pendukene Kaulinge, membro da direcção do movimento e secretária-geral da Organização das Mulheres da Namíbia. Pendukene denunciou as tentativas do regime sul-africano de "dividir a Namíbia, separando a faixa de Caprivi do resto do país. A partir desse local, os militares sul-africanos realizaram incursões aéreas contra Luzaka, Gabarone e Harare, em Maio passado". Esta políti-

ca tem como objectivo a contínua desestabilização dos países independentes vizinhos, razão porque, depois da Namíbia conseguir a sua independência, os sul-africanos pretendem manter a faixa de Caprivi como base para os seus ataques.

Pendukene Kaulinge, uma das dirigentes mais solicitadas pelos jornalistas que cobriram a conferência, disse na sua intervenção no plenário que, em nome da sua organização, solicitava a "solidariedade e o apoio permanente para a qualquer custo levar por diante a luta".

Outra intervenção marcante foi a da delegação sul-africana, encabeçada por Gertrude Shope, que preside à secção feminina do ANC e pertence ao seu Comité Executivo Nacional. Shope realçou o papel da mu-

lher na luta contra o *apartheid*, desde os primeiros tempos da fundação do ANC, há 70 anos.

Tal como acontece geralmente, também em relação à mobilização da mulher, são os países em luta que impõem o ritmo e o nível de desenvolvimento da consciência dos outros povos. No VI Congresso da OPM ficou claro que as mulheres da África Austral – seja as que vivem directamente sob o jugo do *apartheid*, na África do Sul e na Namíbia, seja as que o sofrem através das agressões permanentes de Pretória, como em Angola, Moçambique e Zimbabwe – estão, com o seu exemplo, a "influenciar as demais mulheres do continente africano. Esse exemplo nem sempre vem da sua participação directa na luta, ou na resistência; às vezes vem, simplesmente, do seu exemplo de dignidade.

Como comentava Zara Ramdán, da delegação da Frente Polisario – que desenvolveu um excelente trabalho de consciencialização sobre a questão do Sara –, algumas delegadas do mundo árabe estavam muito impressionadas com as dificuldades enfrentadas pelo povo angolano devido às agressões sistemáticas do regime sul-africano, somadas agora à queda do preço do petróleo. "Mas todas reconhecem – afirma Zara – que essas limitações, essas carências, são amplamente compensadas pelo orgulho que as mulheres de Angola sentem pela sua liberdade, o seu mais precioso bem".

B.B.

ASPARSOPI

EQUIPAMENTOS EM AÇO INOXIDÁVEL, AÇO CARBONO, ALUMÍNIO, TITÂNIO, LIGAS DE NÍQUEL E LIGAS DE COBRE
PARA AS INDÚSTRIAS: ALIMENTAR, BEBIDAS, QUÍMICA E PETROQUÍMICA



VISTA AÉREA DAS INSTALAÇÕES



CÂMARA DE SECAGEM DE LEITE EM PÓ



FERMENTAÇÃO DE CERVEJA CILINDRO CÔNICAS



MÁQUINAS DE LAVAR GARRAFAS

FUNDAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL • BOMBAS CENTRÍFUGAS • FUNDOS COPADOS • ACESSÓRIOS

SEDE

INDÚSTRIAS METALÚRGICAS ARLINDO S. PINHO, LDA.
TELEF. 42511 • TELEX 22566 ARSOPI P • APARTADO 10 • 3731 VALE DE CAMBRA CODEX

DELEGAÇÃO

AVENIDA ALMIRANTE GAGO COUTINHO, 25-E
TELEFS.: 895327-882356 • TELEX 13373 LARSOP P • 1000 LISBOA

**ROMANCE DE UMA GERAÇÃO
QUE TEVE DE IR À GUERRA**

Jose Manuel Mendes

**OMBRO,
ARMA!**



OMBRO, ARMA!

José Manuel Mendes

«Para mim, *Ombro, Arma!* significou a alegria do encontro com um verdadeiro escritor.»

Jorge Amado

Portugal, um quartel algures. Nele viveram e dele saíram jovens que foram fazer a guerra, em terras de África. Qual a sua existência? Que sentiram?

Este o novo romance de José Manuel Mendes, escritor e deputado, autor também de *O Despir da Névoa*. Uma obra em que os conflitos, os dramas e as personagens se entrecruzam, entrelaçam e entrechocam. No prefácio, disse Urbano Tavares Rodrigues: «A graça, a ternura, o sarcasmo, o carvão violento da caricatura, o nimbo dos êxtases eróticos vivificam esta narração que assenta numa prática social e transporta (com a liberdade do artista que conhece bem o valor e o prazer da escrita) as suas marcas indeléveis.

»*Ombro, Arma!* é um texto luxuriante e luminoso, um hino à amizade e ao amor, sempre vivificado pelo ímpeto da palavra, pela qualidade da escrita.»



A obra aí está, na Col. «Século XX»

À VENDA NAS MELHORES LIVRARIAS E PAPELARIAS



EUROPA-AMÉRICA ...a memória no futuro

Mulher/Notas

Venezuela: violência contra a mulher

De acordo com as conclusões de um estudo levado a cabo pelas professoras Ofelia Alvarez e Beatriz Rodriguez, da Casa da Mulher de Caracas, podem ser consideradas "normais (devido à sua frequência) as agressões contra a mulher e a criança nas classes de menor recursos da Venezuela.

O estudo - que procurou determinar as razões da violência familiar - chegou à conclusão de que 66% das mulheres suportam as agressões durante muito tempo, 9% apresentam queixa e apenas 3% respondem da mesma maneira. O agressor, "o homem da casa", age quase sempre sobre o efeito do álcool, por ciúmes ou em consequência de discussões com origem em problemas económicos. Segundo o psiquiatra José Luís Vethencourt, a crise económica por que passa a Venezuela, com uma inflação crescente e um alto índice de desemprego, gera tensões no grupo familiar que acabam por degenerar em violência.

As agressões (por ordem de frequência) vão desde bofetadas e murros, até golpes com objectos contundentes, facadas, tiros e tentativas de estrangulamento.

O estudo revela ainda que 43% dos agressores foram vítimas de violência física durante a infância ou são filhos de pais que se agrediam, o que determinou uma repetição do modelo recebido.

As vítimas apenas procuram a ajuda da polícia ou da Casa da Mulher depois de sofrerem ferimentos graves ou ameaças de morte, muitas vezes não apenas contra elas mas também contra os filhos. A situação de pânico generalizado que isso provoca, afecta a vida quotidiana do grupo familiar e a conduta das crianças", afirma o estudo.

Conferência sobre a mulher latino-americana

Delegadas de 20 países latino-americanos já confirmaram a sua presença na Conferência Regional sobre "Mulher, População e Desenvolvimento", que terá lugar de 3 a 7 de Novembro no Uruguai. As delegações serão compostas por representantes estatais e de organizações não-governamentais (ONG).

Organizada pelo Fundo das Nações Unidas para Actividades em Matéria de População (FNUAP), com a colaboração do Ministério



da Educação e Cultura do Uruguai, a conferência tem como objectivo "compartilhar experiências e inquietações" e "aumenta a consciência e o conhecimento dos aspectos relacionados com os temas 'população e desenvolvimento', os quais estão estreitamente ligados à condição da mulher", revelou Graciela Duce, directora-geral adjunta da FNUAP para a América Latina e Caraíbas.

Durante a Conferência, dois grupos de trabalho abordarão, respectivamente, os temas "mulher, população e desenvolvimento" e "saúde na reprodução, planeamento familiar e educação sexual". As sessões plenárias estão previstas para o início e final do encontro.

Esta reunião vai encerrar uma série de conferências e seminários sobre o mesmo tema que tiveram lugar, nos últimos três anos, em Tunis, San Cristobal y Nieves, Paquistão, China e Emiratos Árabes Unidos e que reuniram mulheres das diferentes zonas do mundo.

Cinema

O gargalo estreito da distribuição

Cineastas latino-americanos tomam consciência de que só abrindo espaços em conjunto, como circuitos alternativos de exibição, poderão chegar ao público dos seus próprios países



Filmagem de "Com Licença, Eu Vou à Luta" de Lui Faria

A produção cinematográfica dos diversos países latino-americanos enfrenta um inimigo comum: circuitos de exibição monopolizados por filmes norte-americanos. Na tentativa de abrir espaço à exibição dos seus filmes nos seus próprios países, os cineastas latino-americanos têm criado organizações que, de alguma forma, conseguem abrir brechas no bloqueio das distribuidoras. No Brasil, por exemplo, luta-se desde 1976 pelo cumprimento de uma lei que obriga

a exibição de uma curta-metragem nacional antes de qualquer filme estrangeiro.

Durante muito tempo os exibidores burlaram esta lei, chegando eles mesmos a produzir em série curtas-metragens de péssima qualidade, roubando o espaço aos cineastas profissionais, saturando a produção e criando no espectador uma aversão pelo filme nacional. Existem hoje nas prateleiras 100 curtas-metragens de boa qualidade, produzidas e dirigidas por cineas-

tas de técnica apurada e preocupados com a renovação da linguagem cinematográfica, que aguardam uma actuação mais firme do CONCINE (Conselho Nacional de Cinema), para que a lei seja cumprida.

Preocupados com a libertação dos seus povos e com o resgate das identidades nacionais, os cineastas latino-americanos chegam ao terreno do heróico, como Miguel Littin (*Actas de Marusia e Terra Prometida*), que entrou clandestinamente no Chile, onde nasceu e de onde foi expulso há 12 anos, para filmar *Acta General de Chile*, documentário sobre a vida do seu país sob a ditadura de Pinochet, exibido recentemente no Festival de Venezuela.

Compreendendo que têm histórias e interesses comuns, assim como a afinidade das suas bases culturais, estes cineastas, quebrando o isolamento, passaram a reunir-se em festivais e a organizar associações como a ACLA (Associação de Cineastas Latino-Americanos) e a Fundação do Novo Cinema Latino-Americano, inaugurada no ano passado durante o festival de Havana, organização que tem como presidente o escritor colombiano Gabriel García Márquez. Foi esta a forma que eles encontraram para estimular uma aproximação maior, porque, como diz Pastor Vega, presidente do Instituto de Cinema de Cuba: "lamentavel-



mente, o isolamento ainda é grande. O cinema brasileiro não é visto na Venezuela, não se vê o cinema cubano na Argentina e o argentino não é visto no México".

Mas, ainda que os cineastas latino-americanos trabalhem isoladamente, percebe-se nos seus filmes muitos pontos de identificação, facto definido por Littin como "uma espécie de comunicação subterrânea", o que segundo ele é causado porque "os nossos povos foram fragmentados arbitrariamente pelos interesses do imperialismo, mas temos a mesma história". Para prová-lo, basta lembrar que, na década de 60, enquanto Nelson Pereira dos Santos filmava no Brasil "Rio 40 Graus", na Argentina, Fernando Birri fazia *Tire Die*, enquanto o cubano Tomás Gutiérrez Alea filmava "O Companheiro". Três filmes na mesma linha, com a mesma busca. No Brasil, um dos marcos do Cinema Novo; na Argentina, o surgimento da escola revolucionária de Santa Fé; com Alea, o nascimento do cinema cubano.



O cinema como arma

Com esse novo cinema, que subvertia a estética dominante do modelo hollywoodiano, os cineastas latino-americanos descobriam como fazer cinema com poucos recursos e sem grande aparato, o que, aliás, se aproximava mais da realidade dos seus povos. As ditaduras tentaram por todos os meios travar o desenvolvimento deste cinema voltado para o ser humano, mas ele continuou a abrir espaços para a resistência, como, por exemplo, na Nicarágua, em El Salvador, no Panamá e em Porto Rico, países onde o cinema é uma arma

Três realizadores latino-americanos: o brasileiro Nelson Pereira dos Santos (esq.), o chileno Miguel Littin (dir.) e o cubano Pastor Vega (ao lado)

na luta pela libertação.

Antes da televisão, o cinema foi a astuciosa arma da mais bem sucedida experiência de imposição dos valores do dominador imperialista. Por isso, Pastor Vega diz: "sempre fomos satélites de um sistema que nos é estranho". Vega é de opinião que o intercâmbio proporcionado pelos festivais ainda não atingiu a dimensão desejável para que se abram maiores espaços, e realça a necessidade de juntar forças para que o cinema cumpra o seu papel, com um enriquecimento mútuo dos cineastas latino-americanos através da troca de informações, como parte de uma cultura mestiça comum.

"Temos problemas com a matéria-prima, com a distribuição e com o mercado inter-

terceiro mundo - 79



Irene Papis e Claudia Ohana em "Eréndira", dirigido por Ruy Guerra

no, e ainda por cima não estamos integrados", comenta o cineasta argentino Alejandro Doria (*Esperando la Carroza*), para quem a luta pela abertura de espaços para o cinema latino-americano deve ser colectiva. Carlos Álvarez, documentarista colombiano, diz que aprendeu nos *Cahiers du Cinéma* o pouco que sabe sobre o Cinema Novo brasileiro. Para ele o isolamento só pode ser rompido com a criação de distribuidoras alternativas.

"Ficámos muitos anos sem poder fazer filmes ligados com a realidade do homem latino-americano. Foram anos de muito medo. Estamos a aprender agora a trabalhar em liberdade, para encontrar o caminho", diz Alejandro Doria. O cinema de Porto Rico é outro que também é desconhecido pelo seu povo, porque as salas de exibição são dominadas pela produção norte-americana. "Somos uma colónia dos Estados Unidos desde 1898. Não temos apoio do governo porto-

-riquenho, mero administrador da colónia para os EUA", diz José García, realizador porto-riquenho. Resultado: os cineastas de Porto Rico procuram outros países para realizarem co-produções. Os filmes feitos através deste esquema, quando exibidos, só são vistos nas universidades e sindicatos.

Também o cinema mexicano vive actualmente uma grave crise. Desde sempre ligado ao Estado, teve os seus momentos de glória na década de 40, e, de acordo com o que escreveu o crítico Hector Rivera na revista *Proceso*, apresenta o seguinte quadro: "existem poucas salas de projecção, onde 90% dos filmes exibidos são norte-americanos. O cinema oficial, controlado pelo INC, é manipulado politicamente e as obras são de péssima qualidade".

A cinematografia mexicana é salva pelo cinema independente, que produz escassos mas excelentes filmes, como *Frida*, de Paul Leduc, que ar-

rebatou o prémio para o melhor filme no Festival de Havana do ano passado, além de vários outros internacionais. Como se já não bastasse o desinteresse pelo cinema nacional, um incêndio na Cinemateca destruiu sete mil filmes e acabou com a memória do cinema mexicano.

O cinema chileno vive uma situação peculiar, já que a maioria dos seus filmes são feitos no exílio. Em dez anos, foram produzidas 176 películas - 56 longas-metragens, 34 médias e 86 curtas. Uma boa parte dessa produção foi feita por Miguel Littin, que vive no México. No Uruguai, o cinema é apenas, na definição de Manoel Carril, um "negócio cinematográfico", ou seja, a produção e a distribuição são sempre monopolizadas pelo mesmo grupo de interesses. De acordo com Carril, as exhibições são feitas através de dois circuitos comerciais, que dominam a maior parte do mercado, e um terceiro circuito com algumas salas independentes, que sofrem todo o tipo de pressões.

Carril revela ainda que não existe uma produção nacional no Uruguai, mas esforços isolados de cineastas independentes ou exilados, que trabalham em co-produção com outros países. No Paraguai, a situação não é muito diferente, embora haja alguns cineastas que conseguem manter uma produção nacional, como Hugo Gamarra, que é produtor, director e distribuidor dos seus próprios filmes, o último deles um documentário chamado *Pe-*



O cinema latino-americano torna-se naturalmente um instrumento de consciencialização política

regiración a Caacupe, sobre as romarias ao santuário da Virgem de Caacupe.

Cinema e soberania nacional

Panamá, Costa Rica, Equador, El Salvador e Nicarágua já têm uma proposta de cinema mais voltada para a libertação dos seus povos. No Panamá, o Grupo Experimental de Cinema Universitário tem objectivos muito claros: usar o cinema como instrumento de consciencialização política, segundo explica Pedro Rivera, um cinema "pela soberania nacional e pela reapropriação da zona do Canal do Panamá". Rivera diz ainda porque é que a cinematografia do seu país custa a se desenvolver: "como o Panamá serve de base aos militares norte-americanos, eles valem-se de diversos mecanismos para dominar os meios de comunicação de massas, impedindo, entre outras coisas, a formação de um cinema nacional".

1986 - Novembro - nº 95

De acordo com Rivera, a mente do espectador panamiano está deformada e condicionada pelo esquema norte-americano de interpretação da realidade. O cinema de El Salvador e a rádio "Venceremos" produzem filmes e vídeos como *El Camino de la Libertad* e *Mira como Lucha mi Pueblo*, documentando a luta da população contra o governo fantoche e os esquadrões da morte.

O cineasta argentino Octavio Gettino calcula que, com uma distribuição alternativa que atingisse todos os países da América Latina, a produção de todos esses países atingiria centenas de milhões de espectadores. "A América Latina é um mercado muito importante, que precisa ser trabalhado a nosso favor", declara o cineasta uruguaio, Mario Handler, residente na Venezuela, que propõe, além do incremento da co-produção, um esquema de co-exibição. Handler acredita que, dentro de um esquema de co-produção, a

América Latina poderia produzir uma média de 250 filmes por ano.

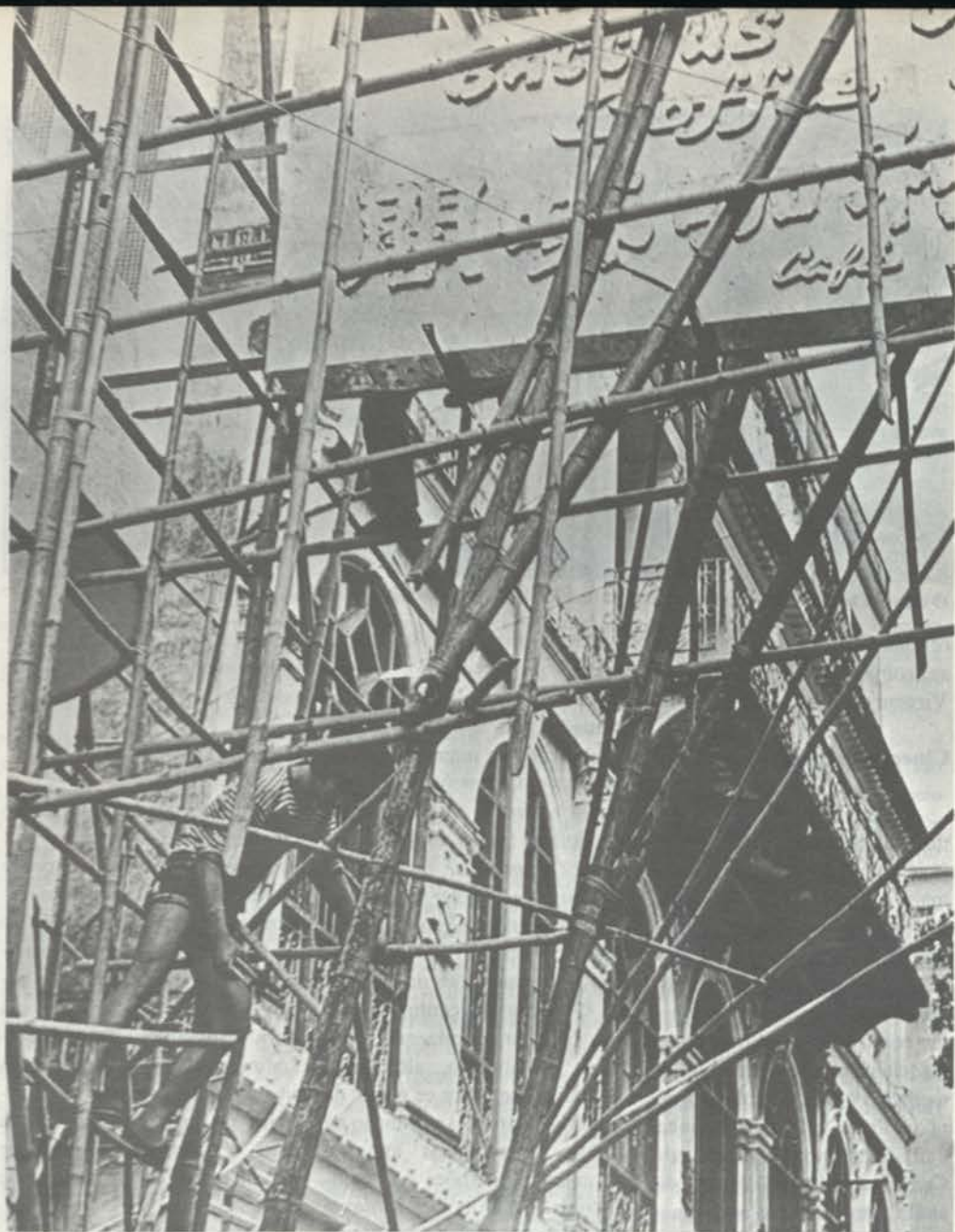
Cuba ensina

Visando uma renovação do cinema latino-americano e o estabelecimento de um ponto de encontro para estudos cinematográficos, a Fundação do Novo Cinema Latino-Americano criou uma escola de cinema e televisão em Havana para estudantes da América Latina, África e Ásia, com inauguração prevista para Janeiro do próximo ano. Já foi feita a primeira selecção de candidatos - 80 ao todo - de 19 países.

Além da escola - que funcionará em San Antonio de los Baños - a Fundação do Novo Cinema Latino-Americano propõe-se também angariar fundos para a produção de filmes cujos roteiros serão escolhidos por concurso. ●

Maria Thereza Azevedo

terceiro mundo - 81



Macau, Hong-Kong: Um "negócio da China"

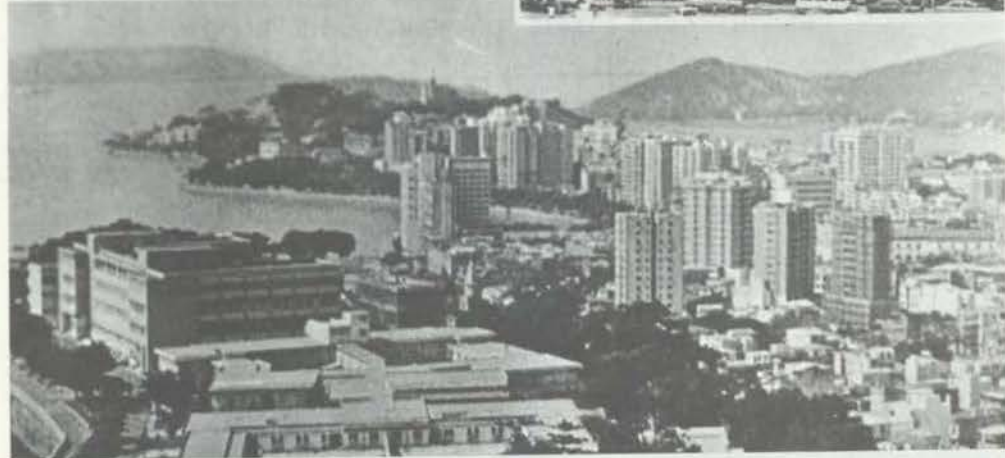


São apenas 16,4km², nos quais a península de Macau ocupa, com os seus 5,7km², a parte mais importante da vida econó-

mica do território. As ilhas da Taipa e de Coloane, relegadas sempre para segundo plano no desenvolvimento, dão indícios de alguma iniciativa empresarial, mas pouco significativa.

A densidade populacional é a maior do Mundo e o fenómeno consta de qualquer edição do "guinness" dos recordes. Mais de 400 mil habitantes, fora a população flutuante incontável, dão um ritmo de vida especial a este pequeno território, reconhecidamente chinês, quase a ver terminar mais de 400 anos de administração portuguesa.

É com esta gente (mão-de-obra barata, sem contratos de trabalho, nem legislação eficaz), com a ambição empresarial incontida; um acesso fácil ao crédito bancário, um discreto paraíso fiscal, que se conseguem alguns resultados espantosos. É o que se pode chamar "um negócio da China" em 16km².



Casas de jogos abertas 24 horas por dia, feriados europeus e festividades marcadas pelo calendário lunar budista e uma população que continua a levar uma vida "à chinesa", tudo isto se mistura em Macau e Hong-Kong, territórios que estão em vias de regressar à soberania da República Popular da China. É sobre os desafios que ambos irão enfrentar no futuro que se debruça esta reportagem exclusiva, coordenada pela nossa redacção de Lisboa.

Tendo embora necessidade de importar matéria-prima e praticamente todos os bens de consumo essenciais, Macau registou, em 1985, um saldo positivo na balança comercial de cerca de 125 milhões de dólares.

Os Estados Unidos ocuparam o primeiro lugar nas exportações de Macau, seguidos da República Popular da China e do conjunto dos países da CEE, adquirindo têxteis e vestuário, brinquedos, cerâmica e artigos de couro. O problema que se coloca é que 63% das exportações de têxteis e vestuário estão sujeitos a um esquema de restrição previsto no âmbito do Acordo Multifibras, que condiciona as possibilidades de expansão destas exportações, com vista a proteger os produtores da Comunidade Económica Europeia. Daí que os mercados não-contingentados (República Popular da China, Japão, Austrália e países do Leste europeu) vissem aumentar a penetração dos produtos de Macau.

Por outro lado, as outras exportações (exceptuando os têxteis), como os brinquedos, cerâmica e artigos de couro, beneficiam de um sistema generalizado de preferências, aplicado

aos países ou territórios do terceiro mundo, nos quais se integra Macau.

1986 altera situação

Alterações significativas registaram-se, entretanto, no primeiro semestre deste ano. As exportações atingiram já, na primeira metade de 1986, 485 milhões de dólares, o que representa um acréscimo de 15,2% em relação a igual período de 1985.

Têxteis e vestuário, brinquedos e o sector da electrónica (que inverteu a tendência negativa do ano transacto) lideraram as exportações. Por outro lado, estas viraram-se, preferencialmente, para a CEE (36%) em virtude do aumento de compras pela Alemanha Federal (+67,3%), da França (+24,8%) e do Reino Unido (+29,7%), enquanto a República Popular da China reduziu, na generalidade, as suas importações de Macau, em cerca de 33% relativamente a igual período do ano anterior, em consequência das medidas económicas de carácter restrictivo adoptadas por Pequim.

EXPORTAÇÕES TOTAIS POR MERCADOS E PRODUTOS

	1981	1982	1983	1984	1985
MERCADOS (%)					
EUA	20,8	23,4	26,5	30,3	32,3
CEE	40,3	37,9	35,7	33,9	31,2
RFA	12,9	11,9	11,8	10,6	10,0
França	11,3	11,6	10,5	10,2	10,5
Reino Unido	7,2	6,0	6,2	6,7	6,0
Outros	8,9	8,5	7,2	6,4	4,8
RP China	3,7	3,5	3,8	5,3	6,8
Hong Kong	22,8	20,8	22,2	20,1	18,3
Outros	12,4	14,4	11,8	10,4	11,4
TOTAL (10⁶ MOP)	4 015,3	4 521,1	5 673,0	8 324,8	7 206,7
PRODUTOS (%)					
Têxteis e Vestuário	80,1	75,7	73,1	70,0	68,7
Flores Artificiais	2,9	3,0	3,7	3,8	2,8
Electrónica	2,1	2,7	3,8	3,4	2,6
Brinquedos	3,1	6,4	7,5	10,0	11,4
Obras de Couro	1,2	1,5	2,0	2,1	2,4
Outros	10,6	10,7	10,0	10,9	12,1

FONTE: Estatísticas do Comércio Externo de Macau - DSEC



Incremento à construção civil

Um grande incremento às obras no sector público contribuiu, consideravelmente para que, no ano passado, a construção civil aumentasse a sua produção em 15% relativamente ao ano anterior. O sector público terá, assim, investido em 1985 mais de 47 milhões de dólares na construção civil, o que significou 33% do valor bruto da sua produção.

Os primeiros contratos de desenvolvimento visando o alojamento de estratos das populações de menor rendimento vão, entretanto, obrigar os construtores civis a um esforço financeiro que ultrapassa os 110 milhões de dólares.

Adquirida a autonomia administrativa depois do 25 de Abril de 1974 e criadas as necessárias receitas para fazer face às despesas públicas, o território conheceu sempre, desde 1980, saldos positivos. Em 1985, porém, as receitas de

capital ficaram 35 milhões de dólares aquém das despesas de capital efectuadas.

As receitas totais ficaram-se pelos 265 milhões de dólares, enquanto as despesas atingiram os 300 milhões, assumindo aqui papel preponderante as verbas absorvidas pelos Serviços de Finanças (177 milhões de dólares) respeitantes à Administração, encargos da dívida pública e pensões e reformas.

Seguiu-se-lhe o plano de investimentos (56 milhões de dólares) no qual a rubrica educação, cultura e desporto ocupou a posição principal, e as despesas com as forças de segurança (Polícias de Segurança Pública, Judiciária e Marítima, dado que em Macau não existem forças armadas), que se cifra-



RELAÇÕES COMERCIAIS DE MACAU COM HONG KONG E REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

	1981	1982	1983	1984	1985
COMÉRCIO COM HONG KONG					
Exportações para HK (10 ⁶ USD)	155,42	150,99	166,27	183,08	164,90
Peso nas Exportações de Macau (%)	22,19	20,95	22,02	20,11	18,28
Peso nas Importações de HK (%)	0,64	0,84	0,90	0,92	0,79
Importações de HK (10 ⁶ USD)	258,80	268,18	280,02	314,07	339,80
Peso nas Importações de Macau (%)	36,14	37,60	38,67	39,59	43,94
Peso nas Exportações de HK (%)	1,43	1,59	1,54	1,37	1,38
Déficit Comercial de Macau com HK (10 ⁶ USD)	- 103,38	- 117,19	- 113,75	- 130,99	- 174,20
COMÉRCIO COM A RP CHINA					
Exportações para a RPC (10 ⁶ USD)	25,63	23,41	28,36	47,15	61,46
Peso nas Exportações de Macau (%)	3,66	3,25	3,76	5,18	6,80
Peso nas Importações da RPC (%)	0,04	0,05	0,08	0,13	n.d.
Importações da RPC (10 ⁶ USD)	234,21	192,52	188,45	223,31	164,52
Peso nas Importações de Macau (%)	32,71	26,99	26,02	29,14	21,28
Peso nas Exportações da RPC (%)	1,34	1,19	1,21	1,23	n.d.
Déficit Comercial de Macau com a RPC (10 ⁶ USD)	- 208,58	- 169,11	- 160,09	- 176,16	- 103,06

FONTE: FMI - Direction of Trade Statistics; China's Customs Statistics; HK Monthly Digest of Statistics; Estatísticas do Comércio Externo de Macau - DSEC

NOTA: 1985 - valores provisórios; MOP - Pataca (moeda de Macau, dividida em cem avos); 799,89 MOP = 100 US\$ (média de 1985)

ram em 25 milhões de dólares.

Cerca de 4.300.000 visitantes entraram em Macau, no ano de 1985. Pouco mais de meio milhão terá sido motivado por fins meramente turísticos. Todos os outros – quase quatro milhões residentes em Hong-Kong, desembarcaram no território, directos às mesas de *blackjack* ou às roletas dos casinos.

No entanto, o novo contrato de jogos, ultimado em Setembro passado, obriga a concessionária exclusiva, a STDM (Sociedade de Turismo e Diversões de Macau), a entregar, até finais deste ano, qualquer coisa como 125 milhões de dólares ao território, sob diversas formas.

Até ao ano 2001, a STDM terá, entre outros empreendimentos, de custear, em 30 a 40 por cento, os encargos com a construção de uma nova ponte entre Macau e a ilha da Taipa (a actual e única revela-se já insuficiente para o trânsito), bem como os custos com o estabelecimento de um aeroporto e os necessários apoios técnicos. Prevê-se, ainda, a criação de uma fundação, com sede provável em Paris, com fins científicos, culturais e filantrópicos, para a qual a STDM compartilhará com um subsídio anual de três milhões de dólares.

Face a estes projectos, o capital social da

STDM passará de dez milhões de dólares para 125 milhões, sendo a concessionária autorizada a movimentar cerca de um quarto das acções da empresa na bolsa de Hong-Kong, decisão que o "patrão" do jogo, Stanley Ho, tinha conseguido da Administração portuguesa em 1985 e quase viu ir por "água abaixo", em consequência das hesitações demonstradas pelo novo governo, há poucos meses no território.

Segundo os números oficiais, os cinco casinos legais de Macau – todos explorados pela STDM – fizeram entrar, durante o ano passado, nos cofres públicos, 55 milhões de dólares, mais ou menos 40% das receitas totais de Macau.

Funcionando 24 horas por dia durante todos os dias do ano, os casinos continuam a ser um dos grandes atractivos de Macau, já que os britânicos não permitiram (e provavelmente nunca permitirão) a sua instalação em Hong Kong.

Apesar de se constituir como um Estado dentro de outro Estado, e de ter atingido valores acentuadamente superiores aos do passado recente, o certo é que a STDM perdeu muito da sua hegemonia económica em Macau. Hoje já não é mais a única detentora dos melhores hotéis do território nem a entidade exclusiva dos

O purgatório dos refugiados

□ Mais de 8.500 refugiados vietnamitas aportaram a Macau, em frágeis embarcações, entre 1975 e 1982. A maior parte seguiu para os seus destinos. Em Macau, na ilha de Coloane, ficaram cerca de 700. Dedicam-se a actividades artesanais, em especial à confecção de flores em seda e em plástico. Vivem em Ka Ho, num dos centros de acolhimento que as autoridades internacionais reconhecem reunir das melhores condições em todo o mundo: um verdadeiro purgatório.

A partir de 1982, cessou esta emigração ilegal e admitida apenas por razões humanitárias. Levantou-se, contudo, o problema da identificação. Legislação foi criada

proibindo o emprego a quem não possuísse cartão de identidade. Sem resultados práticos. Organizações internacionais de refugiados chamaram a atenção das autoridades portuguesas para as consequências que resultariam da proibição de trabalhar fora dos centros de refugiados, designadamente o aumento da delinquência. A lei ficou na gaveta.

Actualmente, as perspectivas de reintegração dos refugiados vietnamitas de Macau em países terceiros são relativamente favoráveis. Até lá, o grupo de Ka Ho sobrevive pelos seus próprios meios, com um ligeiro apoio do governo.

Quando a administração portuguesa partir de Macau, a China terá, decerto, menos um problema para resolver: o dos 700 refugiados.

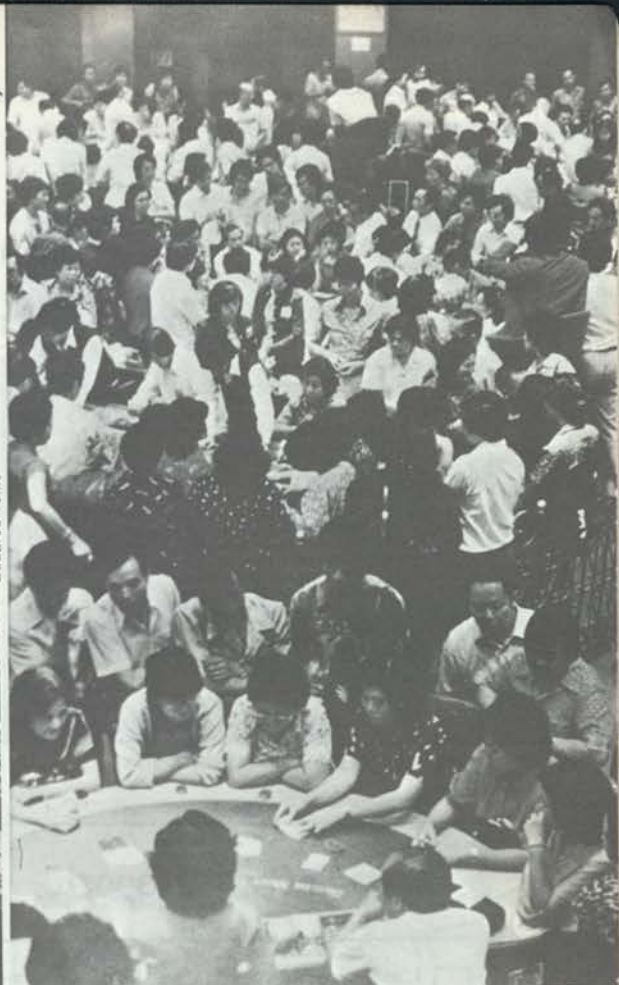


patrocínios das grandes realizações.

Com todas as críticas que, desde sempre, lhe foram dirigidas com alguma justiça, a verdade é que a STDM desempenhou, e ainda desempenha, um papel fundamental no progresso de Macau.

Como dizia um governador (o que mais tentou disciplinar a actividade da concessionária do jogo), bom para Macau seria que existissem mais empresas com o dinamismo e a dimensão da STDM, pois que uma só faria o território correr certos riscos de dependência. A situação parece, finalmente, ultrapassada.

Eduardo, Tomé



Diz-se que não há, entre os povos do mundo, maiores jogadores do que os chineses. O exemplo está, na verdade, em Macau, onde os casinos (muitos) funcionam 24 horas por dia

Relações privilegiadas

No espírito das pessoas que vivem em Macau parece não haver dúvidas quanto a um ponto fundamental: o importante é manter a estabilidade do território. Esta é a condição que, no passado recente, sempre tem sido colocada como essencial para a prosperidade e o desenvolvimento. E se, por um lado, não é possível alterar, por esta razão, muita coisa a carecer de mudança, por outro, a preocupação de estabilidade pode jogar a favor da presença secular portuguesa.

Portugal, país pequeno reduzido à sua condi-

ção europeia, dispõe em Macau de "um poderoso instrumento que lhe permitirá, se bem utilizado, manter hoje e no futuro, relações privilegiadas com uma das maiores potencialidades económicas, políticas e militares: a China". Esta é a opinião de um economista com obra importante realizada em Macau. Salienta, ainda, o mesmo técnico, o interesse que Macau pode ter como ponto de apoio para empresas portuguesas, nomeadamente de *trading*, dispostas a operar num imenso triângulo de importância crescente: Europa, Ásia e África.

Por outro lado, Garcia Leandro, ex-governador de Macau - a quem coube, a seguir

terceiro mundo - 87



O riquexó foi substituído pelo triciclo

O direito ao passaporte

□ Uma preocupação não têm os macaenses (portugueses e chineses) relativamente a Macau sob administração chinesa. Ao contrário de Hong-Kong, que confere aos naturais o estatuto de “cidadãos britânicos de segunda classe”, Macau reconhece, à partida, como portugueses todos os cidadãos ali nascidos.

O problema da nacionalidade quase não se coloca em Macau, quando a China assumir a soberania. Quem quiser ser português – e muitos têm direito a sê-lo – não encontrará o menor obstáculo.

Preocupado está, e muito, o governo britânico, que já o fez sentir a Lisboa. Sendo o inglês a segunda língua dos chineses, não havendo em Portugal tradição de “Chinatowns” e abertas aos portugueses as portas do Mercado Comum, temem os britânicos que os chineses de Macau “lhes

ao 25 de Abril, lançar as estruturas para o desenvolvimento do território – defende uma posição que não deixa de ser curiosa em relação ao futuro papel de Portugal. Para Leandro, não se deve forçar a saída dos portugueses de Macau “só porque o território passará para a soberania ou para a administração chinesa. Todas as soluções estão em aberto e julgo que o território pode ser administrado como *joint-venture* entre Portugal e a China”. A verdade, porém, é que o resultado das conversações ainda está por definir. Do sigilo compreensível, dado o melindre dos temas em análise, consegue-se, no entanto, retirar a intenção dos portugueses em só abdicar da responsabilidade da administração de Macau depois de Hong-Kong o fazer. Fala-se, por exemplo, da importância histórica que teria o ano de 2003, data em que os portugueses completariam 450 anos de presença.

Mas, para além da questão sentimental, digamos, muitos defendem que a transição deverá ser mais demorada para não afectar a sempre

vão cair em cima”. A preocupação tem lógica e o risco existe, de facto. Nada, porém, o poderá evitar.

Em Portugal, (ou nos territórios sob administração portuguesa) a legislação atribui a nacionalidade portuguesa aos filhos de pai ou mãe portugueses, aos filhos de estrangeiros residentes há mais de seis anos e aos indivíduos que não possuam outra nacionalidade. A nacionalidade pode ainda ser adquirida por casamento, por adopção e por naturalização, para residentes há mais de seis anos.

Apenas o processo de naturalização exige documento comprovativo de que o requerente tem conhecimento da língua portuguesa, situação que, em Macau, deu lugar a numerosas fraudes detectadas e anuladas pelo governo do território. Ser português não é, portanto, muito difícil. Em contrapartida, o passaporte nacional abre as portas da CEE e da maioria dos países, sem necessidade de visto. E, em Macau, o passaporte é um direito incontestado.



omnipresente preocupação de estabilidade. A última palavra, naturalmente, pertence à República Popular da China.

Quem conhece os chineses arrisca-se a garantir que Pequim já não tem dúvidas quanto ao futuro próximo de Macau.

A milenária sabedoria oriental aconselha, porém, a que as decisões amadureçam o tempo suficiente e a que as solenidades sejam cumpridas.

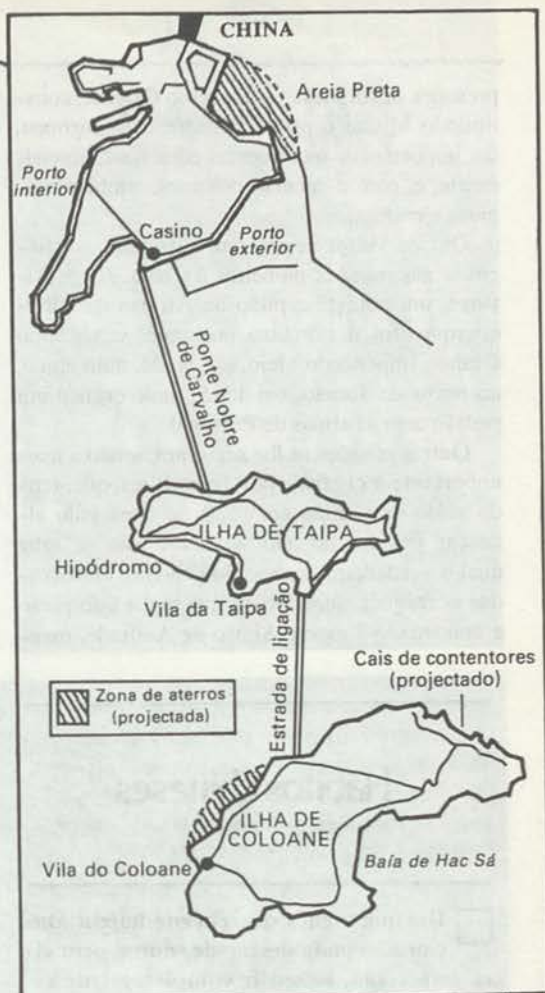
Cecília Jorge / R. Beltrão Coelho

Mais de quatrocentos anos de presença portuguesa

Terá sido em 1553 que os portugueses chegaram, pela primeira vez, a Amagau, "a fim de fazer secar sobre a praia os objectos do seu comércio, molhados por uma tempestade". Desenvolviavam, então, as suas transacções em Sanchuão, em Tamau e, sobretudo, na ilha de Lampacau, a cerca de dez quilómetros de Sanchuão.

Em Amagau (A-Má-Gau - baía ou porto da deusa Á-Má), hoje Macau, se construíram, a partir dessa altura, as primeiras cabanas com juncos que, pouco depois, deram lugar às construções em madeira, tijolo e pedra. Em 1554, o mercador algarvio Leonel de Sousa, vindo de Chauíl, na Índia, aceitou a sugestão do Hai-Tao - suprema autoridade marítima de Cantão - de concluir um acordo comercial com as autoridades alfandegárias locais para negociar em alguns portos da China, entre eles o de Macau.

A presença dos portugueses em Macau data, tradicionalmente, de 1557, quando o célebre 1986 - Novembro - nº 95



Com uma superfície de 16km², Macau está situado sobre o estuário do rio Si Kiang, no sul da China, na margem oposta a Hong-Kong. O território inclui três pequenas ilhas: Coloane e as duas Taipa. Com uma população de 300 mil habitantes (1983), a sua esmagadora maioria é de origem chinesa; portugueses e outros europeus formam uma pequena minoria. O budismo é a religião predominante, seguindo-se a católica. O chinês é o idioma principal, apesar do português ser a língua oficial e o inglês a língua comercial.

pirata Chan Tsi-Lao foi desbaratado nestes mares com a decidida ajuda das armas portuguesas e o imperador da China, querendo mostrar-se reconhecido, confirmou a autorização dos portugueses para se estabelecerem em Macau e de se considerarem senhores da terra. Formalizava-se, assim, o estabelecimento da

presença portuguesa no Extremo Oriente, constituindo Macau o primeiro entreposto europeu, de importância meramente comercial, inicialmente, e, com o decurso dos anos, também religiosa e cultural.

Outros vultos se tinham, entretanto, distinguido nas missões pioneiras à China. Jorge Álvares, um notável capitão de Afonso de Albuquerque, foi o primeiro português a visitar o Grande Império do Meio, chegando, num junco, ao porto de Tamau, em 1515, onde ergueu um padrão com as armas de Portugal.

Outras missões se lhe seguiram, sendo a mais importante a chefiada por Tomé Pires, que, tendo saído de Cantão em 1520, só conseguiu alcançar Pequim no ano seguinte. Não se sabe qual o verdadeiro destino do primeiro embaixador português, supondo-se que tenha sido preso e condenado à morte. Simão de Andrade, man-

dado em busca de Tomé Pires, construiu uma fortaleza em Tamau, e começou a atacar os navios da China, por não ter notícias do embaixador português. Terá sido esta atitude a causa do fim provável de Tomé Pires.

Finalmente, no período de 1675 a 1689, fruto do sucesso da embaixada de Manuel Saldanha a Pequim, Macau vive um período glorioso. Embora os ingleses pretendessem estabelecer uma feitoria em Cantão, os chineses declararam-lhes que o comércio ficaria apenas nas mãos dos portugueses, que dele tinham o monopólio.

No decurso dos anos, as relações de Macau com a China, se nem sempre foram muito amistosas, não chegaram, nunca, ao ponto de quebrar a boa harmonia entre os dois povos.

Em 1841, os ingleses estabeleceram-se em Hong Kong, o que contribuiu poderosamente

Hábitos chineses

Um português que chegue hoje a Macau não pode deixar de, numa primeira impressão, se sentir completamente estranho em terra ocupada, há mais de 400 anos, pelos seus compatriotas. A gente que o rodeia, a língua, os gestos e os ruídos são diferentes daqueles a que se habituou na Europa. E a longa presença de portugueses em Macau não deixou marcas visíveis na sociedade.

Com a permanência – e se se conseguir integrar na comunidade portuguesa local, a macaense – começará a ter acesso a uma segunda impressão, a da influência indirecta dos portugueses na vida do território, em certos hábitos (sobretudo alimentares) de parte da população.

É claro que, para mais de 400 mil chineses, os costumes, as tradições, a língua, o próprio ritmo de vida será o mesmo em Macau, Hong Kong, Singapura ou qual-

quer *Chinatown* espalhada pelo mundo, seja a influência lusa, britânica ou norte-americana.

A maioria vive, portanto, à chinesa, trabalhando num ritmo demasiado veloz para a média ocidental, porque o que é preciso é produzir e gozar intensamente o pouco tempo livre. Os mais velhos da família vão zelando por que as tradições religiosas não sejam esquecidas pelas novas gerações.

Quando se fala de Macau, não se pode falar em população em termos fixos, permanentes. Território que, tal como Hong Kong, serviu, desde sempre, de passagem aos emigrantes chineses, Macau tem uma população constituída por grupos flutuantes, designadamente pescadores (em largos milhares), com uma pequena percentagem de residentes ali nascidos. O resto são emigrantes chineses que se estabeleceram até “darem o salto” para Hong Kong e dali para os Estados Unidos da América, Canadá ou Austrália.

A abertura da fronteira chinesa ao turismo, em simultâneo com a criação das zonas de desenvolvimento económico especial em Zhuhai e Shenzhen, contíguas res-



para acentuar o declínio da prosperidade de Macau, criando uma dependência económica que, só nos últimos anos, de-

xou de ser esmagadora. Macau continuou, apesar disso, a viver com um certo desafogo apoiada nos recursos provenientes do seu comércio e indústria.

O regime saído do 25 de Abril de 1974 conferiu a Macau uma total autonomia administrativa deixando o território de depender das verbas provenientes de Portugal.

A uma total independência financeira está associada uma completa liberdade de acção do governador que responde apenas perante o presidente da República que, aliás, o nomeia.

Ruínas de S. Paulo, a ex-libris da cidade, foi construída por católicos japoneses no século XVIII



Eduardo Tomé

pectivamente a Macau e Hong Kong, em finais da década de 70, contribuiu para que a melhoria do nível de vida dos habitantes dessas zonas e nas regiões mais próximas da China funcionasse como pólo de atracção, de emigração intensa. O regresso dos parentes e amigos chineses às localidades onde deixaram família, com artigos de consumo até então inacessíveis (televisores, aparelhagens de som, rádios, máquinas fotográficas, revistas, ou mesmo vestuário "à ocidental"), a influência da propaganda das quatro estações de televisão de Hong Kong captadas na China, serviram de catalizador para as ambições de promoção social, latentes, sobretudo nos chineses do sul, já de si com hábitos de emigração.

A atracção pelo sonho de uma vida "mais fácil", a sofisticação de uma cidade como Hong Kong e mesmo, no caso de Macau, os arranha-céus vistos do outro lado do rio, a contrastar com a zona pouco desenvolvida onde o emigrante em potência se encontrava, funcionou, como em qualquer outra parte do mundo, em termos de fuga das populações rurais para as zonas urbanas. O ingrato cultivo dos campos, em troca do melhor remunerado trabalho nas

fábricas e no comércio, mesmo que sujeito a péssimas condições de trabalho e à inexistência de apoio social ou contrato de trabalho.

Esta forte componente cultural chinesa faz com que os hábitos ocidentais, designadamente os portugueses, pouco se tenham implantado em Macau.

A população de Macau vive, portanto, de duas formas bem distintas. Cada comunidade segue os seus hábitos, festeja os seus dias especiais.

Todos saem beneficiados, pois observam-se os feriados nacionais (portugueses e chineses), os municipais e as festividades estipuladas pelo calendário lunar budista (religião professada pela maior parte da população): ano novo lunar, as duas festividades dedicadas aos finados (Ching Ming e Tchong Jeong) e a festividade de Outono, ou festividade lunar, para além de outras de menor importância.

O que pode acontecer, a cada passo em Macau é, sob o ruído característico do agitar das pedras do mah-jeong, um casal português deliciar-se, na varanda da sua casa, com um típico bacalhau com todos..."

Hong-Kong:

Questão da nacionalidade é fundamental

Que comportamento terá Hong-Kong depois de 1 de Julho de 1997, dia em que a República Popular da China vai recuperar a soberania do território?

Que reacções se observam já na terceira praça financeira do mundo, ainda administrada pela coroa britânica?

Se é cedo para vislumbrar uma resposta à primeira questão, quanto à segunda não é difícil concluir que, curiosamente, o problema fundamental, para os naturais de Hong-Kong é, como se verá, o da nacionalidade.

O cenário é previsível. A bandeira de Sua Majestade descerá em todos os mastros e o pavilhão da República Popular da China ocupará, para sempre, o seu lugar. Uns milhares de soldados da República Popular instalar-se-ão no



A imponência das construções do velho império britânico
92 - terceiro mundo

território. A doutrina que determina a legislação emanará de Pequim, com simples consulta aos interesses locais. A administração, enfim, será definitivamente chinesa. O acordo firmado em 19 de Dezembro de 1984 prevê, contudo, a manutenção do "sistema social e económico capitalista" durante 50 anos, depois de 1997.

A ortodoxia marxista-leninista do maior país comunista do mundo continuará, entretanto, a fazer-se sentir no grande "Império do Meio". A esta aparente incompatibilidade, na perspectiva ocidental, dá a Deng Xiaoping - o homem forte da China - a característica política de "um país, dois sistemas".

E funciona? Por enquanto, tudo se processa sem sobressaltos. Quanto ao futuro, só o tempo o dirá.

Solenidade em 15 minutos

Para os líderes chineses, o acordo final sobre Hong-Kong, firmado no Palácio do Povo, abre "perspectivas brilhantes" à futura cooperação sino-britânica nos domínios económico, comercial e científico. É um facto. Para a sua modernização, o país de Mao precisa não só de tecnologia como de (muitos) investimentos estrangeiros. Uma e outros poderão ser compensados com trocas comerciais interessantes para ambas as partes.

Apesar de ter durado apenas 15 minutos, a solenidade e o entusiasmo que rodearam a cerimónia de assinatura do acordo justificam plenamente o sucesso das negociações. Margareth Thatcher e o seu homólogo Zhao Ziyang traçavam, assim, o destino de seis milhões de habitantes de Hong-Kong. Presentes, além de Deng, o presidente Li Xiannian e os ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos os países, Wu Xueqian e Geoffrey Howe. E toda a China pôde assistir ao momento histórico, através da transmissão directa pela televisão.

Estava percorrido um longo



caminho de obstáculos que as diplomacias dos dois países conseguiram vencer. Para trás, ficava uma recepção gélida, em

Setembro de 1982, à senhora Thatcher, que culminou com um trambolhão pelas escadarias do Palácio do Povo, incidente que os jornais de Pequim ridicularizaram com desusado humor. Dizia-se que a Grã-Bretanha ainda conservava esperança de controlar a situação. A primeira-ministra regressava a Londres com um fracasso na bagagem.

Entretanto, por ocasião da sua recente visita à China, em Outubro, a rainha Elizabeth II da Grã-Bretanha mostrou-se satisfeita com o acordo sobre Hong-Kong. Durante um banquete que lhe foi oferecido no Salão do Povo pelas autoridades chinesas, a soberana afirmou que ambos os países tinham concordado em "fazer o possível para garantir a estabilidade e prosperidade de Hong-Kong" e que a declaração conjunta sobre o assunto demonstrava à comunidade internacional "como as divergências entre as nações podem ser resolvidas mediante negociações pacíficas".

Forçados a ceder Hong-Kong aos ingleses, em 1842, em consequência da Guerra do Ópio, os chineses viam sempre ali o "símbolo material das humilhações do século passado face às potências ocidentais".

O desenvolvimento da ilha aconselharia a expansão, em 1898, a "novos territórios", constituídos pela península de Kowloon e por diversas ilhas. Desta vez, tratou-se de alugar aos chineses, por um período de cem anos, o espaço necessário. Foi, precisamente, a proximidade do fim de tal "contrato" de arrendamento, (os chineses pós-revolução nunca o reconheceram) que levou às negociações sobre o futuro de Hong-Kong.

Para a República Popular da China, Hong-Kong significa cerca de 40% das divisas que Pequim recebe (a sua maior fonte) e de que precisa para cobrir o seu défice comercial com o Ocidente.

Ao mesmo tempo, a China vê escoar, anualmente, para Hong-Kong, mais de seis milhões de dólares de exportações, além de colher ren-

1986 - Novembro - nº 95



Porto de Aberdeen, em Hong-Kong: uma cidade flutuante para pescadores

dimentos do turismo e dos depósitos bancários que detém no território.

Os chineses estão particularmente confiantes quanto ao futuro de Hong Kong e dão, à partida, como exemplo, a experiência das zonas de desenvolvimento económico especial.

Quanto aos investidores, limitam-se a uma atitude pragmática: as suas operações visam horizontes de três a cinco anos. E nos seus discursos de intenção, a iniciativa privada sublinha manifestações de confiança.

Um problema complicado

Um dos problemas mais intrincados que se colocam com a transferência de poderes em Hong-Kong é o da nacionalidade.

A China promete nacionalidade a "todos os compatriotas chineses de Hong-Kong" o que exclui cerca de 150 mil portadores de passaportes estrangeiros a residir na colónia britânica (40% dos quais com residência permanente).

Para os chineses de Hong-Kong, que não queiram adoptar o passaporte da República Popular da China, como para os não-chineses residentes, resta-lhes o chamado passaporte de "cidadão de território sob dependência britânica". Tal documento - de "cidadão de segunda classe" - atribui aos naturais de Hong-Kong a designação de súbdito britânico, mas retira-lhes o direito de fixar residência no Reino Unido. E mesmo este estatuto, que se manterá até 30 de Junho de 1997, não é transmissível aos descendentes, embora a Grã-Bretanha tenha afirmado que tomará providências nesse sentido. ●

C.J./R.B.C.

terceiro mundo - 93

China:

Um país, dois sistemas

Oito anos após o lançamento da política das "quatro modernizações", deixando definitivamente para trás o isolacionismo maofista e as convulsões da revolução cultural (1966-1976), a China está em condições de reavaliar os avanços e as consequências do seu verdadeiro "salto em frente", para tentar acompanhar o ritmo de desenvolvimento dos países industrializados.

Construção da civilização espiritual socialista

Os delegados reunidos na sexta assembleia plenária para reavaliar os resultados da implementação da política de Deng Xiaoping prepararam também um vasto plano político de reequilíbrio - de "construção da civilização espiritual socialista" -, para contrariar os efeitos nocivos da exposição dos chineses aos conceitos e cultura ocidentais. Afinal, aquilo que o próprio Deng denominou, em 1984, de "influências perniciosas do capitalismo e do feudalismo", embora reconhecesse que estas haviam sido "reduzidas ao mínimo".

A abertura ao exterior pretendia-se unicamente no campo do desenvolvimento económico - capitais, investimentos e tecnologias sofisticadas - e visava possibilitar a modernização da China e a elevação do nível de vida de (pelo menos) parte da sua população de mais de mil milhões de habitantes.

Deng Xiaoping: uma política modernizadora



No entanto, a imprensa chinesa refere, com frequência crescente, casos de abuso do poder e influências, escândalos de corrupção e contrabando a envolver altos funcionários do Estado e o generalizado aumento dos índices de delinquência e criminalidade, junto às zonas de desenvolvimento especial do sul da China, atribuindo as causas a essa mesma abertura ao exterior.

"Alguns dos malefícios extintos com a liberalização voltaram a aparecer", salientava Deng, num relatório recente.

A "velha guarda maofista", ainda não completamente posta de parte, questionava, em 1984, o "novo sistema", sobretudo nos pontos da liberalização económica na produção, no planeamento central e sobre o comportamento e "fraqueza ideológica" dos novos líderes do partido.

Os princípios fundamentais da política reformista de Deng assentam precisamente em pontos exorcizados pelos maofistas: incentivos materiais para fazer aumentar a produção dos trabalhadores, permissão da livre iniciativa privada nas zonas rurais e o recurso aos investimentos e capitais estrangeiros.

A incentivação, nas zonas rurais, à produção com fins lucrativos e a reconversão em pequenas (e prósperas) empresas pertencentes aos agricultores das antigas comunas maofistas levou já, segundo críticas de membros da comissão permanente do comité central do partido, a que os camponeses menos bem-sucedidos tenham abandonado o cultivo dos campos e arrozais, e mesmo a suicultura, a pretexto de que só na indústria e no comércio é que estão os lucros e as boas remunerações.

A maior parte da população rural chinesa de 800 milhões vive do cultivo do solo, que emprega directamente 70% da força laboral do país (mais de 300 milhões). À agricultura, segundo dados divulgados em 1985, correspondem 37% do Produto Interno Bruto (PIB) da China, apesar de apenas pouco mais de 11% do solo arável da China, cerca de 100 milhões de hectares, estarem, de facto, cultivados.

A liberalização parcial e a actualização dos preços outrora controlados, para permitir a competitividade, melhoria de qualidade e maior



equilíbrio entre oferta e procura provocaram, por outro lado, aumentos ilegais dos preços dos bens de consumo, os açambarcamentos e a especulação, não obstante a legislação que prevê pesadas sanções para os infractores.

Os críticos, embora considerando correcta "a orientação geral das reformas económicas", acentuam ser vital que a sua implementação e, sobretudo no caso de experiências de capitalismo à chinesa, seja cuidadosamente ponderada, acompanhada e rectificada, quando necessário.

Quatro zonas económicas especiais

O maior impacto da política modernizadora de Deng Xiaoping traduziu-se na criação de zonas de desenvolvimento económico especial e na abertura ao exterior – ao investimento estrangeiro – de catorze cidades costeiras.

Shenzhen e Zhuhai, as duas mais importantes e desenvolvidas das quatro zonas administrativas especiais, foram criadas precisamente nos territórios contíguos a Hong-Kong (colónia britânica) e Macau (território sob administração portuguesa), de modo a se tornarem verdadeiros "colchões de riqueza" que possibilitem uma assimilação gradual, nos dois sentidos, de sistemas económicos totalmente opostos.

O desenvolvimento de Shenzhen, com os seus cerca de 330 quilómetros quadrados de superfície e 300 mil habitantes (em 1984) será facilitado pelo acesso aos capitais estrangeiros da vizinha Hong-Kong, pela proximidade da tecnologia e possibilidade de formação acelerada e aperfeiçoamento de quadros. Uma vez preparada, a zona económica especial de Shenzhen permitirá atenuar o impacto da reintegração de Hong-Kong e da sua sociedade consumista.

Com Zhuhai e Macau, embora em menor escala, sucede o mesmo.

A devolução do território, sob administração portuguesa há mais de 400 anos, está a ser negociada desde Maio último entre Pequim e Lisboa, referindo os observadores a possibilidade de assinatura de um acordo nesse sentido em princípios do próximo ano.

No que se refere a Taiwan, a "reunificação

pacífica", tão desejada e publicitada por Pequim, não suscita grandes entusiasmos em Taipé.

Mesmo com as promessas da República Popular de concessão de uma larga autonomia regional, ainda mais ampla do que a de Hong-Kong pós-1997 e de garantia de manutenção das Forças Armadas formosinas, a China Nacionalista diz que só aceita tudo isso no dia em que a República Popular da China deixar de ser "popular" e comunista, situação que não é previsível no futuro próximo ou longínquo.



Excluída a via militar (impraticável ou desaconselhável sob diversos aspectos), o único receio de Taipé é que "os chineses os isolem internacionalmente" e, através de um bem conseguido estratagema diplomático, releguem o problema da Formosa para o plano das questões internas da República Popular da China, com as quais só a China tem que ver.

Entretanto, a experiência de "um país, dois sistemas", constantemente referida pelos dirigentes chineses a propósito dos estatutos futuros de Hong Kong e Macau, visa essencialmente dar peso ao "namoro" feito há muito ao regime nacionalista de Chiang Ching-Kuo (desaparecido Chiang Kai-Sek) no sentido da reunificação, ou mesmo do estabelecimento de uma federação, para que o grande "Império do Meio" possa voltar a ser uma nação unida.

O grande teste começa a partir de 1997... ●

C.J./R.B.C.

• BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livreria 17 de Setembro

• DONDO
Livreria 2 de Março

• GANDA
Livreria 1.º de Maio

• HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livreria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livreria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livreria Aníbal de Melo

• LOBITO
Livreria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livreria Daolinda Rodrigues

• MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livreria Lutuíma

• NEGAGE
Livreria Saídya Mingas

• SOYO
Livreria Lundogi

• UÍGE
Livreria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL

Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Angola,
terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Claro, pode querer comprar mais moderno, mais funcional ou mais desportivo.
Um jeep, uma carrinha, mesmo o seu carro rallye...
Para o ajudar a encontrar o seu carro criamos



E garantimos:

- Uma vastíssima gama de marcas e modelos (mais de 700) com volante à esquerda ou direita.
- Preços finais sem surpresas (os mais baratos da Europa) e sem quaisquer taxas.
- Prazos de entrega rápidos e fixos.
- Todos os acessórios: ar condicionado, tropicalização, car hi-fi, equipamento desportivo e personalizado.
- Serviço após-venda de peças e acessórios.
- Encarregamo-nos de todas as formalidades de exportação e do transporte ao destino da sua escolha.



Se vier buscar o seu carro pessoalmente, temos o prazer de lhe reservar hotel e de o orientar, para uma estadia agradável.
Reservando, oferecemos o serviço pessoal que precisa.
Contacte-nos para receber o nosso Catálogo
e condições de venda e igualmente para ofertas especiais e carros usados.

FRANCE
INTERNATIONAL

Boite postale 143
Avenue Belle Vüe 120
B - 1410 Waterloo
BELGICA
Tel. Int - 322 354 56 43
Telex 64848 B